

A ESQUERDA DESPOIS DE SEATTLE

MARTA HARNECKER

21 DE AGOSTO DE 2001

EDIÇÃO: CAMILA PIÑEIRO, 14 DE OUTUBRO DE 2001

INDICE

I. INTRODUÇÃO	6
II. PRIMEIRA PARTE: AS OITO EXPERIÊNCIAS MAIS SIGNIFICATIVAS.....	8
1. EZLN: MOVIMENTO ARMADO QUE ABRE ESPAÇOS POLÍTICOS	8
1) Tornar visível o invisível	8
2) Acordos de San Andrés	9
3) A Convenção Nacional Democrática e a Frente Zapatista.....	10
4) Os zapatistas não lutam pelo poder?	13
5) Os municípios autônomos zapatistas	15
6) Usar a nova revolução tecnológica para construir opinião pública.....	16
7) A marcha de março de 2001	16
8) Riscos de debilitação	18
2. EL SALVADOR: AVANÇO ELEITORAL DA FMLN.....	19
1) A FMLN se transforma na primeira força política.....	19
2) Acordos de paz da FMLN em El Salvador (16 de janeiro de 1992).....	19
3) O processo de democratização em retrocesso.....	21
4) Desempenho eleitoral da FMLN.....	23
5) A Campanha de 2000	24
6) Desempenho parlamentar	26
7) Governos locais: peças chaves na credibilidade da FMLN.....	26
8) A difícil tarefa de construir um partido	27
9) Dificuldades com o movimento social e necessidade de sua reativação.	28
3. VENEZUELA: CONSTRUIR UM INSTRUMENTO POLÍTICO À ALTURA DO PROJETO	29
1) Massivo apoio eleitoral.....	29

2) Mudança das regras do jogo e suas dificuldades	31
3) O processo transforma os comandos militares. Perigo de paternalismo.....	33
4) A oposição se organiza	35
5) Mútua dependência do petróleo	35
6) O grande desafio: construir um instrumento político à altura do projeto.....	36
7) Um movimento sindical crítico.....	38
8) Ausência de resultados começa a minguar apoio popular.....	39
9) Política revolucionária em nível internacional.....	40
4. AS GUERRILHAS AVANÇAM NA COLÔMBIA	41
1) Crescimento militar sem repercussões na opinião pública.....	42
2) Os meios de difusão produzem mais baixas do que a própria guerra.....	43
3) O Movimento Bolivariano pela nova Colômbia	44
4) Pastrana e as negociações de paz.....	46
5) O Plano Colômbia	48
6) Eleições de 2002.....	50
5. EQUADOR: O MOVIMENTO INDÍGENA ENCABEÇA A LUTA	51
1) A insurreição popular traída	51
2) A Sociedade Patriótica 21 de janeiro.....	54
3) 29 de janeiro de 2001: a luta continua.....	55
4) Dez anos de combativas mobilizações.....	57
5) O Pachakutik: um instrumento político para os novos atores sociais.....	58
6) Como ampliar sem cair nos vícios do passado.....	61
6. O PT CRESCE COMO ALTERNATIVA AO NEOLIBERALISMO NO BRASIL	61
1) Um partido que nasce do movimento social	62
2) Eleições municipais de 2000	63
3) Debilidades a superar	64

4) A consulta popular: uma resposta às debilidades do PT	65
5) Como ganhar as eleições de 2002	67
7. O MST NA PRIMEIRA BARRICADA	68
1) A principal referência contra o neoliberalismo no Brasil.....	69
2) Um movimento camponês diferente	69
3) A luta não acaba com a conquista da terra.....	70
4) Aprender com todos.....	71
5) Núcleos habitacionais e pólos de assentamentos	71
6) A educação: uma preocupação central	73
7) Governo FHC empenhado em destruir o MST	74
8) Uma ampla aliança para enfrentar o neoliberalismo.....	75
8. URUGUAI: UM GRANDE BLOCO SOCIAL CONTRA O NEOLIBERALISMO	75
1) Uma frente verdadeiramente ampla	75
2) Acordo programático, mas não ideológico nem internacional.....	76
3) Coalizão e movimento.....	76
4) Tratamento das minorias.....	77
5) Sobrevive apesar de algumas rupturas	77
6) Primeira força política do país	79
7) Boa gestão local, a melhor forma de acumular.....	80
8) As organizações sociais procuram se unificar contra o neoliberalismo.....	81
9) Plataforma de acumulação para o período.....	82
III. SEGUNDA PARTE: NOSSA TAREFA ESTRATÉGICA.....	83
1. CONDIÇÕES OBJETIVAS FAVORÁVEIS.....	83
2. DIFICULDADES SUBJETIVAS	85
1) A crise da política e dos políticos	85
2) Ausência de uma proposta de sociedade alternativa ao capitalismo	88

3) Dificuldades da esquerda partidária	88
a) Redução da atividade política ao campo institucional.....	88
b) Tendência a “partidarizar” os movimentos.....	90
c) Esquemas conceituais que impedem uma visão ampla.....	90
d) Tendência à homogeneização	91
e) Estilo autoritário	91
4) Limitações da esquerda social	93
3. AVANÇAR EM NOVAS FÓRMULAS DE EXPRESSÃO POLÍTICA	94
4. UMA NOVA ESTRATÉGIA QUE FACILITA A CONVERGÊNCIA	95
5. OBJETIVOS PELOS QUAIS DEBE SE ORIENTAR A AÇÃO OPOSITORA	97
1) Levantar uma plataforma de acumulação para o período.....	97
2) Criar espaços pontuais de convergência.....	98
3) Deslegitimar o sistema, denunciando suas estruturas e lógicas	99
4) Transformar os governos locais e outras experiências territoriais em vitrines	99

INTRODUÇÃO

1. Cada vez se torna mais intensa a rejeição da maioria da população ao modelo de globalização imposto em nosso continente, por sua incapacidade para resolver os problemas mais inquietantes dos nossos povos. As políticas neoliberais implementadas pelo grande capital financeiro transnacional respaldado por um grande poderio militar e midiático cujo centro hegemônico são os Estados Unidos, não só não resolveram estes problemas mas agravaram vertiginosamente a miséria e a exclusão social, enquanto as riquezas se concentram em cada vez menos mãos.

2. Esta crescente rejeição se expressa através de múltiplas práticas e alternativas de resistência e de luta.

3. A consolidação de partidos, frentes ou processos políticos de esquerda que se opõem ao neoliberalismo é inegável em vários países: Uruguai, El Salvador, Venezuela, Brasil, Colômbia. Em outros, como Equador, México e também no próprio Brasil, surgem poderosos movimentos sociais que se transformam em destacados atores políticos, assumindo a crítica e ocupando as primeiras linhas de combate contra a globalização neoliberal.

4. Na primeira parte deste trabalho examino as oito experiências latino-americanas mais significativas neste sentido e o faço percorrendo o continente latino-americano de norte a sul. Começo com o Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México, continuo com a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), em El Salvador e a revolução bolivariana encabeçada por Hugo Chávez, na Venezuela, continuo com o movimento guerrilheiro da Colômbia, as expressões de resistência e luta no Equador onde o movimento indígena desempenhou um papel protagônico, as experiências do PT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, e termino com a da Frente Ampla, no Uruguai.

5. Escolhi estas e não outras porque são as que tiveram um impacto nacional prolongado ao marcar a história de seus respectivos países nos últimos anos.

6. Na segunda parte, objeto desta comunicação, desenvolvo algumas idéias relacionadas com as experiências anteriormente examinadas, expondo a necessidade estratégica de articular a esquerda partidária com a esquerda social para construir, a partir dela, um amplo bloco social de oposição ao neoliberalismo. E termino apontando algumas das tarefas que poderiam orientar a nossa ação opositora no momento atual.

7. Quero advertir que aqui não pretendo analisar as mudanças econômicas, sociais, políticas e ideológicas ocorridas no mundo nestas últimas décadas, nem a situação em que se encontra a esquerda para enfrentá-las. Desenvolvi amplamente ambos os temas em meu último livro: *La izquierda en el umbral del*

Siglo XXI. Haciendo posible lo imposible¹. Por outro lado, na breve exposição sobre cada uma das oito experiências estudadas, quis destacar aqueles pontos que me pareceram mais relacionados com a problemática central deste trabalho.

1. Publicada por Siglo XXI Editores do México (julho 1999) e Espanha (1ª ed. Dez 1999, 3ª ed. 2000); em Cuba pela editora Ciencias Sociales (janeiro 2000); em Portugal por Campo das Letras (março 2000); no Brasil Por Paz e Terra; na Itália por Sperling and Kupfer e no Canadá por Lanctôt Editeur, Montreal, setembro, 2001.

PRIMEIRA PARTE: AS OITO EXPERIÊNCIAS MAIS SIGNIFICATIVAS

EZLN: MOVIMENTO ARMADO QUE ABRE ESPAÇOS POLÍTICOS

TORNAR VISÍVEL O INVISÍVEL

8. *Em meio a expectativas eleitorais que percorriam a América Latina de norte a sul, e quando circulava profusamente pelo continente o livro de Castañeda: **La utopía desarmada** (1993), produzia-se, em 1º de janeiro de 1994, em Chiapas, povoado indígena do sudeste do México, uma rebelião popular dirigida pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional², organização armada indígena, comandada por Marcos, que muito rapidamente se transformaria em uma figura legendária.*

9. *A coluna vertebral desta força rebelde foi construída com longo e paciente trabalho organizativo nas comunidades da Selva e alimentada por contingentes indígenas de Los Altos, no fragor da batalha.³*

10. *Os guerrilheiros, com seus rostos cobertos com gorros, tomam sete municípios⁴ que constituem 25 por cento do território chiapaneco, fato sem precedentes na história moderna do México⁵ e declaram a guerra ao exército, manifestando seu propósito de avançar sobre a cidade do México para depor o “usurpador”, o então presidente Salinas de Gortari.*

11. *Emitem a denominada “Declaração da Selva Lacandona”, em que indicam que sua luta é por trabalho, terra, moradia, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. Convocam também a população a se incorporar a suas fileiras.⁶*

12. *O governo reage enviando o exército. Seus aviões e helicópteros bombardeiam as posições do EZLN, produzindo significativas baixas entre os guerrilheiros e a população civil, enquanto seus tanques e tropas começam a recuperar o terreno que os zapatistas haviam conquistado.*

13. *O impacto dessas imagens transmitidas pela televisão provoca uma atitude de repúdio e de simpatia pela guerrilha tão grande que não só surpreende o governo mas o próprio EZLN.*

2. Marta Harnecker, **La izquierda en el umbral del Siglo XXI. Haciendo posible lo imposible**, Siglo XXI Espanha, 3ªed, Madri, 2000, p.74, parágrafo 255.

3. Luis Hernández Navarro, **Chiapas: la guerra y la paz**, ADN editores, México DF., 1995, p.64.

4. San Cristóbal, Ocosingo, Chanal, Pajaritas, Oxchuc, Suixtin e Altamirano.

5. Ana Esther Ceceña e José Zaragoza, *Cronología del conflicto (1 de janeiro-1 de dezembro de 1994)*, **Chiapas 1**, Instituto de Pesquisas Econômicas, UNAM e Ediciones ERA, México D.F, 1995, p.150

14. Esses doze dias de guerra bastam para que *as estruturas políticas do país se vergassem profundamente. Desmorona-se a imagem do México no exterior [...]. Cai o mito do último milagre mexicano e da economia que crescia incorporando e beneficiando simultaneamente o grande capital e as maiorias trabalhadoras. Desmorona-se a crença nas bondades do TLC⁷, contra o qual se levantam expressamente os indígenas chiapanecos⁸.*

15. *Torna-se visível o que o regime neoliberal desse país ocultava: as condições infra-humanas de fome, miséria, exploração e opressão em que viviam esses habitantes da selva Lacandona, ignorados pelos meios de comunicação.⁹*

16. *A reação popular ultrapassou amplamente a dos partidos e organizações políticas. Do conformismo, da falta de esperança e do medo, passou-se para uma mobilização sem precedentes contra os massacres e de apoio aos objetivos que o EZLN perseguia, mas não igualmente à forma de luta empregada.¹⁰*

17. *O Exército Zapatista, que durante anos se preparou para a guerra, foi obrigado a reconsiderar sua visão do processo. A participação ativa de amplos setores sociais para frear a guerra e para abrir o caminho de uma transição pacífica para a democracia, modificou o seu projeto. O aspecto militar passou a se transformar em um elemento catalisador dos processos de organização popular [...]¹¹.*

ACORDOS DE SAN ANDRÉS

18. Logo após esses doze dias de confrontação, pressionado pelo crescente repúdio do povo mexicano, o governo deu sinais de paz, implementando um cessar-fogo, e os rebeldes estiveram de acordo em iniciar as conversações. Este processo se segue à manifestação em Zócalo de milhares de pessoas exigindo o fim do massacre, em 12 de janeiro de 1994, e continua com o Diálogo de San Cristóbal, desenvolvido em fins de fevereiro desse mesmo ano.

6. Ibidem

7. Tratado de Livre Comércio assinado entre México, EUA e Canadá

8. Op.cit. p.149-150.

9. Marta Harnecker, **La izquierda en el umbral del Siglo XXI ...**, op.cit. p.74, parágrafo 256.

10. Ana Esther Ceceña e José Zaragoza, *Cronología del conflicto*, op.cit. p.150.

11. Luis Hernández Navarro, *Onde estão as intransigências?*, Cadernos de Nexos, III —95, citado em: Luis Hernández Navarro, **Chiapas: la guerra y la paz**, op.cit. p.217.

19. Nessas conversações teve um importante papel mediador a Igreja Católica, particularmente a Diocese de San Cristóbal, encabeçada pelo bispo Samuel Ruiz¹².

20. Este diálogo culminou com os chamados “Acordos de San Andrés”, assinados em fevereiro de 1996 por representantes do Poder Executivo, de uma Comissão do Poder Legislativo¹³ e por representantes do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Estes documentos *“não apenas determinam os direitos dos povos indígenas à autonomia dos seus governos e à preservação de suas culturas. Apontam para a construção de um estado pluri-étnico que fortaleça a unidade na diversidade e a articulação das comunidades locais, municipais, regionais, nacionais, com inclusão do aspecto particular e do aspecto universal. O novo pacto de direitos humanos não só incluirá o direito à igualdade mas os direitos às diferenças. Não só incluirá os direitos das nações, dos trabalhadores e dos camponeses, também constituirá um sistema de democracia com poder dos povos, pelos povos e com os povos para decidir, no uso de suas autonomias, sobre os programas sociais, econômicos, culturais e políticos, dentro de um pluralismo que também respeite as diferentes culturas, crenças, filosofias, raças e para o qual quem, como valores universais, os conceitos de democracia, justiça, liberdade. O novo pacto assume como próprios, com ênfase nessa democracia, os direitos da pessoa humana, os direitos das nações, dos trabalhadores, das etnias, das mulheres e das minorias, inclusive as sexuais”*¹⁴.

21. Alguns meses mais tarde, em dezembro de 1996, estes acordos foram incluídos na Lei Cocopa, elaborada pela Comissão de Concórdia e Pacificação (Cocopa)¹⁵, derivando daí o seu nome.

22. Esta Lei foi rejeitada pelo então presidente Zedillo. O exército, com o apoio tanto de grupos paramilitares treinados por este e pelos latifundiários da zona, começou a aplicar uma política de cerco e aniquilamento. Estas ações causaram sérios problemas para as comunidades indígenas, mas estas resistiram e acabaram por se organizar em zonas autônomas.

A CONVENÇÃO NACIONAL DEMOCRÁTICA E A FRENTE ZAPATISTA

23. Em 10 de junho de 1994, o EZLN emite a *Segunda Declaração da Selva de Lacandona* na qual, ao mesmo tempo em que rejeita as propostas do governo, convoca uma Convenção Nacional Democrática, esclarecendo mais tarde que seu objetivo era *“organizar a expressão civil desta luta pela mudança*

12. Ana Esther Ceceña e José Zaragoza, op.cit. p.150.

13. Formada por deputados e senadores de todos os partidos políticos do México

14. Pablo González Casanova, *Los zapatistas del Siglo XXI, Serviço informativo ALAI-amlatina*, 9 de abril de 2001.

15. Esta comissão foi formada por legisladores dos quatro partidos mais importantes do México: o PRI, o PAN, o PRD e o Partido dos Trabalhadores.

*democrática no México (...) que se concretiza nas demandas por um governo de transição e por uma nova Constituição*¹⁶.

24. Esta Convenção realiza sua primeira assembléia em Aguascalientes, Chiapas, entre os dias 5 e 9 de agosto de 1994.

25. *Participaram da CND em torno de seis mil delegados, representando um amplo universo de setores sociais. Ali estiveram correntes políticas de inspiração socialista, representantes de partidos políticos, sindicatos e tendências democráticas em seu interior, organizações populares urbanas, destacamentos camponeses regionais e vários nacionais, estudantes, uma grande quantidade de ONGs que trabalham nos circuitos de promoção para o desenvolvimento e algumas dos circuitos de filantropia e assistência privada, organizações comunitárias nascidas do trabalho de agentes pastorais, artistas, movimentos cívicos, intelectuais, organizações feministas, etc. Em suma, participou do evento uma conjunção de forças cívicas e sindicais e de organizações sociais e políticas, assim como personalidades relevantes da cultura e da política nacionais. Estiveram presentes também alguns empresários.*¹⁷

26. Este amplo conjunto de forças esteve presente na Convenção *persuadido de que a solução plena para suas demandas setoriais ou regionais está estreitamente vinculada com o fim do regime do PRI e com a possibilidade de uma transição pacífica para a democracia*¹⁸.

27. Não estiveram presentes, por diversas razões, algumas forças que, no entanto, coincidem com o programa da Convenção, daí que se considere a CND não como o único agente, mas apenas como *um agente a mais no processo de transição pacífica para a democracia, ao lado de outros agentes entre os quais se encontram partidos políticos, meios de comunicação, movimentos sociais e grupos de cidadãos.*[...] ¹⁹.

28. Por outro lado, não foi possível evitar que ali se expressasse a cultura política herdada das organizações de esquerda que, ao primeiro dia, quase monopolizaram o cenário.

29. Seu primeiro desafio foi assumir uma posição em relação às eleições de 21 de agosto de 1994 e traçar um plano no caso de que fossem fraudulentas.²⁰

16. EZLN, Comunicado à CDN em 1 de julho de 1994, citado por Luis Hernández Navarro, *Los caminos de la Convención*, La Jornada, 24 de julho de 1994, em: Luis Hernández Navarro, **Chiapas: La guerra y la paz**, op.cit. p. 142.

17. Luis Hernández Navarro, *Regreso a Aguascalientes*, op.cit. p.154.

18. Op.cit, pp.154—155.

19. Op.cit.156.

20. Ibidem.

30. Apesar dos resultados que só conferem 16% dos votos a Cuauhtémoc Cárdenas, nem este candidato, nem seu partido, nem a CND que marchava a reboque do PRD conseguiram ativar plano de insurreição civil alguma, apesar de haver discutido este tema antes das eleições.²¹

31. A segunda assembléia da CND se realiza em Tuxtla Gutiérrez, de 4 a 6 de novembro de 1994²². Uma parte dos participantes entra em seguida em território zapatista e se reúne com o sub-comandante Marcos, que lhes expressa descontentamento pela *falta de iniciativa e clareza de objetivos da Convenção. Critica a atuação dos partidos, em particular do PRD, a ausência de um plano de insurreição civil posterior às eleições e a incapacidade da Convenção para responder à efervescência social, por carecer de um programa ou declaração de princípios. Demonstra que os espaços de luta não armada não se circunscrevem aos processos eleitorais e que o perigo da guerra é maior se a CND não conseguir demonstrar a viabilidade de outros caminhos para conseguir a paz digna.* [...] ²³

32. No dia primeiro de janeiro de 1995, depois de romper o cerco militar, o EZLN convocou a formação de um Movimento para a Libertação Nacional concebido como *uma ampla frente opositora* que permitisse unir *as diferentes forças e cidadãos* com desejo democrático *contra o sistema de partido de estado* [...].

33. Durante o ano de 1995 se avançou pouco neste sentido.

34. Para destravar o processo de diálogo e negociação e para definir o que fazer do ponto de vista organizativo com o grande apoio que tem da sociedade civil, o EZLN impulsiona a “Consulta Nacional pela Paz e a Democracia”, realizada pelo Movimento Civil Zapatista em 27 de agosto de 1995, jogando ali a CND um papel importante. Participaram 1 milhão e 300 mil pessoas, dentro e fora do México. Foi uma consulta muito original sobre vários temas de interesse, entre outros, se o EZLN deveria se transformar em força política independente e nova ou deveria se unir a outras organizações e juntas formar uma nova organização política, levando 56% a se pronunciar pela primeira variante.

35. A consulta ratificou a legitimidade das demandas zapatistas, deu um novo impulso à ampla frente opositora que se encontrava estancada e expressou claramente o desejo de ver os zapatistas participando da vida política civil do país²⁴.

36. Por esta razão, em sua Quarta Declaração da Selva Lacandona, de 1º de janeiro de 1996, o EZLN decide convocar *todos os homens e mulheres honestos a participar* de uma *nova força política nacional* [...] a

21. Ana Esther Ceceña e José Zaragoza, *Cronología del conflicto (1 de janeiro-1 de dezembro de 1994)*, **Chiapas 1**, op.cit. p.169.

22. Op.cit, p.174.

23. Op.cit. p.175.

24. EZLN, *Quarta Declaração da Selva de Lacandona*, em: **EZLN: Documentos y comunicados, (3)**, Edições Era, México D.F., 1997, p.83

*Frente Zapatista de Libertação Nacional, organização civil e pacífica, independente e democrática, mexicana e nacional, que luta pela democracia, pela liberdade e pela justiça no México. E convida a participar dela os operários da República, os trabalhadores do campo e da cidade, os indígenas, os colonos, os professores e estudantes, as mulheres mexicanas, os jovens de todo o país, os artistas e intelectuais honestos, os religiosos conseqüentes, todos os cidadãos mexicanos que querem, não o poder, mas a democracia, a liberdade e a justiça para eles e seus filhos.*²⁵

37. O EZLN parece querer evitar desta vez, depois da experiência com a Convenção Nacional Democrática, as dificuldades que aparecem quando se constrói instâncias de unidade com os partidos de esquerda, daí que a conceba como uma força política que não incorpora esforços organizativos partidários²⁶, e que apenas constitui um dos destacamentos de *um amplo movimento opositor, o Movimento para a Libertação Nacional, como espaço de ação política da cidadania onde confluam outras forças políticas de oposição independentes, espaço de encontro de desejos e coordenador de ações unitárias.*

38. *Uma força política cujos integrantes não desempenhem nem aspirem a desempenhar cargos de eleição popular ou postos governamentais em quaisquer de seus níveis. Uma força política que não aspire à tomada do poder. Uma força política que não seja um partido político*²⁷.

39. *Uma força política com um programa de luta de treze pontos, os da Primeira Declaração da Selva Lacandona enriquecidos ao longo de dois anos de insurreição. Uma força política que lute contra o sistema de partido de estado. Uma força política que lute pela democracia em tudo e não apenas no aspecto eleitoral. Uma força política que lute por uma nova constituinte e uma nova Constituição*²⁸.

OS ZAPATISTAS NÃO LUTAM PELO PODER?

40. Mas, o que entendem os zapatistas quando afirmam que *não lutam pelo poder*? Isto não entra em contradição com sua luta por uma nova constituinte e uma nova Constituição?

41. Acho que esta afirmação somente pode ser entendida se investigamos o que entendem por poder. A esse respeito Javier Elorriaga, principal figura pública do EZLN explica: *dizer que “não lutamos pelo poder” é um pouco como um seguro, como dizer que “temos que ter um enfoque para o povo”. A base fundamental das mudanças é os povos, não os caudilhos, não os indivíduos e, certamente, não os estados. O que nós*

25. Op.cit. pp.86—87.

26. Op.cit. p.87.

27. Ibidem.

28. Op.cit. p. 88.

*pensamos e queremos fazer é que a mudança venha a partir de baixo, e para construir a mudança a partir de baixo tens que manter um limite muito claro em relação ao poder*²⁹[...]

42. *Lutar pelo poder [...] é o que vai isolando os movimentos, vai dividindo-os entre si e vão-se formando cúpulas, direções, organismos e distanciando as bases. Então nós dizemos que é preciso manter alguns princípios que, embora pareça obstinação, pelo menos nos ofereçam a possibilidade de crescer sempre vinculados à base. E isso significa: não nos aproximarmos do poder e tratar de fazer as coisas da maneira mais coletiva possível. Ou seja, que participe, que pense, que planeje, que decida a maior quantidade de pessoas. Isso é muito difícil combatendo com armas que eles mesmos controlam. Mas não resta outro caminho. Tratar de infiltrar poder a partir de dentro para daí mina-lo tem resultado um fracasso [...].*

43. *Todo o sistema político está montado, pelo menos no México, de tal maneira que vais te isolando de tuas bases. [...] Começas a decidir coisas sem consultar porque não há tempo e porque te elegeram para algo.*

44. *[...] É preciso construir a partir de baixo, é preciso estar constantemente consultando; é preciso procurar novas formas de participação, para que participe a população que tem tempo e a que não tem tempo; a senhora que tem filhos e tem, além disso, outro trabalho, e chega em casa para dar de comer a eles; inclusive a mãe que não pode ir a assembléias, que tenha também uma possibilidade de participar politicamente. E tudo isso à margem do poder.*³⁰

45. *[...] O estado te dá dinheiro [...] para que tenhas jornais, gabinetes, sedes, chamadas telefônicas de longa distância, viagens [...] e vai te afastando do trabalho político [...]. Aí caíste no jogo do poder, aí entraste no círculo vicioso.*³¹

46. Este testemunho nos revela que o poder que o zapatismo repele é o poder que representa o estado mexicano atual, a politicagem, a burocratização dos partidos, a corrupção. E, a partir disso, acho que se pode compreender melhor as formulações do zapatismo como: “mandar obedecendo”, “representar e não suplantar”, “construir e não destruir”, “propor e não impor”, “convencer e não vencer”, atitudes todas elas inspiradas nas práticas das comunidades indígenas.³²

29. Javier Elorriaga, entrevista em **Viento Sur**, No 35, ano VII, dezembro de 1997, p.24

30. Op.cit. p.25.

31 Ibidem.

32. Ver sobre este tema artigo de Antonio Paoli: *Comunidad tzeltal y Socialización*, em **Chiapas 7**, Instituto de Pesquisas Econômicas, da UAM e Edições ERA, México, 1999, pp. 135-161.

OS MUNICÍPIOS AUTÔNOMOS ZAPATISTAS

47. O levante de 1994 não só comoveu o país mas desencadeou nos próprios povos indígenas um processo organizativo *nunca visto antes na história do México*³³.

48. Esse processo se materializa, com o tempo, na formação do Congresso Nacional Indígena (CNI), em 4 de janeiro de 1996, *a organização indígena nacional mais ampla e representativa do país e [...] uma das forças mais dinâmicas no espectro político nacional*³⁴.

49. Enquanto esse processo vai se gestando, produto da resistência indígena, formam-se inumeráveis municípios autônomos em Chiapas.

50. A presença pública destes municípios *adquiriu relevância em 1998, na medida em que se intensificava a guerra suja contra as comunidades indígenas e se reiterava a decisão governamental de trair os Acordos de San Andrés. Ao longo desse ano, a organização dos povos em nove municípios se transformou em um alvo dos ataques policiais, militares e paramilitares. Mas, ao mesmo tempo, fortaleceu-se como um dique contra a decomposição induzida do tecido social e como um dos terrenos fundamentais da resistência, da denúncia e da comunicação das bases de apoio zapatistas com a sociedade civil*³⁵.

51. Estes municípios rebeldes estão formados tanto por bases de apoio do Exército Zapatista de Libertação Nacional como por camponeses e indígenas filiados a outras organizações sociais. Constituem um espaço privilegiado de resistência e foram protagonistas fundamentais *na construção de um novo discurso público que prega formas alternativas de prática política e de novas relações entre governados e governantes*.³⁶

52. O respeito, a tolerância e a busca de consenso caracterizam seu funcionamento.

53. As tradições, as experiências e as necessidades dos povos indígenas estabelecem formas particulares de integração dos governos locais e de duração dos cargos, que não equivalem ao “presidencialismo” municipal previsto pelas leis mexicanas, mas que supõem estruturas mais colegiadas de integração das câmaras e dos conselhos municipais. Neles torna-se indispensável facilitar a participação e representação de todas as localidades que integram esse espaço territorial: logradouros, comunidades, paragens, agências municipais ou povoados.

33. Adelfo Regino Montes, *Los pueblos indígenas: diversidad negada*, em **Chiapas 7**, op.cit, p.27.

34. Luis Hernández Navarro, *El laberinto de los equívocos: San Andrés y la lucha indígena*, em **Chiapas 7**, op.cit, pp. 79-80. O CNI está formado por representantes de uma grande gama de comunidades, povos e organizações indígenas e dele participa *a grande maioria dos dirigentes formados na última década e que emergiram à luz pública a partir da insurreição zapatista* (p.80).

35. Adriana López Monjardin e Dulce María Rebolledo Millán, *Los municipios autónomos zapatistas*, em **Chiapas 7**, op.cit. p.115.

36. Op.cit., p.117.

54. Por isso, nos Acordos de San Andrés, questiona-se a monopolização da participação política pelos partidos e se reivindica o direito a postular candidatos independentes nos municípios selecionados de acordo com as tradições dos povos indígenas. Estabelece-se por sua vez a necessidade de poder destituir as autoridades que traziam o mandato popular e de propiciar os referendos e plebiscitos para definir questões públicas³⁷.

55. Os municípios se tornam o espaço privilegiado para o exercício da autonomia dos povos indígenas³⁸.

56. Os zapatistas não propõem a criação de *regiões autônomas como propunham algumas correntes do movimento indígena, inspiradas na experiência da Costa Atlântica nicaragüense. Ninguém propôs, tampouco, o termo de “territórios libertados”. É que ninguém acha que seria possível nem muito menos desejável exercer a autonomia fora dos limites da nação mexicana*³⁹.

USAR A NOVA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA PARA CONSTRUIR OPINIÃO PÚBLICA

57. O EZLN *foi muito criativo na reapropriação da linguagem e no uso dos meios de comunicação, conseguindo romper o bloqueio informativo através do correio eletrônico e da Internet, no que alguns chamaram de “guerra de redes”, quer dizer, a articulação de redes locais e transnacionais, utilizando a tecnologia informática para conseguir seus objetivos políticos. Graças a este novo tipo de guerra os zapatistas conseguiram, a partir da Selva de Lacandona, dominar o debate político no México e criar uma imensa rede de apoio à sua causa em nível internacional*⁴⁰.

A MARCHA DE MARÇO DE 2001

58. *Uma das metas dos zapatistas foi sempre levar sua mensagem ao coração da Cidade do México e ocupar com sua presença os espaços com maior concentração urbana, mas um inimigo muito mais poderoso impediu isso durante muito tempo. Através de contínuas ações militares os foi encurralando em regiões cada vez mais inóspitas da selva.*

59. Mas em seguida aos altos e baixos, e quando tudo parecia empantanado, surge uma nova situação no país a partir das eleições de 2000. O PRI (Partido Revolucionário Institucional), *que havia governado no México durante mais de setenta anos sob distintos nomes e estruturas, foi derrotado pelo PAN (Partido de*

37. Op.cit. p.118.

38. Ibidem.

39. A. López Monjardin e D. María Rebolledo Millán, *Los municipios autónomos zapatistas*, op.cit., p.121.

40. Marta Harnecker, *La Izquierda en el umbral...*, Op.cit. p.75, parágrafo 261. Ver sobre este tema artigo de Jim Cason e David Brooks, *“Nova forma de luta social atribuída ao EZLN por especialistas dos Estados Unidos. México, laboratório da “guerra de redes”, jornal La Jornada*, México, 6 de fevereiro de 1999.

Ação Nacional), um velho partido liberal-conservador. Amplas massas enganadas pelos consecutivos governos do PRI votaram em Vicente Fox como uma expressão de repúdio a esse partido.

60. A vitória do candidato do PAN *representou uma mudança inegável na nova política do chefe do Executivo em relação a Chiapas, aos rebeldes zapatistas e aos povos indígenas. O presidente tornou seu o Projeto de Direitos e Cultura Indígena formulado pela Comissão do Legislativo no governo anterior e o apresentou ao Congresso da União. Ao mesmo tempo deu as garantias necessárias para que o EZLN realizasse uma marcha por treze estados da República em apoio ao projeto*⁴¹.

61. Encabeçada por 23 comandantes e pelo subcomandante Marcos, a marcha chegou à capital mexicana no domingo, 11 de março, depois de percorrer doze estados durante quinze dias. Apoiada pelo Terceiro Congresso Nacional Indígena, realizado entre os dias 2 e 4 de março, obteve uma extraordinária receptividade nos diferentes povoados por onde passou, onde procurou estabelecer um diálogo com a população.

62. A marcha culminou em Zócalo, onde foram recebidos por uma enorme multidão calculada em 200 a 250 mil pessoas, que os ouviu com atenção e silêncio impressionantes. Ali, após as intervenções de algumas figuras da direção do EZLN, o subcomandante Marcos fez o discurso central totalmente distanciado do discurso tradicional do político mexicano. Surpreendeu a muitos porque foi uma intervenção poética, muito bela, mas sem análise nem proposições políticas claras, salvo a reivindicação do reconhecimento constitucional dos direitos e da cultura indígenas e uma crítica à política tradicional que *compra, humilha, que mente, que não passa de infâmia travestida apenas da cor de algum dinheiro*. De alguma maneira era lógico que fosse assim porque o próprio subcomandante insistiu com grande honradez, ao longo de sua intervenção, em que os zapatistas não pretendem conduzir o processo político mexicano (*não viemos dizer o que fazer, nem te conduzir para nenhum lado*), mas que somos *um a mais na marcha; uma voz entre todas essas vozes; não a luz, mas apenas um brilho; não o guia, apenas um de tantos rumos que conduzem ao amanhã*.⁴²

63. Fazendo um balanço algum tempo depois, o próprio Marcos expressa em uma entrevista a García Márquez que eles não foram ao Zócalo para falar do ano 2001, mas para falar *de algo que estava ainda por*

41. Pablo González Casanova, *Los zapatistas del Siglo XXI*, op.cit.

42. Sub-comandante Marcos, *Discurso em Zócalo da Cidade do México*, 11 de março de 2001.

*ser completado: esse sentimento que significa que a derrota definitiva do racismo se transforme em política de estado, em uma política educativa, em um sentimento de toda a sociedade mexicana.*⁴³

64. Logo depois da ameaça de Marcos de se retirar para Chiapas, o Congresso lhes abriu as portas. Nessa ocasião falou a comandante Esther, já que o subcomandante não se apresentou. Uns dizem que Marcos quis deixar uma última mensagem antes de se retirar de novo para a selva de Lacandona: que os cenários políticos são construídos para servir a uma causa e não para a promoção pessoal de seus dirigentes. Se um líder carismático é necessário em algum momento do processo, na medida em que o processo vai amadurecendo, o protagonismo deste deve ir-se diluindo⁴⁴. Outros acham que nesse momento Marcos não tinha nada novo para dizer.

65. O êxito da marcha foi evidente, mas a aprovação posterior por parte do Congresso de uma lei indígena diferente da propiciada pelos zapatistas, a Lei Bartleetl – Cevallos – Ortega, provocou uma reação de rejeição por parte do movimento indígena. O Congresso Nacional Indígena chamou de imediato o povo mexicano a se somar à luta de resistência civil e pacífica em repúdio à lei aprovada, por significar *uma declaração de guerra contra o Exército Zapatista de Libertação Nacional e uma trapaça contra a exigência do Congresso Nacional Indígena [...]*⁴⁵

RISCOS DE DEBILITAÇÃO

66. Seja qual for o resultado final da luta do Exército Zapatista, este atingiu um de seus principais objetivos: tornar presente o tema da opressão e discriminação que sofrem os povos indígenas mexicanos; conseguiu também tornar presente o tema da ética na política e a necessidade de reformar o estado; desenvolveu iniciativas espetaculares que têm atraído grande simpatia e adesão à sua causa; soube não só construir força social, mas também algo que muitas vezes a esquerda não consegue, construir opinião pública em nível nacional e internacional .

67. *Mas, apesar de sua audácia, de sua criatividade, de sua originalidade, não pode escapar ao que se constitui uma das debilidades mais sérias da atual esquerda mundial: a carência de uma proposta alternativa. A própria direção zapatista reconhece isso quando expressa: nos opomos a um projeto de país*

43. Sub-comandante Marcos, *Habla Marcos*, entrevista de Gabriel García Márquez e Roberto Pombo, **Revista Cambio**, 25 de março 2001.

44. Isto é o que Pablo González Casanova chama de a *desestruturação de Marcos como caudilho, [...] tarefa em que está empenhado desde os inícios do movimento e na qual obedece com prazer aos seus comandantes que são os que apresentam o rosto mascarado de seus povos quando se trata de negociações*, Pablo González Casanova, *Los Zapatistas...*(op.cit).

45. Idem.

*que implica em sua destruição, mas carecemos de uma proposta de nova nação, uma proposta de reconstrução*⁴⁶.

68. E, diante *da ausência de um projeto político que esteja à altura dos tempos que vivemos*, corre-se o risco de que o movimento mais amplo de apoio ao zapatismo se disperse ou se desestruture e que muito do *impacto da rebelião* termine por se diluir⁴⁷.

EL SALVADOR: AVANÇO ELEITORAL DA FMLN

A FMLN SE TRANSFORMA NA PRIMEIRA FORÇA POLÍTICA

69. Em El Salvador, uma guerrilha transformada em partido, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, FMLN, que lidera a luta contra o neoliberalismo, passa a se constituir na primeira força política nas eleições de autoridades legislativas e municipais de 2000.

ACORDOS DE PAZ DA FMLN EM EL SALVADOR (16 DE JANEIRO DE 1992)

70. Como se sabe, *a luta guerrilheira salvadorenha – que simbolizou para a esquerda da América Latina o que o Vietnã simbolizou para a esquerda europeia e norte-americana – não terminou em uma vitória armada mas em uma negociação política. Muitos se perguntam se as conquistas alcançadas depois dos acordos de paz que põem fim à luta armada depois de tantos anos de guerra revolucionária, têm estado à altura de tanto sacrifício.*

71. *Considero que os resultados obtidos pelos revolucionários salvadorenhos não podem ser analisados em função das metas que esse movimento armado levantou no momento de maior auge da luta guerrilheira nesse país e quando a situação da área lhe era favorável. É necessário levar em conta a conjuntura criada pela derrota eleitoral sandinista e a nova correlação de forças que surge em nível mundial como consequência da derrota do socialismo nos países do leste da Europa e do desaparecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).*

72. *Depois de uma desgastante guerra de mais de dez anos, com um povo que desejava a paz, restava à FMLN outro caminho que não fosse uma saída negociada que lhe permitisse fazer uso de um determinado espaço político, esse que a oligarquia salvadorenha lhe negava através da fraude eleitoral e da repressão antes do início da guerra? Poderia ter conseguido mais coisas nessa saída negociada? Esse é um tema de debate*⁴⁸.

46. EZLN, Quarta Declaração da Selva de Lacandona, **EZLN: Documentos y comunicados,(3),...** Op.cit. p.86

47. Antonio García de León, *Prólogo: A história se por acaso tem um sentido...*, Op.cit. p.18.

48. Marta Harnecker, *La izquierda en el umbral del Siglo XXI...*, op.cit, p. 63, parágrafos 210-212

73. Segundo Rubén Zamora, dirigente salvadorenho do Movimento Popular Social-cristão (MPSC), “a paz negociada desencadeia três transições e pospõe uma quarta”⁴⁹.

74. **A primeira** se refere à transição **da guerra para a paz** e termina com o cessar de ações militares. A correlação de forças a favor desta transição foi tão favorável que anulou a possibilidade de que os setores de direita partidários da guerra pudessem articular um discurso público que revelasse suas intenções.

75. **A segunda, do militarismo para a desmilitarização** era uma transição mais difícil, porque teria que superar 60 anos de militarismo⁵⁰. Depois de algumas resistências, em 1993, concluiu-se a aplicação dos acordos de desmilitarização: mudança da doutrina e da educação militar; depuração do corpo de chefes e oficiais da Força Armada por uma comissão de civis; dissolução das três polícias existentes dependentes do comando militar; dissolução do sistema de patrulhas militares locais, que em seus melhores tempos conseguiram recrutas entre 150 a 200 mil integrantes; dissolução das chamadas “defesas civis” armadas que chegaram a ter 40 mil efetivos; redução do exército à metade; dissolução das brigadas e batalhões contra-insurretos; reforma da constituição que reduz as missões dos militares à defesa da soberania e dos territórios, suprimindo toda sua autoridade em matéria de segurança pública e paz interna, defesa da constituição e das leis, etc., além da supressão do recrutamento forçoso⁵¹.

76. **A terceira transição** se refere à concepção e exercício do poder político e tem a ver com a passagem **de um exercício excludente do poder político a um exercício democrático amplo**⁵². Os acordos já mencionados de desmilitarização do estado, de suspensão da repressão, de proteção dos direitos humanos, transformam a FMLN em partido político legal; reformam o sistema eleitoral, embora ainda não o suficientemente, e dão à Corte Suprema uma integração que fundamenta mais sua independência.

77. **A quarta** transição, que ainda está por ser realizada **no terreno econômico e social**, é hoje o tema central da luta política⁵³.

49. Op.cit. p. 64, parágrafo 213. Sobre este tema ver artigo de Rubén Zamora, *El Salvador 1993: Transformações e desafios*, em **Visiones alternativas sobre la transición**, Ed. Sombrero Azul, San Salvador, 1993, pp.143-151. A informação que segue obtive fundamentalmente em conversa com Schafik Handal em 14 de janeiro de 1998, que atualizou e rebateu alguns argumentos de Zamora. Não podemos aqui reproduzir o debate, mas o leitor pode fazê-lo lendo o texto deste último.

50. Que se iniciam com o golpe de estado que instaurou a sanguinária ditadura do general Maximiliano Hernández Martínez, em 2 de dezembro de 1932.

51. Em El Salvador capturavam os jovens para obriga-los a prestar o serviço militar.

52. Rubén Zamora fala de *ejercicio concordante* e defende que do que se trata é de construir o consenso, pois somente entre todos se poderá superar a crise da sociedade.

53. Marta Harnecker, *La izquierda en el umbral del Siglo XXI ...*, op.cit. pp. 63-65, parágrafos 210-217.

78. As estatísticas apontam que, em fins do ano 2000, 80% das famílias não tinham renda para cobrir o custo da cesta básica ampliada de mercado⁵⁴, 23% viviam em condições de miséria e em torno de 70% da população economicamente ativa estavam na informalidade⁵⁵. E esta situação se agrava com os terremotos de 13 de janeiro e 13 de fevereiro de 2001, que afetaram 1 milhão e 300 mil salvadorenhos⁵⁶.

79. A FMLN argumenta que a pobreza só será superada se forem eliminadas suas causas e que para isso é preciso modificar profundamente o esquema de desenvolvimento econômico neoliberal imposto pelo governo da Arena⁵⁷.

O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO EM RETROCESSO

80. No entanto, quase dez anos de assinados os Acordos de Paz e em seguida a três governos sucessivos da Arena, não só está pendente a resolução dos graves problemas econômicos e sociais que afligem o país, mas também a transição democrática está em sério *perigo de ruptura*⁵⁸. Durante estes anos, além de não se ter conseguido a plena vigência dos direitos humanos, tem ocorrido graves distorções nas reformas pactuadas pelos acordos, que se traduzem fundamentalmente em que por trás de uma fachada democrática, quem tem a real hegemonia é o poder econômico, *intensificou-se a corrupção e a impunidade*⁵⁹ e tem havido uma tentativa de deslegitimar as lutas e os protestos populares através de *campanhas publicitárias organizadas e financiadas pelo organismo de inteligência do estado*, e se tem feito o uso do emprego da força policial em *ações repressivas*⁶⁰.

81. Como parte das conquistas alcançadas pelos acordos de paz surgiram várias instituições novas, *entre outras, a Polícia Nacional Civil, a Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos e o Conselho Nacional da Judicatura*⁶¹.

54. Além dos alimentos, inclui roupa, saúde, educação, transporte, moradia.

55. Dados de dezembro de 2000 da Direção Geral de Estatísticas e Censo, citados pela FMLN, *A emergência, a reconstrução e a transição para o desenvolvimento*, Proposta da FMLN, Comissão Política, El Salvador, 1 de março de 2001, p.2. O governo reconhecia que a pobreza atingia a 50% da população.

56. *A emergência, a reconstrução...*, op.cit., p.2.

57. Aliança Republicana Nacionalista.

58. Comissão de Acompanhamento dos Acordos de Paz, *El Salvador no oitavo aniversário da assinatura dos acordos de Paz*, 16 de janeiro de 2000.

59. Nidia Díaz, Notas a este trabalho, 15 de agosto de 2001

60. Comissão de Acompanhamento dos Acordos de Paz, op.cit.

61. *Justiça em El Salvador, uma aspiração não cumprida*, em **Estudios Centroamericanos** (ECA), San Salvador, p.1034.

82. A Polícia Nacional Civil, que substituiu os repudiados e repressivos corpos policiais da ditadura e “*filha predileta dos acordos de paz*”, foi-se desnaturalizando, vários agentes e comandos médios deste corpo têm sido visto envolvidos em constantes atos delitivos. Descobriu-se *relações de seus membros com o crime organizado, fabricação de provas, crimes por encomenda e proteção institucional dos maus elementos, tem sido as denúncias mais constantes [...]*⁶².

83. *Casos como seqüestros de pessoas de muitos recursos econômicos com a participação de elementos policiais, assim como de oficiais envolvidos no narcotráfico, fraudes processuais e tráfico de imigrantes ilegais, são mostra do que existe no interior da instituição [...]*

84. Em outros aspectos, especial menção merece o condenável ataque repressivo da polícia contra os sindicalistas do Instituto Salvadorenho do Seguro Social, justo dias antes das eleições gerais de deputados e prefeitos realizadas em março de 2000.

85. *Na atualidade, a Polícia Nacional Civil não pode garantir um nível mínimo de tranqüilidade à cidadania, ao mesmo tempo em que se mostra impotente diante da ação da delinqüência comum e do crime organizado. Esta situação alimenta a frustração e o ódio da população*⁶³.

86. Hoje, El Salvador é um dos países da América Latina com maior índice delitivo e de assassinatos.

87. Para o cúmulo do absurdo, o novo governo de Flores colocou à frente da PNC o senhor Mauricio Sandoval, responsável pela criação do Organismo de Inteligência do Estado (OIE), que ao mesmo tempo é apontado como o autor da guerra suja e da campanha psicológica que precedeu o assassinato dos padres jesuítas. Sob este comando hoje as principais chefias do corpo policial estão ocupadas por antigos chefes provenientes do exército e da antiga Polícia Nacional⁶⁴.

88. Por sua vez a Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos atravessa a pior crise de sua curta história⁶⁵. *O distanciamento dos acordos por parte do novo procurador, o senhor Peñate Polanco, a conduta deste no exercício de sua função assim como sua atuação considerada unanimemente contrária a um fortalecimento da instituição, provocaram um grave estancamento e retrocesso da PDDH, ao ponto que [...] o aparato territorial da instituição havia deixado de funcionar e a cooperação internacional lhe retirou o apoio*⁶⁶. Logo depois que uma comissão especial da Assembléia Legislativa investigara esta anomalia, Peñate

62. Ibidem.

63. *Justiça em El Salvador...*, op.cit., pp.1035-1036.

64. Comissão de Acompanhamento dos Acordos de Paz, *El Salvador no oitavo aniversário da assinatura dos acordos de Paz*, op.cit.

65. Op.cit. p.1037.

66. Comissão de Acompanhamento dos Acordos de Paz. A FMLN reconheceu publicamente haver cometido grave erro ao haver apoiado a nomeação desse procurador na Assembléia Legislativa.

foi destituído e substituído temporariamente pelo procurador adjunto, Marcos Valladares, que aprofundou a crise da procuradoria. Recentemente foi nomeada a Dra. Beatriz Alemani de Castillo, que tem a grande responsabilidade de recuperar a credibilidade da Instituição⁶⁷.

DESEMPENHO ELEITORAL DA FMLN

89. Os acordos de Paz criaram as condições para que a FMLN se transformasse de organização guerrilheira em partido político legal. *Desde então existe uma luta diária, cotidiana contra a direita*⁶⁸. Enquanto a FMLN luta para levar adiante a transição para a democracia costurada pelos acordos de paz, a Arena luta para impor o modelo neoliberal no país.

90. Em 1994 a FMLN participa pela primeira vez em eleições como partido político, obtendo 21 deputados e 15 governos locais, e desde então até hoje sua força eleitoral tem crescido ininterruptamente, tanto no âmbito municipal como no legislativo⁶⁹.

91. Nas eleições de 16 de março de 1997 dá um grande salto adiante, ganhando o governo de San Salvador e 53 prefeituras, incluindo a maioria das cidades mais importantes onde vive a maior parte da população do país. Ao mesmo tempo, obteve 27 cadeiras no parlamento⁷⁰, de um total de 94. A ARENA, por outro lado, obteve a vitória em 161 prefeituras menores e fez 28 deputados. No entanto, devido à atual legislação, enquanto os governos locais da FMLN abrangem mais da metade da população do país, sua representação parlamentar atinge apenas um terço do parlamento. Estes dados ilustram bem as deformações do sistema eleitoral que esta organização política está lutando para transformar.

92. Os avanços eleitorais da FMLN faziam prever uma muito acirrada disputa eleitoral entre a FMLN e a ARENA nas eleições presidenciais de março de 1999⁷¹, mas crescentes contradições internas aparecidas dentro da FMLN (chegaram até ao extremo de fazer contra-campanhas públicas e privadas contra os próprios candidatos da chapa presidencial⁷²), o que unido a um discurso político e orientação da campanha muito pouco diferenciados dos da ARENA, criaram ceticismo e desconfiança entre os eleitores. O resultado

67. Nidia Díaz, Notas a este trabalho.

68. Salvador Ceren, Notas a este trabalho, 25 de julho de 2001.

69. Instituto de Ciências Políticas e administrativas "Farabundo Martí", Documento, p.2.

70. Apesar da ruptura com a fração encabeçada por Joaquín Villalobos que obteve 7 deputados nas eleições anteriores.

71. O candidato da ARENA foi Francisco Flores, e o da FMLN, ala renovadora, Facundo Guardado.

72 Nidia Díaz, Notas a este trabalho.

foi uma pronunciada abstenção, em torno de 60% e a vitória folgada da ARENA (52% dos votos) sobre a FMLN (30%)⁷³.

93. No entanto, é interessante observar que, no ano seguinte, em março de 2000, a Arena sofre o *mais duro revés político de sua história*. Perde 169 mil e 600 votos comparados com a votação de 1994, ficando em *minoría legislativa em relação à FMLN*⁷⁴. Este último partido consegue duas cadeiras a mais no parlamento e oito das quatorze capitais de províncias, entre elas a mais importante: San Salvador⁷⁵. Embora ganhe só em 80 dos 263 municípios⁷⁶ existentes no país, como na vez anterior são os mais populosos, pois neles vivem 60% da população desse país e onde tem lugar 70% de sua atividade econômica.

94. Este resultado eleitoral reafirma uma clara tendência à *debilitação da influência da reação nativa nas áreas de maior concentração populacional urbana, nas regiões mais politizadas e de maior cultura democrática, nas urbes relativamente melhor informadas. Seu poder [...] municipal tende a se deslocar para pequenas vilas e cidades e para certas áreas rurais, as quais tendem a se tornar o último reduto de uma direita corrupta e retrógrada em relação à democratização e ao progresso social*⁷⁷.

95. Tudo faz pensar que a organização *farabundista* está rompendo aceleradamente com os temores da população, baseados na cultura anticomunista difundida pela direita e nos problemas derivados dos conflitos armados⁷⁸.

96. No entanto, esta vitória eleitoral da FMLN se vê ofuscada pela grande abstenção eleitoral, fenômeno que vai se intensificando nesse país de eleição em eleição. Dos 3 milhões 245 mil votantes inscritos, acorrem às urnas 1 milhão 256 mil, 38,5%, desses votam na Frente 426 mil 289 eleitores.

A CAMPANHA DE 2000

97. O conteúdo e a forma adotados pela campanha nas eleições gerais de março de 2000 para deputados e prefeitos explicam em uma importante medida o êxito eleitoral alcançado pela FMLN.

73. Marta Harnecker, *La izquierda en el umbral del Siglo XXI...*, op.cit., p.69-70, parágrafos 236-237.

74. FMLN, *Lineamento estratégico* (esboço) El Salvador, 18 de junho de 2000.

75. FMLN, *XII Convenção Nacional Extraordinária, Avaliações do evento eleitoral de 12 de março do ano 2000*, (esboço para discussão), 18 de junho de 2000, p.4.

76. Nas eleições de março de 1997, havia ganhado o governo da capital e 53 outras prefeituras e 27 cadeiras no parlamento, de um total de noventa e quatro, transformando-se na segunda força eleitoral do país, logo após a ARENA.

77. FMLN, *Lineamento estratégico* (esboço) El Salvador, 18 de junho de 2000

78. FMLN, *XII Convenção Nacional Extraordinária...*, op.cit. p.9

98. Apesar das deficiências do sistema político eleitoral e da recorrente abstenção⁷⁹, foi uma campanha limpa, criativa, propositiva, e a FMLN foi o único partido que apresentou uma proposta programática clara e alternativa ao neoliberalismo⁸⁰. Os conteúdos da campanha publicitária foram claramente de esquerda.

99. Estes teriam sido elementos determinantes na incorporação da militância à campanha, assim como a definição da população por uma opção transparente⁸¹.

100. Dadas as limitações financeiras da campanha da FMLN, foi posta em prática uma série de iniciativas populares novas. Foi nas atividades de visita casa por casa que mais se evidenciou a criatividade da militância. E este foi outro dos fatores importantes da vitória eleitoral.

101. Outro fator foi o definhamento do partido Arena junto ao povo. Desde julho de 1999 – data em que assumiu a presidência da República -, até janeiro de 2000 – data em que se inicia a campanha legislativa – Flores vetou 14 decretos legislativos que teriam contribuído para aliviar diversos problemas sociais⁸².

102. Mas talvez um dos fatores que mais peso teve foi a projeção pública de unidade do partido em torno dos eixos estratégicos da campanha; salvo raras exceções, conseguiu-se estruturar o trabalho de campanha sem importar as diferenças internas, o que levou a projetar uma imagem de unidade para fora e a conseguir maior eficiência para dentro. Ficou demonstrado que a projeção de unidade baseada em princípios, objetivos e no programa do partido, é fundamental para os grandes desafios que se avizinham e que a população considera que somente unidos com eixos de programa unificados perante os interesses do povo e dos setores médios, a FMLN pode ser um verdadeiro fator de poder no país⁸³.

103. **Não se trata de projetar uma falsa imagem de unidade que cedo ou tarde pode ficar a descoberto**, sustenta um documento da FMLN no qual se faz um balanço dessa disputa eleitoral; *trata-se de conduzir com maior maturidade as nossas diferenças internas e nos focalizar nas missões históricas, presentes e futuras diante da população, que conclua com a verdadeira unidade do partido, fundamentada nos princípios revolucionários, democráticos e socialistas que definem seus estatutos, seu programa e sua razão histórica*⁸⁴.

79 Nidia Díaz, Notas a este trabalho.

80. Ibidem.

81. FMLN, **XII Convenção Nacional Extraordinária**, *Avaliações do evento...*, op.cit.

82. Nidia Díaz, Notas a este trabalho.

83. FMLN, **XII Convenção Nacional Extraordinária**, *Avaliações do evento...*, op.cit. p.12.

84. Ibidem.

104. Embora nas eleições gerais de março de 2000 a cara que a FMLN apresentou foi mais unitária, houve, no entanto, lugares onde candidatos a prefeitos do partido fizeram campanha contra sua própria organização política ou se apresentaram apoiados por outros partidos. O interessante é que estas condutas receberam uma rejeição categórica por parte da população⁸⁵. Nenhum deles foi eleito. Sobressaíram-se mais as bandeiras da FMLN do que o carisma de determinados indivíduos.

DESEMPENHO PARLAMENTAR

105. Logo depois de se transformar na força majoritária do parlamento, uma manobra dos partidos de direita impede que a FMLN assuma, como era de se esperar, a presidência dessa instituição, apesar da tradição de havê-la entregado sempre ao partido com maior força parlamentar.

106. A fração parlamentar da FMLN assumiu sua tarefa com grande responsabilidade e tem uma boa presença nos meios de comunicação, o que lhe permite dar a conhecer a posição da Frente sobre a problemática do país e estabelecer claramente suas diferenças com a direita. Realiza também um esforço para se vincular aos setores majoritários da população, coordenando ações entre a fração parlamentar e os diferentes setores sociais.

GOVERNOS LOCAIS: PEÇAS CHAVES NA CREDIBILIDADE DA FMLN

107. Por outro lado, o prefeito de San Salvador, Héctor Silva, é um dos políticos mais populares do país⁸⁶ e sua gestão tem recebido reconhecimento internacional. A experiência de descentralização municipal em distritos, o resgate do centro histórico, o tratamento integral de resíduos sólidos, os programas dirigidos aos setores mais desvalidos, além da honestidade e transparência de sua gestão em meio à corrupção reinante, explicam este reconhecimento. Inclusive o BID lhe concedeu um empréstimo de US\$ 10 milhões, que poderia ser ampliado para US\$ 40 milhões, para ser investido em zonas marginalizadas⁸⁷.

108. Graças ao seu desempenho nos municípios que governa e ao seu desempenho no Parlamento, a FMLN chegou a ser o partido político com maior credibilidade no país (23,55% contra 16,84% da Arena). Mas por cada salvadorenho que acha isso há dois que não acreditam em nenhum partido⁸⁸.

85. Op.cit p.2.

86. Na pesquisa CID--Gallup, auspiciada por El Diario e TCS de maio de 2000, aparecia em primeiro lugar (Alpress, 29 de maio de 2000). Em outra de fevereiro de 2001 havia sido deslocado para o segundo lugar pela esposa do presidente da República, que conseguiu essa aprovação por seu bom desempenho na questão do terremoto. *XXIV Pesquisa de Opinião 9--11 fev.2001*, Centro de Pesquisas da Opinião Pública Salvadorenha (CIOPS), Universidade Tecnológica de El Salvador.

87. **Alpress**, 29 de maio de 2000.

88. Quase a metade dos entrevistados (47,96%) não acredita em nenhum partido (XXIV Pesquisa de Opinião 9--11 fev 2001, op.cit.).

109. A constituição da FMLN em partido político significou todo um processo. Em 1992, no momento do nascimento, era uma das cinco organizações que a compunham durante a guerra: As Forças Populares de Libertação Farabundo Martí (FPL), o Exército Revolucionário do Povo (ERP), o Partido Comunista Salvadorenho (PCS), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro- Americanos (PRTC) e a Resistência Nacional (RN). Em seguida, em 1994 – data em que saíram da organização os dirigentes do ERP e da RN, transformou-se em um partido de tendências. Mas, em 1997, surgiram no interior do partido posições muito divergentes sobre o rumo que este devia seguir: uma tendência encabeçada por Facundo Guardado, qualificada pela imprensa de “renovadora”, que procurava uma social-democratização da FMLN, e a outra, qualificada de ortodoxa, que defendia sua linha histórica.

110. A agudização destas contradições determinou que as tendências opostas se transformassem em frações. *Na atualidade, sob um novo estatuto que entrou em vigência em maio de 2001, resultado da convenção de dezembro de 2000, está-se levando adiante um processo de integração unitária entre os diversos pensamentos do partido. Este procura dissolver as frações, estruturas, grupos e locais paralelos à institucionalidade, para que se reconstrua um único FMLN revolucionário, democrático e socialista.*

111. *Essa é a exigência de unidade que reivindica a militância e pela qual, organismos de direção e militantes, estão obrigados a trabalhar.*

112. *No próximo 25 de novembro de 2001 serão realizadas eleições diretas e secretas para eleger as novas autoridades da FMLN, as quais deverão se manter na liderança do partido por um período de 3 anos⁸⁹.*

113. Dada a composição do partido *devem existir mecanismos de debate e de construção permanente de pensamento no que se refere à estratégia e à tática, programa, rumo socialista, formato de partido⁹⁰*, etc. E é necessário encontrar fórmulas para resolver adequadamente as diferenças e reconstruir em cada momento o processo de unidade.

114. *No começo as coincidências se davam por origens de partido; na etapa atual agrupamentos de coincidências se dão mais por visões comuns sobre programa, estratégia e rumo. Por isso é importante um trabalho político-ideológico constante, acompanhado de uma ação política e social diária⁹¹.*

89. Nidia Díaz, Notas sobre este trabalho.

90. Salvador Ceren, Notas a este trabalho.

91. Op.cit.

DIFICULDADES COM O MOVIMENTO SOCIAL E NECESSIDADE DE SUA REATIVAÇÃO.

115. Havendo tido El Salvador um dos maiores e mais combativos movimentos sociais da América⁹², e existindo uma relação direta entre estes movimentos e os grupos ou partidos de esquerda de então - que em seguida formaram a FMLN-, chama muito a atenção o fato de que hoje uma das grandes debilidades desta organização política de esquerda seja justamente sua dificuldade para se relacionar com os setores populares e reconstruir um forte movimento de massas.

116. Uma das razões que explica isso é que a *clandestinidade, a matança e o exílio deixaram a esquerda em uma situação de desarraigo social*. E se foi configurando *uma militância de esquerda que perdeu em medida considerável seus vínculos naturais com a sociedade [...]*⁹³.

117. Outra é a inexperiência da FMLN no terreno institucional. Transformado muito rapidamente em um grande partido eleitoral, responsável pela administração de um número considerável de municípios e por realizar um bom desempenho parlamentar, concentrou suas energias neste terreno, deixando de lado o impulso ao movimento popular.

118. Uma terceira razão poderia ser uma incapacidade da FMLN para criar formas de comunicação mais efetivas. Não basta só ter idéias revolucionárias, é necessário que estas sejam compreendidas pelos setores populares⁹⁴.

119. Resolver estes problemas é urgente. A realidade objetiva de pobreza e desemprego do país, *à qual é preciso unir o desespero e impotência diante das catástrofes naturais e, além disso, o desencanto pela vida política, pelas instituições, talvez pelo próprio sistema de partidos tal como funciona, e a idéia generalizada de que a corrupção campeia por todos os lados, faz pensar que uma acumulação de forças a partir da esquerda terá necessariamente que vir de: uma reativação dos movimentos sociais, da luta popular, de uma crítica mais dura à institucionalidade política, às suas regras de jogo, talvez propondo ir rumo a uma Constituinte, e de uma melhor difusão das propostas concretas da FMLN, alentando os movimentos sociais, as organizações populares para que as tornem suas, e se possa articular um movimento comum*.

120. [...] *Em última instância se trata de fazer com que as idéias e propostas da FMLN se conectem eficazmente com o mal-estar social geral e com estruturas sociais organizadas: assim se vai aumentar o caudal do rio e alargar seu leito. [...] As experiências apontam que quando um movimento de esquerda se vincula ao povo, falando claro e atuando sem complicações; quando é capaz de se conectar com os desejos,*

92. Antes da guerra e proporcionalmente ao número de habitantes.

93. FPL, *Um Partido de Esquerda Democrática (proposta das FPL-FMLN)*, **Diário Latino**, 16 de junho de 1994, p.11.

94. [...] *as idéias revolucionárias, para que conectem com a sociedade, para que se tornem encarnadas com os desejos dos explorados, dos oprimidos, devem ser apresentadas de forma compreensível, atrativa, fresca. [...]* Iosu Perales, *Sobre a situação da FMLN, a questão da identidade*, San Salvador, 1999, (documento inédito).

*com os sentimentos dessa multidão de deserdados da terra, as coisas podem ser mudadas; pode-se modificar a situação do país*⁹⁵.

121. Resolver as relações da FMLN com o movimento popular é a tarefa estratégica número um se se quer conseguir construir, como essa organização se propõe, *uma ampla combinação de forças sociais e políticas* que permitam *levar ao seu fim último* os acordos de paz, construindo em El Salvador a verdadeira *democracia com justiça social para todos*, o que o povo salvadorenho merece⁹⁶.

VENEZUELA: CONSTRUIR UM INSTRUMENTO POLÍTICO À ALTURA DO PROJETO

MASSIVO APOIO ELEITORAL

122. Na Venezuela, o ex-tenente coronel Hugo Chávez Frías *ganha folgadoamente as eleições presidenciais de 6 de dezembro de 1998 com 56% da votação no primeiro turno. O povo, cansado da corrupção e cada vez mais cético em relação à forma tradicional de fazer política, apostou em um candidato de novo tipo*⁹⁷.

123. Chávez se tornou conhecido perante o país como *líder do movimento de militares bolivarianos (MBR 200)*⁹⁸, *que havia tentado levar adiante um golpe militar em 4 de fevereiro de 1992*⁹⁹ *para derrocar o então presidente Carlos Andrés Pérez, por corrupção e traição à constituição*¹⁰⁰.

124. Desde que foi libertado da prisão, algo mais de dois anos depois da fracassada *tentativa golpista, por um indulto do presidente Caldera, o ex- militar havia percorrido o país tratando de convencer o povo da necessidade de uma mudança institucional profunda para poder tirar a Venezuela do caos, da corrupção e da inoperância*¹⁰¹.

95. Op.cit.

96. Comissão de Acompanhamento dos Acordos de Paz, op.cit.

97. Marta Harnecker, **La izquierda en el umbral del Siglo XXI ...**, op.cit. p. 70, parágrafo 239.

98. O Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (o número corresponde ao bicentenário da morte de Simón Bolívar) foi fundado por um grupo de jovens oficiais do Exército, em 17 de dezembro de 1982 em Maracay, em homenagem ao Libertador Simón Bolívar, *com o objetivo estratégico de tomar o poder, es histórico da construção de um novo modelo de sociedade* (Alberto Jordán Hernández, **Prueba al MBR-200**, Caracas, 15 de maio de 2001, (documento).

99. Estes militares decidiram atuar contra Carlos Andrés Pérez logo que este os lançou contra o povo para controlar o transbordamento popular motivado pela fome e pela pobreza, em 27 de fevereiro 1989, no chamado “caracaço”.

100. Marta Harnecker, **La izquierda en el umbral del Siglo XXI**, op.cit. p.70, parágrafo 239.

101. Ibidem, parágrafo 240.

125. *“Desde sua irrupção na vida nacional, Chávez provocou as mais fervorosas lealdades e as mais profundas rejeições. Para os que o apóiam ele é ‘um líder natural, com uma nova proposta libertária’. Para os seus inimigos ele é um ‘gorila autoritário’, um ‘ditador imaturo’, um ‘demagogo populista’.”*

126. *A campanha de terror a que sempre recorre a direita quando se vê perdida, desta vez não funcionou. A mensagem de Chávez de “refundar a democracia, ressuscitar a Venezuela e decretar a morte definitiva dos ‘talos’ corruptos” foi ganhando cada vez mais adeptos¹⁰².*

127. *O processo eleitoral foi absolutamente normal e pacífico e seus resultados prontamente reconhecidos por todos os partidos. Contra todas as previsões a “Bolsa de Valores registrou uma alta explosiva e histórica”¹⁰³.*

128. *Esta [...] vitória do jovem candidato de apenas 43 anos reflete o esgotamento do bipartidarismo adeco-copeiano que governou o país durante 40 anos¹⁰⁴ e constitui um dos mais interessantes desafios para a esquerda em nosso continente. Pela primeira vez, um ex-militar que se declara “revolucionário” se propõe a mudar as regras do jogo institucional pela via pacífica e tem a correlação de forças necessária para fazê-lo – a ampla maioria com que ganha as eleições foi se consolidando na medida em que transcorriam os meses¹⁰⁵.*

129. *Chávez se sente construindo uma nova história, pretende “fazer uma verdadeira revolução” colocando em prática “mudanças estruturais no aspecto político, no social, no cultural, no econômico”, no moral, mas pretende fazê-la “em paz e em democracia para viabilizar pacificamente o trânsito e a transformação*

102. M. Harnecker *La Izquierda en el umbral del Siglo XXI...*, pp.70-71, parágrafos 241—243. O citado entre aspas é de Ximena Ortúzar, *O novo presidente da Venezuela receberá um país em uma profunda crise econômica e social. Chávez, “ditador imaturo”, beneficiário da inoperância e da corrupção dos partidos tradicionais*, revista mexicana **Proceso Internacional**, Nº 1153, 6 de dezembro de 1998.

103. No primeiro dia em que a Bolsa abre logo depois das eleições, essa registra uma alta de 22.22%, e no dia seguinte sobe para outros 19.34%, *enquanto que a moeda nacional, o bolívar, valoriza-se em 1.1% em relação ao dólar.* (X. Ortúzar,) Op.cit., parágrafo 243.

104. Ação Democrática e o Partido Social Cristão, COPEI, decidiram se unir na última hora com o objetivo de impedir a vitória de Chávez. Sua derrota, embora previsível, foi muito maior do que o esperado. *Os votos da AD --que por 40 anos foi a primeira força eleitoral do país - a favor de Salas Romer foram 427 mil 46 (7.76%), e os do Copei 99 mil 626 (1.81%). Por sua vez, Luis Alfaro Uceró, candidato da AD que se negou a “retirar” sua candidatura, obteve 20 mil 630 votos (0.37%).* (X. Ortúzar, citado em *La Izquierda en el umbral...*, op.cit. p.71, parágrafo 244).

105. Já em meados de 2001 a situação está mudando; a não materialização de medidas econômicas que favoreçam o povo e a campanha opositora que tem se aproveitado habilmente das debilidades do regime, tem-no feito ir perdendo algo de popularidade, embora ainda conte com o apoio majoritário do povo.

*profunda e necessária*¹⁰⁶. Para consegui-lo tinha que mudar as regras do jogo, tinha que *refundar o estado* e para isso era necessário reformar a Constituição. Um referendo aprovou a idéia.

MUDANÇA DAS REGRAS DO JOGO E SUAS DIFICULDADES

130. Convocou-se em 1999 uma assembléia constituinte, composta por 131 *membros*. Esta realizou sessões durante uns seis meses e finalmente apresentou um projeto de nova Constituição, o que foi aprovado pela esmagadora maioria (129 votos)¹⁰⁷ e em seguida submetido à votação, obtendo o apoio de 70% do eleitorado venezuelano.

131. Esta *Nova Constituição* tem entre os seus eixos centrais a justiça social, a liberdade e a participação política das pessoas; a defesa do patrimônio nacional (oposição ao neoliberalismo) e a defesa intransigente da soberania nacional venezuelana.

132. A igualdade perante a lei se torna extensiva aos povos indígenas, os quais têm direito a manter e desenvolver sua identidade étnica e cultural, valores, espiritualidade e seus lugares sagrados e de culto.

133. Mas talvez o mais curioso desta experiência está no fato de introduzir na Carta Magna o conceito de participação popular. Esta diz textualmente: *“Todos os cidadãos e cidadãs têm o direito de participar livremente dos assuntos públicos, diretamente ou por meio de seus representantes eleitos.*

*134. A participação do povo na elaboração, execução e controle da gestão pública é o meio necessário para conseguir o protagonismo que garanta seu completo desenvolvimento, tanto individual como coletivo. É obrigação do Estado e dever da sociedade facilitar a criação das condições mais favoráveis para sua prática”*¹⁰⁸

135. E acrescenta mais adiante: *“os eleitores e eleitoras têm direito a que seus representantes prestem contas públicas, transparentes e periódicas sobre sua gestão, de acordo com o programa apresentado”*¹⁰⁹.

136. Reivindica com firmeza o respeito à nação e sua soberania, rejeitando explicitamente a instalação de *bases militares estrangeiras*¹¹⁰.

106. Discurso de Hugo Chávez no fórum organizado pelo diário *El Nacional* e El Ateneo de Caracas sobre *A constituinte*, em 23 de setembro de 1998. Citado em: M. Harnecker, *La izquierda en el umbral del Siglo XXI...*, op.cit. pp.71--72, parágrafo 245.

107. Dados colhidos de **Venezuela-Coyuntura**, maio 2000, (documento).

108. **Nova Constituição da República Bolivariana da Venezuela**, *Capítulo IV: Dos direitos Políticos e do Referendo Popular, Seção Primeira: dos direitos políticos, Artigo 62*. Gazeta Oficial 30 de dezembro de 1999, Caracas, Venezuela, p.13.

109. **Nova Constituição...**, *Artigo 66*, op.cit, p.14.

110. Op.cit. p. 4.

137. Estabelece um Poder Judiciário verdadeiramente neutro, *que administre justiça e não esteja seqüestrado por cúpulas ou tribos judiciais*¹¹¹, e um estado de direito respeitado por todos. No caso dos povos indígenas, suas autoridades legítimas aplicarão em seu *habitat* instâncias de justiça com base em suas tradições ancestrais, segundo suas normas, sempre que não forem contrárias à Constituição¹¹².

138. Os juízes deverão ser eleitos através de concurso público que assegure a idoneidade dos participantes. A lei a esse respeito garantirá a participação cidadã no procedimento de seleção dos juízes.

139. O Poder Executivo Nacional tem a obrigação de informar anualmente à Assembléia dos aspectos políticos, econômicos, sociais e administrativos de sua gestão. De igual maneira, os deputados têm que prestar contas aos seus eleitores e responder às inquietações que estes expuserem. A idéia é que exista um controle permanente do povo sobre seus eleitos.

140. Além dos três poderes tradicionais (Executivo, Legislativo, Judiciário) são criados outros dois: o Poder Cidadão e o Poder Eleitoral.

141. O primeiro será exercido através do Conselho Moral Republicando, que está integrado por um Defensor do Povo, pelo Procurador Geral e pelo juiz do Tribunal de Contas da República. Seus membros devem ser aprovados pela Assembléia Nacional.

142. O Defensor do Povo *tem a seu cargo a promoção, defesa e vigilância dos direitos e garantias estabelecidos na Constituição (...), além dos interesses legítimos, coletivos e difusos dos cidadãos e cidadãs*¹¹³.

143. O Poder Eleitoral é uma espécie de árbitro encarregado de vigiar todas as eleições para garantir seu esmero¹¹⁴.

144. Em resumo, A Nova Constituição constitui um instrumento valioso para *refundar a nação* e avançar pelo pedregoso caminho da “revolução pacífica”.

145. Significa sem dúvida uma profunda mudança política, mas ainda falta ordenar o conjunto de leis e regulamentos que deveriam corresponder à nova constituição. Grande parte do arcabouço jurídico-político do país continua sendo o mesmo de antes. Vive-se esse processo contraditório. O estado não pode se transformar porque está protegido pela velha lei de carreira administrativa, pelos velhos privilégios

111. Op.cit. pp.54--55.

112. Op.cit. p.55.

113. Op.cit., p.60.

114. Op.cit. p.64.

sindicais. Corresponderia à nova Assembléia Nacional completar essa tarefa, mas para isso é preciso ter parlamentares que saibam para onde vai o processo e um partido orientando essa discussão.

146. Há quem pense que o parlamento venezuelano está reproduzindo o que foi o velho Congresso no sentido de levar adiante uma política isolada da população.

147. Chávez, conhecendo as limitações do processo, recorreu à chamada “Lei Habilitante” em novembro de 2000, medida transitória (com duração de um ano) que consiste em que a Assembléia Nacional entrega ao executivo o poder de elaborar leis chaves para o futuro do país: na área financeira e na área social.

148. O Conselho de Ministros elabora a lei, o presidente a aprova, notifica-se à Assembléia Nacional e passa a se transformar em lei.

149. Assim se elaborou a lei de orçamento, mas está pendente uma série de outras leis sociais.

150. E não só não se conseguiu ainda renovar o corpo legal, mas também não se conseguiu desmontar a estrutura econômica do velho modelo, nem os mecanismos geradores de idéias e valores: meios de comunicação, educação, absolutamente dominados pela direita.

O PROCESSO TRANSFORMA OS COMANDOS MILITARES. PERIGO DE PATERNALISMO

151. Estas enormes limitações das estruturas dentro das quais Chávez deve levar adiante o processo, assim como a urgente necessidade de satisfazer as expectativas da população, fizeram com que este tivesse que recorrer às forças armadas, único aparato presente no território nacional com uma estrutura central, além da igreja. O governo central não existe como tal devido ao processo de descentralização que houve na Venezuela: a saúde e a educação estão descentralizadas, cada estado é um pequeno feudo que funciona sem coerência, inclusive sendo do mesmo partido: há 17 governadores que são do Movimento Quinta República (MVR), partido do presidente, mas atuam cada um por sua conta. A mesma coisa acontece com os prefeitos. O estado funciona de fato através das guarnições militares em cada lugar: para saúde, moradia, para atender as emergências. São os chefes militares destas que têm mais relações com o governo central e com a população do que as próprias autoridades locais.

152. Esta situação permite compreender por que Chávez tem recorrido às forças armadas para levar adiante muitas tarefas.

153. De fato, a execução do Projeto Bolívar 2000¹¹⁵ — consistente em um plano de manutenção das cidades, de limpeza de ruas, escolas, etc, para gerar ocupação e organizar a população -, que devia ser colocado em prática pelos ministérios, acabou sendo entregue às forças armadas, porque os ministérios não reagiram a

115. Este é anunciado ao país em 27 de fevereiro de 1999, ao completar 10 anos do chamado “caracaço”.

tempo. O mesmo ocorreu com os planos de emergência diante das chuvas torrenciais que caíram durante mais de uma semana no estado de Vargas.

154. A meta deste Projeto é a reconstrução do país através dos seguintes objetivos: melhorar as condições de vida dos setores populares; realizar ações que contribuam para a recuperação da infraestrutura social em zonas urbanas e rurais; impulsionar campanhas de saneamento ambiental para combater doenças endêmicas; contribuir para a geração de empregos nos setores mais necessitados; incorporar as organizações comunitárias a estas tarefas e atender a população em situação de máxima exclusão social¹¹⁶.

155. As forças armadas assumiram com muito entusiasmo este projeto e graças a ele têm se aproximado dos problemas que vive a população mais desvalida. Esse contato tem contribuído para criar consciência e compromisso social na oficialidade jovem¹¹⁷, que foi encarregada por sua aplicação.

156. Tem havido, no entanto, uma aresta não de todo feliz, já que os militares, acostumados a uma disciplina férrea e muito verticalizada, comprometeram-se muito mais em atingir as metas do que em promover a participação e o compromisso da população, que costuma contemplar passivamente como vão sendo resolvidos seus problemas.

157. Por outro lado, as responsabilidades de governo, que deveu assumir um grupo deles, vão mudando sua visão geopolítica: suas idéias de defesa, de inimigo. Os helicópteros *Black How* do Plano Colômbia representam uma ameaça para a soberania da Venezuela e isto motivou a busca de armas na Rússia e na China. Os velhos inimigos são agora seus aliados. Por outro lado, estão propiciando uma aliança diferente no continente com o Brasil e com Cuba.

158. É dentro das fileiras desses coronéis e capitães constitucionalistas onde surgem hoje os maiores reclamos para que se aprofunde mais rapidamente o processo. Pede-se também mais fortaleza diante da corrupção.

159. O matiz paternalista que tem dado ao processo a intervenção militar nos problemas sociais, viu-se reforçado pelo programa radial *Alô Presidente*, através do qual o mandatário mantém contato direto com a população durante duas horas por semana. Através dele o presidente recebe semanalmente uma grande quantidade de reivindicações de variada índole: atenção médica, problemas legais, materiais de construção, etc. Quem consegue conversar por esta via com o presidente sabe que seu problema será resolvido.

116. Tomado de um folheto editado pela Coordenação Interministerial – Projeto Bolívar 2000 Fundo de Fortalecimento Social.

117. A grande maioria militares institucionalistas que não participaram do golpe de 1992 contra o governo de Carlos Andrés Pérez, embora muitos tenham simpatizado com tais ações.

A OPOSIÇÃO SE ORGANIZA

160. Um dos setores que compõem hoje a oposição ao governo na Venezuela é a chamada Frente Institucional Militar, formada por altos comandos que ocuparam cargos no estado: Ochoa Antich, que foi ministro da defesa e chanceler do ex-presidente Caldera e outros quatro ministros de defesa vinculados ao processo de corrupção. Essa frente está incitando abertamente à rebelião, mas tem muito pouca força moral e pouca acolhida na população. Por sua vez o ex-companheiro de armas de Chávez, Arias Cárdenas, formou seu próprio partido de oposição, chamado “União”.

161. Surgiu também um movimento de oposição aberta ao processo, que começa a ter força nos setores médios do país, chamado “Primeiro Justiça”. Seu núcleo inicial esteve formado por um grupo de advogados. Tem em suas mãos a prefeitura de Chacao, a de Baruta, a de Altillo, quer dizer, o controle político dos bairros de camadas médias e altas. É um grupo muito ativo no parlamento: leva projetos de leis que se opõem aos da maioria chavista, que muitas vezes é pego de surpresa. Começa a abrir sedes em todo o país.

162. Estão muito ligados à Igreja Católica cujo episcopado encabeça a oposição ao governo. São defensores da propriedade privada e da educação privada. Promoveram uma mobilização de massas desses setores médios e altos de Caracas contra o projeto de lei sobre educação (Decreto 1011).

163. Por outro lado a hierarquia da Igreja Católica e os grandes meios de comunicação estão trabalhando ativamente contra o processo: Miguel Enrique Otero no jornal *El Nacional*, Ocegüera no *El Universal*, Cisneros na TV, todos eles muito relacionados com o movimento “Primeiro Justiça”. Tudo isto sem contar com a liderança indiscutível do Departamento de Estado e com a atividade de direção da Embaixada dos Estados Unidos.

MÚTUA DEPENDÊNCIA DO PETRÓLEO

164. Quase 80% do petróleo venezuelano vai para o mercado norte-americano. A CITGO, empresa venezuelana, faz o refino e vende como derivado ou gasolina. Essa empresa, por si só, tem 10% do mercado de gasolina norte-americano; 40% da energia que move sua costa leste é petróleo venezuelano. Se os Estados Unidos deixassem de comprar petróleo seria um duríssimo golpe para a Venezuela mas, ao mesmo tempo, se esta deixasse de vender petróleo aos Estados Unidos, ocorreria um caos no país. Existe assim uma mútua dependência.

165. Os Estados Unidos estão querendo impor que a Venezuela abandone o tratamento preferencial no fornecimento de petróleo dado aos países do Caribe, particularmente a Cuba, mas até o momento não conseguiram dobrar a vontade do governo venezuelano.

166. O tendão de Aquiles do processo venezuelano é que este não conta com instrumentos políticos adequados às transcendentais tarefas que se propõe realizar. Não existe uma organização política que saiba compreender as necessidades do momento e que seja um espaço para que as pessoas que se identifiquem com o processo possam discutir para onde este deve ir, que passos deve ir dando. O Movimento Quinta República (MVR) foi criado por Chávez com objetivos meramente eleitorais para participar das eleições de 1998.

167. Foi inscrito como partido político em 21 de outubro de 1997¹¹⁸. Este, junto com outros partidos de esquerda, construiu o Pólo Patriótico – coalizão eleitoral formada em torno da candidatura de Chávez¹¹⁹. Nas eleições de 1998, o MVR, identificado popularmente como o partido de Chávez, constituiu-se na primeira força política da Venezuela, com 41.06% dos votos. Foi seguido pelo Movimento ao Socialismo (MAS), com 8.48%, e pelo partido Pátria Para Todos (PPT), com 2.15%,¹²⁰ este último uma cisão da Causa R, partido que havia tido uma vertiginosa ascensão eleitoral em fins da década de oitenta e começos da de noventa¹²¹.

168. Este movimento cumpriu cabalmente com sua missão: ganhou sete eleições em dois anos, mas não se pode pedir que ele se constitua no instrumento político do processo: uma agrupação que potencialize a organização popular.

169. Uma das coisas que impede que o MVR se transforme no instrumento apropriado é a heterogeneidade de seus componentes. Muitas pessoas entraram nele por razões meramente oportunistas, outras se

118. Alberto Jordán Hernández, *Prueba al MBR-200*, op.cit.

119. Integrado por numerosos partidos, entre eles o Partido Comunista (PC), a militância do Movimento ao Socialismo (MAS) –terceira força política da Venezuela-- e Pátria Para Todos (PPT). Ver sobre este partido nota mais adiante.

120. Dados de Ximena Ortúzar, *Hugo Chávez deu uma reviravolta...*, op.cit.

121. *La Causa R inicia sua incursão no terreno institucional em 1984 com quatro vereadores na Prefeitura de Caroní, a cidade mais industrial do Estado de Bolívar. Quatro anos depois elege 3 deputados federais e no ano seguinte conquista a Prefeitura de Caroní e o governo do Estado de Bolívar. Três anos mais tarde reconquista ambos os governos locais e ganha a Prefeitura de Caracas, capital da Venezuela, obtendo maioria absoluta na câmara legislativa - triunfo eleitoral notável no que parece haver contribuído enormemente o fato de que o povo identificasse La Causa R com o Movimento Bolivariano encabeçado por Hugo Chávez. E nas eleições gerais de 1993 sobe de 3 para 40 deputados e 8 senadores, embora em seguida, por razões que aqui não podemos analisar, perde tanto o governo do Estado de Bolívar, como a Prefeitura de Caracas. La Causa R denunciou fraudes eleitorais em ambas as situações. A realidade parece ser mais complexa do que isso. De fato este partido terminou em uma lamentável divisão em fevereiro de 1997. O setor encabeçado pelo então secretário geral Lucas Mateo e pelo máximo líder popular, Andrés Velásquez, apoiado pela grande maioria do Novo Sindicalismo, com posições mais moderadas e aceitando a política de privatização das empresas do Orinoco, mantém o nome de La Causa R. O outro setor, encabeçado por Pablo Medina, seu anterior secretário geral, e em cujas fileiras militam figuras tão importantes como Aristóbulo Istúriz [ex-prefeito de Caracas] e Clemente Scotto [ex-prefeito de Caroní]—formou um novo partido: Patria Para Todos (PPT), que apoiou Hugo Chávez nas recentes eleições presidenciais. M. Harnecker, *La izquierda en el umbral ...*, op.cit, p.72, nota 190.*

deslumbraram com poder. Há crescentes contradições internas. Não tem sido fácil a relação deste movimento com o resto da esquerda. O afã hegemônico de vários quadros do MVR e o personalismo e pouca flexibilidade de alguns quadros da esquerda, têm impedido a consolidação de uma condução política única à altura das circunstâncias e capaz de potencializar o que cada uma das organizações que compõem o Pólo Patriótico poderia dar. Há quem argumente que Chávez deveria desempenhar um papel muito mais ativo neste terreno, pois só ele pode garantir a organicidade e funcionalidade de um espaço tão heterogêneo.

170. Por outro lado, os velhos partidos AD e COPEI, ao se desintegrarem, arrastaram consigo o que restava de organização popular: sindicatos, centros de estudantes, associações de moradores. Há uma grande necessidade de reconstruir o tecido social e não há força política que esteja desenvolvendo a tarefa da organização da população, do povo.

171. Consciente destas debilidades e da imperiosa necessidade de contar com esse instrumento político eficaz para levar adiante seu programa e, principalmente, para promover um processo de organização popular que canalize organicamente o grande apoio com que conta seu governo na população venezuelana, Chávez levantou publicamente, em 7 de maio de 2001, a necessidade de refundar o Movimento Revolucionário Bolivariano (MBR-200) e convocou reconhecidos militantes de partidos de esquerda como Pablo Medina, secretário geral de Pátria Para Todos (PPT), e Guillermo García Ponce, ex-dirigente comunista, para acompanhá-lo nesta tarefa¹²².

172. E junto com essa iniciativa, Chávez lança outra: a dos “círculos bolivarianos”, convocando a população, onde quer que esteja e como queira, a se organizar através destes círculos para difundir a Constituição e realizar alguma tarefa concreta: dar resposta às necessidades do bairro, formar uma cooperativa, conseguir um empréstimo no banco, etc. O presidente tem plena consciência de que, sem a participação popular, a revolução ficaria sem combustível¹²³.

173. Indica um telefone para o qual basta ligar para que estes círculos fiquem constituídos. Este excesso de espontaneísmo tem sido criticado por alguns, mas o importante é que a idéia se arraigou muito nos bairros, e em alguma medida entre os estudantes.

174. As reações dos mais diversos tipos não se fizeram esperar.

175. Algumas refletiram grande ceticismo: considera-se que os graves problemas que vive a Venezuela não se resolvem fazendo ressuscitar o MBR—200. Outras consideram que *as batalhas por vir merecem*

122. Cadena Capriles, *Viragem Luis Miquelena estabelece distância com projeto revolucionário de Chávez*, diário **El País**, 23 de maio 2001, correio eletrônico.

123. Intervenção de Chávez ao entregar a Fidel Castro o Grande Colar da Ordem de Angostura, em 11 de agosto de 2001, em Ciudad Bolívar.

*reagrupar as forças hoje dispersas e que requerem de uma organização política com disciplina e formação ideológica superiores às dos atuais quadros do MVR. Acham que ali onde surgir um movimento social (estudantil, sindical, de moradores, cultural) deve haver gente do MBR—200 pronta e capaz de assumir sua direção. Que ali onde pulule a corrupção, a ineficiência administrativa ou a conspiração, deve haver um vigilante do MBR-200 para informar isso aos seus dirigentes*¹²⁴.

176. *Uns o opõem ao MVR, outros consideram que são complementares, porque o MBR-200 seria uma confluência de movimentos sociais*¹²⁵, ao contrário do primeiro que seria o partido de governo.

177. A idéia é que este Movimento aglutine *as forças sociais que estão com o processo* e que não necessariamente militam em partidos, com o objetivo de *organizar a sociedade para a transformação*¹²⁶, enquanto o MVR governa.

178. Segundo outra opinião, o MBR-200 teria como missão *construir o que não existe hoje: um movimento popular e social com um comando centralizado, democrático, no qual estejam as expressões dessas lideranças que existem mas que estão dispersas, em nível estudantil, do campesinato, das mulheres. Seria a unidade do movimento popular, social mas entrelaçado com os setores mais avançados e progressistas do campo revolucionário. O grande desafio do MBR-200 seria conseguir que ali estejam as grandes maiorias que participam e dotar este processo de fortaleza não só ideológica e política, mas organizativa. Não se trataria de reconstituir um partido semelhante ao dos anos 60 e 70 que apareciam como inatingíveis para o povo, porque eram os tipos luminosos, separados da população que estava em baixo. O MBR-200 terá que dotar essa estrutura na qual haverá quadros e líderes, fundamentalmente de povo*¹²⁷.

UM MOVIMENTO SINDICAL CRÍTICO

179. Outro dos problemas que Chávez deve enfrentar é o fato de não contar com um movimento operário forte, coeso e revolucionário. O referendo sobre a destituição das direções sindicais e sua relegitimação pela base constituiu uma vitória desgastante. Embora a votação rotundamente majoritária tenha sido favorável (80%), houve uma grande abstenção resultado, entre outras coisas, de uma inadequada preparação e do cansaço produzido por sete eleições em tão curto período (dois anos).

124. Ernesto Villegas Poljak, *O movimento ressuscitado procura chegar aonde o MVR não chegou. O MBR-200 reagrupa o chavismo, no jornal diário El Universal*, Caracas, 7 de maio de 2001, documento.

125. Tarek William Saab, *“Vigência do MVR não está em perigo”*, entrevista, Caracas, segunda-feira 21 de maio de 2001, documento.

126. Francisco Almeliach, *“É preciso organizar as forças sociais”*, Caracas, 21 de maio de 2001, documento.

127. Tarek William Saab, *“Vigência do MVR não está em perigo”*, op.cit.

180. Apesar de todos os esforços do governo, a Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV), central sindical manipulada historicamente pelos partidos tradicionais AD e COPEI, com uma visão absolutamente economicista de sua missão, conserva a maior parte de sua força e tem procurado realizar uma greve geral, sem haver conseguido até agora materializá-la.

AUSÊNCIA DE RESULTADOS COMEÇA A MINGUAR APOIO POPULAR

181. Outro tendão de Aquiles é a falta de resultados. É difícil de entender que um governo que tem recursos, apoio político e alguns níveis de poder, não tome medidas que mudem de forma mais drástica a vida da população em índices como saúde e educação. Não se pode negar que estão sendo feitas coisas, mas os resultados ainda estão muito distantes das expectativas do povo.

182. A isto se acrescenta a campanha contra o processo posta em prática durante as 24 horas do dia pelos grandes meios de comunicação nas mãos da direita. Estes insistem na ineficiência, em que Chávez não sabe governar e toda uma série de coisas, e começam a criar dúvidas nos setores populares que têm sido a principal base de apoio social do processo.

183. No entanto, Chávez continua contando com um massivo apoio popular. Assegura este apoio uma série de medidas adotadas pelo governo:

184. a) as mais de mil escolas bolivarianas a cargo do estado venezuelano, com café da manhã, duas merendas (manhã e tarde) e almoço, com centros esportivos e de pesquisa.

b) a eliminação do pagamento de matrícula na escola pública, conseguindo-se o ingresso de mais de um milhão de crianças na matrícula escolar;

c) a oposição do governo da Venezuela ao Plano Colômbia, ao assentamento de tropas norte-americanas em seu território, como ocorreu na base de Manta no Equador, e ao uso do espaço aéreo e marítimo da Venezuela pelo Pentágono;

d) o esforço do governo para gerar, como nunca na história recente da Venezuela, fundos de investimento social com base na transparência da gerência do negócio petrolífero como propriedade do estado venezuelano.

e) sua oposição às políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial;

f) o estabelecimento constitucional que sustenta que o petróleo não é privatizável;

g) a promoção dos círculos bolivarianos, para conseguir uma participação organizada e consciente do povo na vida política do país, bairro por bairro, quadra por quadra, e implementar assim a proposta de uma democracia participativa;

h) a promoção da saúde pública, estabelecendo a proibição de cobrar nos hospitais públicos pelas emergências e melhorar a infraestrutura sanitária do país;

i) o estabelecimento de um código tributário para penalizar os grandes capitalistas e mafiosos que sonegam impostos.

j) a solução dos problemas de infraestrutura e moradias para os danificados do Estado de Vargas;

k) É criado o Banco do Povo Soberano através da lei de micro-finanças – inspirada no Banco do Povo de Bangladesh. Esta lei permite conceder créditos à margem da lei de bancos¹²⁸, que só favorece os que têm recursos suficientes para cumprir com todas as suas exigências. O aval é coletivo, a população pode começar a ter créditos na medida em que se organiza: em uma cooperativa, em uma associação civil. Isto fez com que se começasse a entender também a necessidade da organização para possibilitar a solução econômica dos problemas da população que está excluída dos circuitos econômicos formais.

l) No ano 2001, pela primeira vez desde 1978, o aumento do salário supera o da inflação, o que significa que a população mantém seu poder aquisitivo.

POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA EM NÍVEL INTERNACIONAL

185. Mas se alguém pode ter dúvidas dos alcances de seu projeto nacional, é difícil questionar os alcances de sua política internacional.

186. Convencido de que somente conseguirá realizar mudanças profundas em seu país se reduzir a dependência venezuelana dos Estados Unidos, tem levado adiante uma verdadeira ofensiva no campo internacional¹²⁹. Tem impulsionado processos de integração sul-americanos e caribenhos para fortalecer uma posição unívoca; tem privilegiado a relação com seus sócios da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e tem se aproximado de outros pólos de poder mundial como a Índia, Rússia e China, estreitando, ao mesmo tempo, os vínculos com Cuba e com os fóruns de nações emergentes, como o Grupo dos 15 de cooperação Sul-Sul do qual Chávez é seu novo presidente, e com o Grupo dos 77, que reúne mais de 120 nações em vias de desenvolvimento.

187. Estabeleceu também um compromisso de oferecer a 11 países centro-americanos e caribenhos um tratamento preferencial na venda de petróleo, como um gesto de cooperação.

188. Em um convênio assinado com Cuba, a Venezuela se comprometeu a fornecer à ilha até 53 mil barris diários de óleo em condições especiais de pagamento. Por sua vez, Cuba oferecerá à Venezuela uma série

128. Lei que impedia conceder créditos aos setores mais desvalidos.

129. A informação que a seguir exponho foi tomada fundamentalmente do artigo de Aram Ruben Aharonián, *Chávez busca aliados*, aparecido na revista eletrônica **Rebelión**, de 12 de junho de 2001.

de serviços: médicos – venda de medicamentos genéricos -, assistência técnica nos setores agrícola, turístico e esportes.

189. No Cone Sul, Chávez tem buscado uma aliança com o Brasil para se opor à ALCA e ingressar como membro no Mercosul.

190. Tudo isto não podia deixar de despertar senão reações contrárias tanto em Washington como no próprio país. Mas os Estados Unidos estão muito interessados no petróleo venezuelano, evitando por isso um confrontação pública definitiva com Chávez, o que não quer dizer que por baixo dos panos não estejam procurando uma maneira de eliminar fisicamente o mandatário venezuelano.

AS GUERRILHAS AVANÇAM NA COLÔMBIA

191. *Enquanto na América Central a guerrilha encontrou caminhos de paz através de saídas negociadas que implicaram em seu desarmamento, a luta armada não só se manteve na Colômbia, mas cresceu dia a dia [...]*¹³⁰. O próprio governo e as forças armadas colombianas tiveram que reconhecer que não têm sido capazes de derrotá-las e que mesmo com toda a colaboração militar que tem chegado através do Plano Colômbia, não se vislumbra uma derrota rápida e sem altos custos políticos e econômicos.

192. As três organizações político-militares históricas: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP)¹³¹, o Exército de Libertação Nacional (ELN)¹³² e o Exército Popular de Libertação (EPL) em muito menor medida, têm presença na maior parte do território nacional, especialmente em zonas rurais e suburbanas. Das 1150 prefeituras existentes a guerrilha deve ter presença em cerca de 500, mas também o paramilitarismo vem ganhando presença em cerca de 250 municípios, vários dos quais foram anteriormente bastiões da guerrilha.

193. E o governo não faz nada para conter seu crescimento. A própria *comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Mary Robinson, afirmou em uma declaração oficial que a ação do governo no combate contra o paramilitarismo é muito débil e insuficiente. Por sua vez, em inícios de abril a Agência France Press informou que cinco majores, onze capitães e três sargentos, afastados do exército depois da abertura de*

130. Marta Harnecker, **La izquierda en el umbral del Siglo XXI ...**, op.cit. p.605.

131. De agora em diante, para simplificar, quando me referir a esta organização usarei a sigla FARC.

132. Ver um maior desenvolvimento desta organização guerrilheira em Marta Harnecker, **Unidad que multiplica**, Ed. La Quimera, Quito, Equador, 1988.

uma investigação disciplinar, haviam-se integrado aos grupos paramilitares de Castaño¹³³ a quem serviam há já muito tempo a partir das próprias unidades do exército às quais pertenciam¹³⁴.

CRESCIMENTO MILITAR SEM REPERCUSSÕES NA OPINIÃO PÚBLICA

194. No aspecto militar as FARC continuam sendo a força insurreta com maior capacidade e força. Nestes últimos dois anos, têm desenvolvido ações de envergadura, de fato têm tomado diversas povoações, têm golpeado duramente as forças militares, sobretudo nos Departamentos (estados) de Antioquia, Cauca e Putumayo.

195. Outro forte golpe foi a derrubada de um helicóptero de última geração *Black Haw* pertencente a uma Força Tarefa e de outro em Putumayo, onde, além disso, causaram mais de 40 baixas à Força de Deslocamento Rápido, uma força de elite treinada por assessores norte-americanos.

196. Também têm operado nas cidades e manifestado sua intenção de realizar no futuro ações militares armadas no perímetro urbano. A mais recente ação realizaram em plena Bogotá, a uns 15 minutos do centro da cidade: atacaram a prisão de La Picota.

197. Por sua vez o ELN tem mantido um perfil relativamente baixo no que se refere às operações contra o exército, mas tem realizado importantes ações contra os paramilitares e tem se destacado mais no campo da sabotagem da economia, através de explosões de oleodutos e torres elétricas, assim como bloqueios de rodovias e rotas importantes, entre as quais se encontra a estrada pan-americana que une Medellín a Bogotá, onde a Frente Carlos Alirio Buitrago a manteve bloqueada por até dez dias.

198. Ambas as organizações não parecem estar sofrendo o desgaste de tantos anos de guerra. Sua capacidade de recrutamento cresce dia após dia. As FARC realizam acampamentos de formação de novos recrutas a cada três meses. Os últimos têm contado inclusive com 1.300 novos adeptos.

199. Mas este avanço militar rebelde não tem se refletido nos meios de comunicação, que bloqueiam o tema da guerrilha e pressionam por seu desarmamento e rendição. Ao contrário, estes meios propagam abundantemente o avanço dos paramilitares e do exército colombiano, cuja capacidade de ação tem evidentemente aumentado nos últimos meses graças à ajuda militar norte-americana vinculada ao Plano Colômbia, especialmente em equipamentos aéreos e treinamentos de batalhões “antinarcóticos” que, na realidade, são batalhões contra-guerrilheiros.

133. O chefe paramilitar mais conhecido.

134. Miguel Urbano Rodríguez, *A Colômbia no gume da história (2) As promessas de paz e a guerra permanente*, Avante, Lisboa, 19 abril 2001.

OS MEIOS DE DIFUSÃO PRODUZEM MAIS BAIXAS DO QUE A PRÓPRIA GUERRA

200. A guerra tem dividido a Colômbia em duas realidades muito diferentes: os territórios controlados pelas guerrilhas e os grandes centros urbanos cuja opinião pública é formada, em grande parte, pelos meios de comunicação monopolizados pelos grandes grupos econômicos. Estes meios desenvolvem uma campanha de desinformação contra as guerrilhas que lhes tem causado “mais baixas” do que a própria guerra impulsionada pelo exército. Propagam diariamente a imagem de uma guerrilha ligada ao narcotráfico, desumanizada, chantagista.

201. Por outro lado, quando informam de algum ataque guerrilheiro, fazem-no tratando de ressaltar os danos que sofre a população civil.

202. Não é estranho, então, que as pesquisas de opinião – por sua vez muito manipuladas – concluam que 60% da população teria uma atitude negativa para com a guerrilha; mas, sintomaticamente, quase toda a população se pronuncia a favor da paz e repudia massivamente os seqüestros.

203. As FARC, conscientes da rejeição que essas ações – que usaram no começo para financiar a guerra - provocavam na opinião pública, decidiram abandoná-las. Hoje o financiamento provém da cobrança de impostos das grandes fortunas: quem possui cifras superiores a um milhão de dólares deve pagar um imposto de 10% às FARC. Se estas pessoas não pagam, são detidas até que decidam fazê-lo¹³⁵. Segundo um de seus dirigentes, da mesma forma em que não se fala de seqüestros quando um estado manda para a prisão um cidadão que não paga os impostos que deve, tampouco se pode qualificar assim as detenções que por este motivo fazem as FARC.

204. Naturalmente que os meios de comunicação nunca informam sobre aspectos positivos da organização guerrilheira. Jamais informaram, por exemplo, das propostas que esta organização tem feito para erradicar os cultivos ilícitos de cocaína, que inclui um plano piloto de substituição de cultivos no município de Cartagena de Chairá (produtor de 90% da cocaína do departamento de Caquetá), que custaria só US\$ 10 milhões. Esse projeto foi elaborado com a participação das populações da região e que o governo tem ignorado¹³⁶.

205. Nem muito menos se referem às obras cívico-militares que realizam as FARC nos territórios que controlam: ruas, estradas, etc, ou às duras punições que esta organização aplica quando se inteira de que algum de seus comandantes tenha cometido algum desvio.

135. Miguel Urbano Rodríguez, *O humanismo das FARC—EP na palavra de Raul Reyes*, Avante. Lisboa 23 de agosto de 2001

136. Miguel Urbano Rodríguez, *A Colômbia no gume da história (1) Duas imagens do mesmo povo*, Avante, Lisboa, 12 de abril de 2001.

206. Diante desta situação as FARC não têm conseguido até hoje encontrar fórmulas para fazer chegar massivamente suas mensagens ao povo. Têm sido capazes de ir construindo força militar e social, mas não têm conseguido construir opinião pública majoritária favorável a sua luta.

207. Mas, conscientes de sua desvantagem neste terreno, e da importância de chegar com sua mensagem e suas informações a cada vez mais gente, têm impulsionado a criação de rádios da Resistência em suas diversas frentes, que se conectam entre si formando o que denominam Rádio Cadeia Bolivariana, que estaria chegando a todo o território nacional, transmitindo durante 8 horas diárias, 4 no período da manhã e 4 no da tarde. São estudadas também outras iniciativas neste terreno.

O MOVIMENTO BOLIVARIANO PELA NOVA COLÔMBIA

208. Estas operações militares guerrilheiras vitoriosas não têm conseguido, por outro lado, transformar-se em ações políticas que lhes permitam avançar na construção de um grande bloco sócio-político capaz de enfrentar eficazmente o sistema. Toda figura política pública que aparece ligada à guerrilha é alvo imediato dos paramilitares. Uma geração inteira de ativistas: quatro mil quadros da União Patriótica, frente política propiciada pelas FARC em 1985 como parte substancial do processo de diálogo que então se desenvolvia com o governo de Belisario Betancourt, foram assassinados¹³⁷.

209. Diante desta situação de guerra suja e de terror paramilitar que vem aumentando nestes últimos anos, as FARC-EP decidiram fundar, em 29 de março do ano 2000, o Movimento Bolivariano pela Nova Colômbia para reunir *a todos os patriotas que aspiram aos objetivos libertários e de unidade latino-americana pelos quais combateu Simón Bolívar. Nele cabem todos os que desejem oferecer seu grão de areia para a reconstrução e reconciliação nacional.*

210. *Expõe seu ideário no Manifesto Bolivariano e na Plataforma para um Governo de Reconciliação e Reconstrução Nacional*¹³⁸.

211. No discurso proferido no momento de apresentação do novo movimento as FARC ratificam sua proposição de fundo em relação à guerra: *a confrontação militar é apenas um meio para a obtenção de um fim: a Nova Pátria, democrática, soberana e com justiça social. Se na Colômbia se chegassem a abrir novos e positivos espaços, novas condições, um novo ambiente político, econômico e social que tornassem inócua o uso das armas, seguramente outra seria a perspectiva para a nação.*

137. FARC—EP, *Discurso no Lançamento do Movimento Bolivariano pela Nova Colômbia*, 29 de março de 2001. Ver mais elementos sobre esta experiência em: Marta Harnecker, *Rumo a uma frente política ampla*, entrevista com Bernardo Jaramillo (então presidente da União Patriótica e assassinado meses mais tarde) em: Marta Harnecker, **Entrevista con la nueva izquierda (Bernardo Jaramillo/Nelson Berrío)**, Centro de Documentação e edições latino-americanas, 1 maio de 1989, Manágua, México, Lima, pp.10—98.

138. FARC, *Carta de Reunião: “O povo não pode continuar disperso”*, 25 de março de 2001 (documento)

212. Concebem este movimento como um instrumento civil clandestino e alternativo *aos partidos tradicionais, que lute para incorporar a todos os inconformados à ação em defesa de seus interesses e pela conquista do poder político para os trabalhadores e setores democráticos da nação*¹³⁹.

213. Cada integrante do Movimento deve realizar uma atividade dentro do setor social em que vive, trabalhe ou estude, sem que seja de conhecimento público sua filiação política. Como todos os bolivarianos, deverá fazer esforços para se colocar à frente das lutas pelas reivindicações do povo e somente compartilhará seu segredo com os poucos companheiros que lhe sejam designados para trabalhar. Ninguém mais deve conhecer sua vinculação bolivariana¹⁴⁰.

214. Trata-se de um movimento amplo do qual possam participar todos *menos os inimigos declarados do povo*. Não tem estatutos nem regulamentos, nem sedes. Seus militantes se vinculam a *núcleos clandestinos, de múltiplas e variadas formas como círculos, juntas, oficinas, malocas¹⁴¹, famílias, uniões, combos¹⁴², irmandades, lanzas¹⁴³, grupos, clubes, associações, conselhos, galladas¹⁴⁴, parches¹⁴⁵, barras, mesas de trabalho, mingas¹⁴⁶, confrarias, comitês e todas as formas que por bem venham seus integrantes adotar e que, a seu critério, garantam-lhes o segredo de filiação e da compartimentação*¹⁴⁷.

215. As FARC não descartam que se *as circunstâncias políticas mudarem positivamente pela ação popular ou o processo de diálogos avançar significativamente, ou se a guerrilha crescer até se tornar maioria atuante e combativa, poderiam analisar a conveniência de novas formas de trabalho e de organização*¹⁴⁸. Enquanto isso não ocorrer acreditam que a clandestinidade é a única forma de proteger seus militantes não guerrilheiros.

139. FARC—EP, *Discurso no Lançamento do Movimento Bolivariano pela Nova Colômbia*, 29 de março de 2001.

140. Op.cit.

141. Moradias indígenas.

142. Grupos de jovens.

143. Soldados.

144. Grupos de adolescentes.

145. Grupos de jovens localizados em uma área geográfica.

146. Grupo de ajuda mútua.

147. FARC, *Carta de Reunião: “O povo não pode continuar disperso”*, 25 de março de 2001 (documento).

148. FARC—EP, *Discurso no Lançamento do Movimento Bolivariano pela Nova Colômbia*, 29 de março de 2001.

216. *Em seguida ao triunfo eleitoral do candidato conservador à presidência, Andrés Pastrana, em 21 de junho de 1998, o tema da Paz ganhou inusitada força.*

217. *Para o novo governo, conseguir um processo de negociação com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) – o movimento guerrilheiro mais antigo e poderoso da Colômbia – mais do que uma aspiração é uma necessidade para poder implementar o modelo de desenvolvimento econômico que seu governo traçou e que está fundamentado em um projeto de corte neoliberal no qual predomina a privatização e a chamada economia social de mercado. Sem uma mínima estabilidade interna é muito difícil que os planos econômicos governamentais possam ser implementados.*

218. Para o movimento guerrilheiro, por sua vez, as negociações de paz representam a possibilidade de ganhar um espaço político interno e no plano internacional, que lhe permita dar a conhecer seu projeto revolucionário, que inclui o combate à corrupção, a igualdade de direitos políticos, acabar com o narcotráfico e conseguir a justiça social. Estes objetivos estão compilados nos 10 pontos que estabelecem as FARC para negociar a fundo a paz na Colômbia. Entre eles se inclui: a reforma agrária integral, a reforma da justiça e das Forças Armadas; a defesa da soberania nacional; o fortalecimento do estado e que este controle os principais ramos da economia nacional (petróleo, energia, comunicações, transporte e mineração, entre outros); o fortalecimento da indústria nacional; uma política externa independente e soberana; que a educação e a saúde passem a constituir as principais rubricas em matéria orçamentária; uma reforma tributária de acordo com a renda e os lucros.

219. *Pastrana reconheceu que os objetivos traçados pela guerrilha, na reunião que manteve com o comandante em chefe das FARC, Manuel Marulanda, são aspectos que o estado deve resolver e manifestou sua disposição de discuti-los em uma mesa de negociação.*

220. *Em agosto de 1998, o presidente se comprometeu a desmilitarizar cinco municípios e a debater dois pontos adicionais e de conjuntura que para as FARC são sumamente importantes: a troca de prisioneiros¹⁴⁹ e o desmonte do paramilitarismo e de seus financiadores (latifundiários, pecuaristas, banqueiros, altos comandos militares, etc).*

221. *Depois de avanços e retrocessos, finalmente é instalada a mesa de diálogo entre o governo e a guerrilha em 7 de janeiro de 1999¹⁵⁰.*

222. Desde então até o presente (meados de 2001), o processo com as FARC vem tendo diversos tropeços que têm provocado seu congelamento em diversos períodos ao longo destes dois anos e meio. Os 12

149. As FARC têm em seu poder 45 prisioneiros de guerra entre oficiais e suboficiais, e mais de 300 militares e policiais; enquanto o Exército mantém encarcerados unos 400 presos políticos dos quais há uma centena de membros da guerrilha.

150. M. Harnecker, *La izquierda en el umbral del Siglo XXI...*, op.cit., pp.66--67, párrafos 222--227.

pontos acordados na reunião do presidente Andrés Pastrana com o líder das FARC, Manuel Marulanda Vélez, no início do ano 2000, não puderam ser concretizados.

223. O mais frutífero deste processo no plano interno foi a realização em San Vicente del Caguán, de 23 audiências públicas¹⁵¹ com a participação do Governo – FARC e da sociedade civil, e, no plano internacional, a percurso realizado por vários países da Europa de uma delegação formada por representantes da cúpula das FARC e do governo de Pastrana, presidida pelo então Comissário Nacional de Paz, Victor G. Ricardo. Este fato ajudou no reconhecimento político do conflito tanto dentro como fora da Colômbia.

224. Nas audiências públicas, cujo principal tema foi o desemprego, participaram 24 mil dirigentes e quadros patronais, empresários, camponeses, sindicais, políticos, de organizações sociais de base, médias e nacionais das mais diversas esferas do país. Nelas foram feitas cerca de 20 mil propostas para levar adiante o país e chegar a um acordo de pacificação, mas não se conseguiu concretizar nada. Não resta dúvida que aplicar estes acordos obrigaria a abandonar o modelo neoliberal que o atual governo está empenhado em implementar.

225. Por sua vez, o Exército de Libertação Nacional (ELN), a segunda força guerrilheira da Colômbia, também esteve envolvido em um processo de diálogos e negociação que tem tido avanços e retrocessos.

226. Os acordos de Havana entre o governo e o ELN – adotados entre dezembro de 2000 e janeiro de 2001 - foram rompidos em agosto de 2001. Parece haver primado a opinião de forças econômicas e políticas que se opõem aos mesmos¹⁵².

227. Mas o que mais tem impedido o avanço das negociações é o fenômeno do paramilitarismo. Este cresce com o apoio, a cumplicidade e a conivência de setores das Forças Armadas, grupos empresariais, latifundiários, dirigentes dos partidos Conservador e Liberal, principalmente deste último, e do próprio estado colombiano. O estado, por sua vez, assume como uma realidade que há mais de 220 municípios nos quais tem perdido em grande medida o controle. Isto ocorre basicamente nos territórios do sul do país, como são os departamentos de Guainía, Vaupés, Amazonas, Putumayo, Guaviare, Vichada e, em menor medida, em Caquetá, Meta e Nariño. Estes territórios estão muito abandonados e a população está muito vinculada à plantação da coca.

228. Mas também há um fator interno que debilita este processo de negociação, que é o fato de que não se tenha conseguido um diálogo do conjunto das forças guerrilheiras do país com o governo, embora seja preciso reconhecer que ultimamente tem havido alguns avanços neste sentido. Pelo menos as guerrilhas

151. Embora estas sejam transmitidas por um canal de TV, pelo formato que têm: cada participante só pode intervir 5 minutos e a maioria ocupa esses minutos para expor suas reivindicações, não têm grande impacto na opinião pública.

152. A definição de uma segunda “desmilitarização” no país daria uma localização geográfica da guerrilha ao norte e ao sul do país, afetando o equilíbrio político e militar em que se baseia o regime.

têm se unido em ações militares em alguns departamentos do país para atacar os paramilitares e o exército. Nestas ações têm obtido importantes vitórias, como foi a interrupção da Operação Bolívar¹⁵³, no sul do departamento do mesmo nome, e no Alto Naya, departamento de Cauca, onde também desfecharam um severo golpe contra os paramilitares e o exército.

229. Em meio a esta situação bastante desalentadora, esta organização guerrilheira quis fazer um novo gesto para demonstrar seu interesse em avançar pelo caminho da paz: decidiu libertar de forma unilateral¹⁵⁴, em 28 de junho de 2001, sem esperar reciprocidade, 242 soldados e policiais. Não foi libertado nenhum dos oficiais e suboficiais feitos prisioneiros, salvo o caso de um que estava ferido. Ficam, portanto, 47 destes em mãos das FARC. A imprensa manipuladora se esforçou em limitar o impacto de tal ação; ao invés de ressaltar este gesto humanitário, destacou a notícia de que não foram libertados os comandos.

O PLANO COLÔMBIA

230. Com estes esforços de paz se entrelaça o chamado “Plano Colômbia”, de origem norte-americano, mas que Pastrana se esforçou em apresentar como uma idéia sua.

231. Desde 1994 a Casa Branca e o Departamento de Estado haviam concebido um “plano de estado para o fortalecimento da democracia” que, a partir da Colômbia, permitisse solidificar sua posição hegemônica na região andina dado os desafios que se vislumbravam na Venezuela, Equador e Colômbia e, neste último país, para combater uma guerrilha em processo de fortalecimento e um movimento popular que persiste na luta.

232. A escassa legitimidade do governo de Samper retardou a materialização do plano durante seu mandato.

233. A vitória de Andrés Pastrana criou as condições favoráveis para que fosse materializado o apoio financeiro e militar norte-americano.

234. Em outubro de 1999 a Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados dos Estados Unidos aprova o texto conhecido como “Plano Colômbia”, que tem como propósito a defesa dos interesses norte-americanos e dos grandes projetos do capital financeiro internacional, concedendo ajuda econômica e logística, além de assessoria às forças armadas colombianas, sob o pretexto da luta contra o narcotráfico.

235. O governo colombiano, em uma tentativa de ocultar o sentido militar do plano, que não seria nem tem sido facilmente aceito pela opinião pública, difundiu várias versões do que foi aprovado nos Estados Unidos.

153. Com o pretexto de tirar os paramilitares da zona, o exército tentou um operativo de limpeza na base social do ELN. A guerrilha em seu conjunto denunciou e abortou a operação. Como resultado desta operação foram causadas 40 baixas e em torno de 70 feridos entre os paramilitares.

154. Esta ação não estava incluída nos 12 pontos da negociação.

No país se apropriou de seu nome para denominar assim o plano de desenvolvimento que ele havia apresentado, tratando de destacar sua face social e de minimizar seu aspecto militar. E na Europa apresentou uma leitura que dava prioridade à defesa dos direitos humanos, reivindicando o financiamento para projetos sociais de substituição de cultivos ilícitos.

236. Para por em prática o chamado Plano Colômbia se estabeleceu um orçamento de US\$ 7,5 bilhões, dos quais US\$ 4,5 bilhões seriam assumidos pelo estado colombiano, e US\$ 1,8 bilhão pelos Estados Unidos. Finalmente neste país só foi aprovado US\$ 1,3 bilhão dos quais US\$ 950 milhões estão direcionados ao fortalecimento militar: treinamento e formação de três grandes batalhões de deslocamento rápido destinados supostamente a combater o “narcotráfico”, mas que, na realidade, são batalhões contra-guerrilheiros. O resto seria financiado através de ajuda européia e empréstimos do BID e Banco Mundial.

237. Este plano contempla que 75% dos recursos sejam destinados ao investimento social e que os US\$ 4,5 bilhões que seriam desembolsados pelo estado colombiano, assim como a ajuda que viesse da Europa e dos organismos internacionais, fossem empregados nesse sentido, enquanto que os US\$ 1,3 bilhão que dariam os Estados Unidos seriam dedicados ao componente militar. Até agora o Plano Colômbia só teve apoio em seu componente militar, daí as contradições surgidas entre a Europa e os Estados Unidos: os europeus vêem como um perigo para os seus investimentos, tanto na Colômbia como na área, que os Estados Unidos fortaleçam seu poderio militar na região.

238. A tremenda oposição e preocupação dos países limítrofes, dos europeus e de importantes setores políticos nos Estados Unidos, foi colocando freio em um plano que estava mais destinado em liquidar a oposição armada colombiana do que em combater o narcotráfico.

239. *Falar em Plano Colômbia na região andina, no atual período, é falar, praticamente, de uma “estratégia desprestigiada e fracassada”.* Recentes publicações da imprensa mundial têm se referido ao *aumento de cultivos ilícitos na Colômbia durante o último trimestre (250 mil novos hectares)*. Enquanto isso se destruía – através do emprego de fumigações massivas e campanhas militares não totalmente consolidadas – uma quantidade muito inferior de cultivos ilegais (140 mil hectares). Os Estados Unidos tiveram, então, que elaborar uma nova estratégia, mais global e, por isso mesmo, mais arriscada, por sua imposição vertical e sem consultar as nossas sociedades, porém articulada à sua tradicional visão geopolítica para esta região: a denominada Iniciativa Regional Andina (IRA).

240. Declarações do Departamento de Estado revelaram, *sem dissimulação, a intencionalidade geopolítica dessa suposta “estratégia regional antidrogas”, ao apontar – em primeiro lugar – a necessidade de defender “os interesses dos EUA, que estão em jogo na região”; e, em segundo lugar, quando avalia – a partir de sua particular e unilateral visão – o que ocorre nos Andes e na Amazônia [...]. Esse mesmo documento aponta que “a democracia está sob ataque nos Andes” e, no caso equatoriano, faz um juízo de valor, quando adverte que os indígenas são “populistas e radicais”. Se a isso somarmos a última opinião do Departamento*

*de Estado e o Informe Estratégico da CIA, publicados na imprensa mundial (“os indígenas são um fator de instabilidade democrática”), já não presenciemos uma análise técnica de “compromisso regional contra as drogas”, mas uma leitura política que mostra o grau de ingerência em assuntos de exclusiva competência interna e a sua inaceitável visão em relação aos povos indígenas do Equador e, por extensão, dos povos indígenas da América Latina*¹⁵⁵.

ELEIÇÕES DE 2002

241. O próximo ano de 2002 é um ano eleitoral na Colômbia. Entre dez e doze milhões de habitantes devem participar das eleições parlamentares de março, e das presidenciais de maio-junho.

242. Desde já os temas da solução política e a orientação das medidas econômicas estão no centro da campanha.

243. Amplos setores da população cansados ou afetados pela guerra depositam suas esperanças em que os resultados da disputa eleitoral contribuam para um clima de paz e encaminhe soluções para resolver os graves problemas econômicos do país.

244. Por enquanto os candidatos do Partido Liberal: Horacio Serpa e Alvaro Uribe, e a independente conservadora Noemí Sanín, questionam as garantias oferecidas por Pastrana às FARC e propõem uma maior pressão política e militar sobre a guerrilha, procurando o seu desarmamento como condição para o avanço do diálogo. Enquanto isso, o Partido Conservador não definiu seu candidato oficial, que dependerá da decisão que Pastrana adotar entre manter ou dar por encerrada a zona desmilitarizada controlada pelas FARC-EP. Depois dos dois últimos governos nos quais a liderança política da direita tem sido muito fraca, devido a crescentes contradições interoligárquicas, setores empresariais e políticos apostam em uma liderança forte e com experiência.

245. Enquanto isso, entre os que se opõem ao governo há posições contrárias. Uns advogam pelo abstencionismo e em continuar com a atuação clandestina; outros consideram que hoje, depois de sete anos de ausência de expressões políticas de oposição, abriu-se um espaço para uma candidatura alternativa aos partidos oligárquicos, com bandeiras de transformação social coincidentes com os pontos programáticos que levanta a insurreição. Estes setores comprometidos com a luta pela solução política do conflito reclamam da guerrilha e do governo um acordo de cessar-fogo.

246. A figura mais visível no momento de concluir este trabalho (agosto de 2001) é a de Luis Eduardo Garzón, dirigente operário do setor petrolífero que ocupa atualmente a presidência da Central Única de Trabalhadores (CUT), e é o principal porta-voz da Frente Social e Política, um agrupamento que surge por

155. Documento da APHD do Equador, **25 Elementos de Avaliação Geopolítica e de Cenários**, Quito, 15 de junho de 2001.

volta de um ano atrás levantando bandeiras para a mobilização operária e popular e defendendo a paz e a solução política para o conflito armado.

247. Este espaço político foi aberto graças à persistência da luta de resistência de setores do povo colombiano e pela permanência da luta social, apesar das tentativas estatais e paramilitares de semear o terror e desmobilizar as lutas sociais.

248. Obviamente os Estados Unidos não estão indiferentes ao desenlace desta disputa eleitoral e farão tudo para obter um resultado que favoreça sua posição de endurecimento diante da guerrilha, seja pela via da escalada da confrontação ou da redução do conteúdo econômico e político da negociação.

EQUADOR: O MOVIMENTO INDÍGENA ENCABEÇA A LUTA

A INSURREIÇÃO POPULAR TRAÍDA

249. Em um momento em que o Equador está sendo utilizado como um dos laboratórios da dolarização na América do Sul e transformado em uma área de influência geopolítica e militar norte-americana na região, com sua base em Manta¹⁵⁶, uma insurreição popular pacífica e anunciada toma o Congresso Nacional, em 21 de janeiro de 2000, depois de romper o cerco policial que havia sido estendido em seu entorno. Embora a mobilização tenha sido de uns poucos milhares de indígenas¹⁵⁷, simbolizou o descontentamento popular generalizado tanto destes como de mestiços e nativos brancos com a política privatizante do governo de Jamid Mahuad.

250. Isso se deu, por outro lado, no contexto de agudas contradições no seio das classes dominantes. Um setor de grandes empresários social-cristãos da Costa, excluído dos benefícios que o governo havia concedido aos setores financeiros da Serra¹⁵⁸, começou a conspirar contra ele com a cúpula do setor militar e com setores vinculados à igreja que haviam feito negócios com a dívida externa, que viam no sucessor, Gustavo Noboa, militante do *Opus Dei*, um aliado.

156. Porto localizado na Província de Manabí na Região da Costa.

157. Sobre o peso dos indígenas no Equador há diversas apreciações. A CONAIE considera que 40% da população é indígena; Germán Rodas em seu artigo: *Um êxito qualitativo*, considera que não é mais do que 19%, ver página web Partido Socialista Frente Ampla, fev.2001; os indicadores sociais do Banco Mundial de 1989 fundamentava que havia no país 35% de índios, 45% de mestiços, 15% de brancos e 5% de mulatos (América Latina, Caribe e Cataluña, Estrutura y desenvolvimento sócio—econômico, publicado pela Generalitat de Cataluña, Barcelona, 1992).

158. O Equador está dividido em três grandes regiões: Costa, Serra e Amazônia, embora economicamente se reconheça duas regiões: Costa e Serra. A Costa se consolidou economicamente a partir de grupos financeiros e comerciais, enquanto na Serra sempre predominaram os grupos econômicos mantidos na propriedade da terra e na força de trabalho indígena. Estas contradições regionais foram se aprofundando com o tempo.

251. Enquanto era gestada a conspiração empresarial, o Parlamento Nacional dos Povos do Equador – que estava em sessão há dez dias, na Universidade Politécnica da capital equatoriana¹⁵⁹ - preparava uma manifestação popular contra o governo.

252. Este parlamento alternativo - que representava 22 províncias do país – havia ratificado no momento de instalação, em 11 de janeiro, a necessidade de *uma mudança total do modelo neoliberal por uma economia justa, solidária, ambientalmente sustentável, que reconheça a plurinacionalidade e a diversidade cultural, produtiva e democrática, orientada para o desenvolvimento humano*¹⁶⁰. Esta iniciativa da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE)¹⁶¹, nasceu inspirada na experiência de parlamentos locais¹⁶² e foi apoiada pela Coordenadoria de Movimentos Sociais (CMS)¹⁶³, formada por trabalhadores do setor público (saúde, educação), do energético (petroleiro, energia elétrica); empregados municipais; estudantes; mulheres; organizações de direitos humanos, ecologistas, intelectuais, inclusive certos setores políticos como o movimento Renovação Democracia, Alfaro Vive. A ela se somaram também alguns religiosos e outras personalidades¹⁶⁴.

253. A CONAIE havia convocado uma marcha pacífica para Quito em 17 de janeiro, com o propósito de denunciar a situação política e econômica do Equador, especialmente em relação à proposta de dolarizar a economia, aprovada pelo presidente Mahuad dias antes. O bloqueio de estradas realizado pela polícia impediu a presença massiva esperada. Mas em seguida, por rotas não convencionais, pouco a pouco foram se infiltrando algumas centenas de indígenas e já no dia 19 sua presença era evidente na capital. O governo atemorizado ordenou criar uma barreira de contenção em torno dos principais edifícios públicos (Congresso e Corte de Justiça).

159. Este Parlamento esteve elaborando vários decretos sobre a economia e o funcionamento da sociedade

160. *Resolução do Parlamento Nacional dos Povos do Equador*, assinado em Quito, em 11 de janeiro de 2000 pelo Monsenhor Alberto Luna Tobar, presidente: Antonio Vargas, presidente; Napoleón Santos, secretário e Manuel Castro, pró-secretário.

161. Segundo María Bustos, coordenadora de Comunicação da Conaie, 70% da população indígena, quer dizer, cerca de três milhões 360 mil pessoas estão ligadas a esse movimento. (*CONAIE, a radiografia de um contra-poder indígena, Conjuntura internacional*, suplemento trimestral de Política Internacional de Nação Brasil, nov. 2000, p.45.)

162. Previamente se havia organizado parlamentos paroquiais, distritais e provinciais. Este parlamento se baseia na experiência dos parlamentos populares regionais, que haviam começado a funcionar já há bastante tempo na zona oriental do país, e que se caracterizava pela forma de representação e de controle destes representantes pelas bases: os delegados das comunidades e municípios prestam em seguida informe dos que ali se discutiu com suas bases respectivas. (Diego Cornejo Menacho, *Equador, dolarização e levantamento: À beira do caos, Brecha*, 21 de janeiro de 2000)

163. Organização articulada por ex - dirigentes comunistas e socialistas que, logo depois da queda do socialismo na Europa do Leste e na URSS se afastaram do pensamento marxista. Segundo Germán Rodas, dirigente socialista equatoriano, é uma organização superdimensionada pelos meios de comunicação, que pretendem sepultar a esquerda e que a usam como um referencial alternativo aos partidos de esquerda. (Notas a este trabalho, 23 de julho de 2001).

164. Escritório de Informações, *A crise política do Equador, (21 de janeiro de 2000 ALD 1119)*

254. Entretanto, havia aderido ao movimento um grupo importante de oficiais do exército¹⁶⁵ a cuja cabeça estava o coronel Lucio Gutiérrez. Este militar já havia manifestado no interior do exército suas preocupações com relação à corrupção que imperava no governo e a outros temas e havia dado a conhecer à opinião pública um documento escrito em fins de 1999, que foi vazado para a imprensa, no qual fazia *uma análise da conjuntura política, social, econômica e militar do país, dando ênfase em que o governo devia recuperar com suma urgência a credibilidade ética perante o país e o mundo*. No documento se expunha que se isto não se conseguisse ninguém poderia evitar uma explosão social e se ocorresse tal coisa os militares se uniriam *a esse povo soberano* [...] ¹⁶⁶.

255. Em 21 de janeiro, às dez da manhã – logo depois de haver planejado conjuntamente com o setor de jovens oficiais sublevados a tomada do Congresso da República – decide-se reforçar o cerco policial e militar, mas este cede diante da pressão conjunta de indígenas e militares, e os manifestantes entram no interior do Congresso sem que se haja ocorrido nenhum ato de violência.

256. O Parlamento dos Povos decide então entregar o governo a uma Junta de Salvação Nacional encabeçada pelo coronel Gutiérrez, e formada também pelo presidente da CONAIE, Antonio Vargas e pelo advogado Carlos Solárzano, ex-vice-presidente da Corte Suprema de Justiça. Uma das primeiras medidas adotadas foi exigir a saída imediata do presidente Mahuad.

257. A junta propõe a adoção de um programa contra as políticas neoliberais, corruptas, antipopulares e entreguistas da soberania nacional, do governo. O sabor da vitória dura poucas horas. Em uma hábil manobra o general Carlos Mendoza, comandante das Forças Armadas e recentemente nomeado Ministro da Defesa, adere à Junta e passa a ocupar a chefia – o coronel Gutiérrez lhe cedeu o cargo para respeitar a hierarquia militar¹⁶⁷. Na manhã seguinte, Mendoza dá um contra-golpe. Apoiado pelo Comando Conjunto das Forças Armadas e sem consulta com os outros membros, anuncia a dissolução da Junta e a transmissão do governo ao vice-presidente, Gustavo Noboa.

258. Representantes da Casa Branca o haviam convencido de que era a única forma de evitar um banho de sangue e um isolamento internacional. Pouco depois o Congresso Nacional proclama por esmagadora maioria a Noboa como presidente. Este, em seu discurso ao assumir o cargo, declara que daria continuidade ao processo de dolarização que havia iniciado Mahuad. Os grandes grupos econômicos equatorianos haviam conseguido chegar a um acordo mínimo do que seriam as privatizações no país.

165. Calcula-se em uns 200 com patente de tenentes e subtenentes.

166. Lucio E. Gutiérrez, *Breve síntese da Revolução Civil—Militar de 21 de janeiro de 2000 no Equador e algumas reflexões a respeito*, documento Internet sem data.

167. Achille Lollo, *Apesar da sublevação, a dolarização continuará no Equador*, op.cit. p.32.

259. A CONAIE se viu isolada e foi obrigada a se retirar da capital enquanto seus dirigentes tiveram que passar para uma *semiclandestinidade*¹⁶⁸.

260. Uma vez mais os sonhos e esperanças dos oprimidos do Equador se viram frustrados. O governo de Noboa tem sido mais neoliberal do que o do deposto Mahuad.

261. [...] *o que me dói na alma e muitas vezes não me deixa dormir – escreve Lucio Gutiérrez – é que por nossa credibilidade e inocência, perdeu-se uma oportunidade histórica por enquanto, para realizar mudanças profundas no Equador, para refundar o nosso país, para tornar realidade o que continua sendo uma utopia, a igualdade de oportunidades, obrigações e direitos para todos os equatorianos, para que nunca mais os delinqüentes poderosos roubem impunemente o dinheiro do povo equatoriano, para que nunca mais nos roubem a felicidade a que temos direito. O trabalho ficou inconcluso, o povo equatoriano terá a última palavra e nós a acataremos*¹⁶⁹.

A SOCIEDADE PATRIÓTICA 21 DE JANEIRO

262. O oficial rebelde e uma parte de seus companheiros de arma, libertados depois de cinco meses de prisão, mas afastados do exército, decidem fundar, no segundo semestre de 2000, um *movimento chamado de “Sociedade Patriótica 21 de janeiro”*. A idéia era formar um partido político que unisse os militares revolucionários que participaram da gesta e civis progressistas e patriotas, *sob um só objetivo: refundar a república alicerçada em valores éticos, morais, cívicos e patrióticos, com justiça social* [...] ¹⁷⁰.

263. O movimento se inspira nos próceres como *Runiñahui, Eugenio Espejo, general Eloy Alfaro e nos sonhos libertários e de integração de Bolívar e Sucre*.

264. Manifesta estar decidido *a continuar a luta para mudar a história de injustiças do Equador* e convoca o povo para apóia-lo. Solidariza-se e apóia *a revolução pacífica e democrática da República da Venezuela* e acredita que ela *é um referencial válido* para o Equador. Condena a implementação do plano Colômbia. Propõe, por outro lado, a necessidade de estabelecer *estratégias de aproximação com os militares de todas as nações* [...] *para que se inteirem de que os partidos políticos e movimentos progressistas não são inimigos do estado, ao contrário, que os inimigos são a oligarquia, os de extrema-direita, os das privatizações selvagens, os que violam [...] soberania, os neoliberais que a cada dia semeiam mais a injustiça no mundo*¹⁷¹.

168. Andrés Cañizalez, *Equador: Do levantamento indígena à sublevação militar* e Gabriel Alejandro Uriarte, *O exército forçou uma saída institucional para a crise no Equador*, Agência **Pulsar**.

169. Lucio E. Gutiérrez, *Breve síntese da Revolução Civil—Militar de 21 de janeiro de 2000 no Equador e algumas reflexões a respeito*.

170. Op.cit.

171. Op.cit.

265. A idéia de reunir todos os militares que participaram na gesta insurrecional de inícios do ano 2000 não pode ser materializada porque surgiram contradições entre Gutiérrez e um grupo de coronéis encabeçado por Fausto Cobo, que organizou por sua vez outro movimento denominado Movimento 21 de janeiro.

29 DE JANEIRO DE 2001: A LUTA CONTINUA

266. Segunda-feira, 29 de janeiro de 2001, um ano depois do levantamento insurrecional de janeiro de 2000, ocorre um novo levantamento indígena para exigir a anulação de uma série de medidas econômicas antipopulares adotadas pelo governo de Noboa. Este se caracteriza por importantes mobilizações que deixaram como saldo vários mortos, principalmente nas províncias da serra, centro e norte do Equador, que pretendiam paralisar o país através do bloqueio de estradas. E, em Quito, uma marcha pacífica de milhares de indígenas e outros setores populares rumo ao Parlamento Nacional, foi violentamente reprimida. Houve vários feridos e detidos, entre eles o presidente da CONAIE, Antonio Vargas. O resto se refugiou na Universidade Salesiana, que foi cercada pela polícia que lhes negou até o abastecimento de água, em uma tentativa de quebrar dessa maneira a resistência popular.

267. Dois dias depois, os prefeitos indígenas, encabeçados pelo economista Auki Tituaña de Cotacachi, tentaram iniciar um diálogo para libertar os detidos e encontrar soluções para as demandas indígenas.

268. Em seguida a uma resistência de vários dias, e uma vez que os indígenas flexibilizaram sua postura a fim de desbloquear a negociação – pediam inicialmente a anulação total das medidas adotadas por Noboa -, em 7 de fevereiro foi estabelecido um acordo entre o governo e as organizações indígenas e camponesas que protagonizaram as mobilizações de fins de janeiro.

269. O documento, composto de 23 pontos e 4 medidas transitórias, contempla, entre outras coisas, a revisão parcial do pacote de medidas econômicas ditadas no final de 2000. O governo concordou em reduzir para 60% o aumento de 100% no preço do botijão de gás de cozinha, e a congelar por um ano o preço atual dos combustíveis. Acordou restaurar e capitalizar o Banco Nacional de Fomento para que possa conceder créditos aos pequenos e médios produtores; tomar medidas mais enérgicas para recuperar as dívidas dos bancos estatizados; oferecer apoio aos migrantes dentro e fora do país; e não envolver o país no Plano Colômbia. O entendimento incluiu também o compromisso oficial de indenizar os parentes das pessoas que foram assassinadas durante os protestos, da mesma forma que os feridos graves que tenham sido hospitalizados¹⁷².

270. E a partir daí foram estabelecidas Mesas de Diálogo entre o governo e a direção do movimento indígena. Estas têm o mérito, segundo Miguel Llucó, de haver envolvido outras organizações e outros dirigentes em um *proceso unitario* que abriria muitas possibilidades no futuro. O ex-deputado indígena da província de Chimborazo está consciente do risco que significa *envolver exclusivamente os indígenas* nas

172. Equador, o levantamento do homem, Serviço Informativo ALAI, 9 fevereiro 2001.

negociações. Argumenta que como as medidas econômicas afetam todos os setores sociais, não deve ficar nenhum setor fora das Mesas de Diálogo¹⁷³, porque isso debilita o movimento e só *fortalece a posição do governo*¹⁷⁴.

271. As mesas estiveram funcionando durante vários meses; formaram-se equipes técnicas e políticas de trabalho para tratar dos diversos temas. Elas tornaram possível *um processo de reflexão comum diante da crise do país*, que o dirigente socialista Germán Rodas considera positivo¹⁷⁵ embora não se vêem resultados imediatos.

272. O governo, por sua vez, aproveitou este espaço de diálogo para ganhar tempo e acelerar a aplicação de medidas neoliberais, provocando um crescente mal-estar nas bases do movimento não só contra o governo mas contra os seus dirigentes¹⁷⁶.

273. Cansada desta situação cada vez mais insustentável a CONAIE está preparando uma nova manifestação para uma data próxima.

274. Segundo um editorial de uma publicação do Instituto Científico de Culturas Indígenas do Equador, a partir do levantamento de fevereiro de 2001 – que consideram o mais importante de sua história – *se começa a consolidar uma nova imagem e novos imaginários coletivos sobre o índio e o indígena. [...] A sociedade comprova assombrada que os índios têm um nível organizativo que pode chegar a estremecer as estruturas de poder. Comprova que eles têm um projeto político*. Isto diz o documento quando na realidade os próprios dirigentes indígenas reconhecem que sua debilidade é não contar com tal projeto. *Que têm identidade e que essa identidade atua como um sistema de reconhecimento que dá solidez, coerência e projeção a suas demandas*.

275. Consideram este último levantamento tão significativo pelas seguintes razões:

276. Em primeiro lugar porque emergiu *um novo tipo de organização social representada pelo movimento indígena, no qual se dão processos que a sociedade começa a considerar como alternativos à institucionalidade vigente, como são aqueles da necessidade do diálogo e do consenso para resolver os conflitos, os critérios de reciprocidade no campo econômico, o trabalho comunitário (la minga), os critérios de solidariedade, a contínua fiscalização feita a partir da comuna, de seus dirigentes, etc.*

173. Lluco opina que não deveriam haver excluído o CMS, que esteve na Universidade Salesiana e faz parte das Mesas de Diálogo.

174. Miguel Lluco, *As mesas de diálogo e a dupla estratégia do poder*, Boletim ICCI “Rimay”, Ano 3, No.26, 26 de maio de 2001.

175. Germán Rodas, *Notas a Marta Harnecker sobre este capítulo*, 15 de julho 2001.

176. Miguel Lluco, *As mesas de diálogo...*, op.cit.

277. Em segundo lugar, pelo *reconhecimento e percepção por parte dos atores sociais, de que dadas as atuais condições políticas e a estrutura de poder, a única maneira de se transformar em contra-poder efetivo é a partir de posições de força, o que no longo prazo debilita as instituições, gera um clima de tensão constante, radicaliza o conflito e prejudica a construção da democracia. Isso expressa a fragilidade e vulnerabilidade do sistema vigente. Daí a necessidade urgente de transformar radicalmente o sistema político, suas instituições, seus procedimentos, suas práticas, da mesma forma que é urgente transformar seu sistema econômico sob critérios de equidade, justiça redistributiva, sustentabilidade e respeito. Quer dizer, reconhecer que as demandas e propostas que o movimento indígena tem feito ao país, não só são pertinentes e necessárias, mas também legítimas e justas*¹⁷⁷.

DEZ ANOS DE COMBATIVAS MOBILIZAÇÕES

278. Sete grandes mobilizações, nas quais os indígenas tiveram um papel protagônico, precederam a insurreição de 21 de janeiro de 2000: a de 1990 (pela solução dos conflitos de terras e repúdio à segregação) quando o movimento indígena irrompeu pela primeira vez no cenário, embora nesse momento ainda é visto como um sujeito “manipulado” pelos partidos, com “obscuros interesses”, “desestabilizador da democracia”¹⁷⁸; 1992 (pelo reconhecimento do estado plurinacional, o que de fato significava questionar a essência do estado branco-mestiço); 1994 (contra a implementação do neoliberalismo no campo); 1997 (para derrubar o presidente Abdala Bucaram e para convocar uma Assembléia Nacional Constituinte); 1998 (marcha sobre Quito contra as medidas adotadas pelo governo para favorecer os bancos e o capital financeiro e contra os preços do gás e combustíveis)¹⁷⁹.

279. Em suas lutas, os indígenas vão procurando aliados rurais e urbanos que coincidam em uma proposta antineoliberal e os encontram fundamentalmente nos setores mais diretamente afetados pela perda de trabalho, produto do esquema privatizador neoliberal posto em marcha: *os sindicatos petroleiros, elétricos e da seguridade social, as comunidades eclesiais de base, os organismos de direitos humanos, as organizações populacionais, juvenis, de mulheres*¹⁸⁰.

177. **Boletín ICCI “Rimay”**, Ano 3, No 24 março 2001.

178. Assim, pelo menos, descrevia a grande imprensa. (Editorial de **Boletín ICCI “Rimay”**, Ano 3, No.24 março 2001)

179. José Steinsleger, *Nina Pakari, deputada indígena no Equador*, entrevista, Masiosare, **Suplemento de la Jornada**, 30 de maio de 2001.

180. Eduardo Tamayo, *Vigência dos Movimentos sociais*, em **Pelo caminho do arco iris ...**, **Ensaios e testemunhos**, Edição ALAI, Quito, agosto 1996, p.141

280. Convencidos de que os políticos corruptos de plantão jamais seriam capazes de materializar suas esperanças de mudança, os indígenas decidiram criar, junto com outros movimentos sociais e outras personalidades independentes, seu próprio instrumento político para se apresentar com candidato próprio nas eleições presidenciais de 1996.

281. Nasce assim o Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik Novo País (MUPPNP), mais conhecido simplesmente como Pachakutik¹⁸¹, um movimento político que reúne em seu seio o movimento indígena, vários outros movimentos sociais¹⁸² e movimentos cívicos ou de cidadãos.

282. Nele confluem dois projetos políticos do movimento indígena: o Movimento de Unidade Plurinacional da CONAIE e o Pachakutik da região amazônica, com o projeto Novo País¹⁸³ dirigido por *Freddy Elhers, que tentou coexistir com a Coordenadoria de Movimentos Sociais (CMS), mas com a qual teve mais de uma confrontação por interesses eleitorais e por razões programáticas*¹⁸⁴

283. Nesse momento representou a mais ampla aliança de movimentos sociais e setores independentes existentes no Equador, embora não incluía a todos.

284. O jornalista independente, Elhers, candidato do nascente partido, foi apoiado também pela Esquerda Democrática¹⁸⁵ e pelo Partido Socialista—Frente Ampla¹⁸⁶.

285. Apesar de ter apenas três meses de vida e não possuir recurso econômico algum, o Pachakutik conseguiu – nessas eleições – constituir-se na terceira força eleitoral do país, obtendo 800 mil votos (20%) e

181. Reduzi-lo a essa só palavra é um erro, porque este é apenas um de seus três componentes. A CONAIE havia discutido em 1995 a necessidade de participar das eleições de deputados e a necessidade de que houvesse um referencial que aglutinasse *todas as forças sociais, todos os processos sociais que vinham se desenvolvendo no país*. Por essa época os indígenas da Amazônia impulsionam o que seria o movimento Pachakutik, *enquanto na serra se estava levantando a necessidade de favorecer um movimento mais amplo, não somente em nível indígena, mas com outros movimentos sociais*. O setor que promovia o Pachakutik estava procurando alianças com um partido político (o APRE) enquanto a Conaie procurava a independência dos partidos. Finalmente isto é resolvido a favor da independência, o que salva as contradições e permite a unificação em um só projeto político. Sobre a história do Pachakutik ver o livro testemunho: **Por el camino del arco iris ...**, op.cit.

182. O movimento indígena em alguns momentos está dentro da CMS e em outras conjunturas aparece como CONAIE fora da CMS.

183. Agrupação de independentes, críticos do sistema partidário, que pretendia promover um novo que fazer político-eleitoral.

184. Germán Rodas, Notas a este trabalho, 18 de agosto de 2001.

185. O irmão do ex-presidente Rodrigo Borja foi quem coordenou sua campanha eleitoral.

186. Fusão da frente político-eleitoral do PC (FADI) com o PS em agosto de 1995.

elegendo 75 autoridades de nível nacional. Mas de fato, por sua organicidade se revelou *como a primeira força política*; e por sua conseqüência e combatividade, a principal *força moral* do país¹⁸⁷.

286. Segundo alguns analistas estes inesperados resultados se deveram à *credibilidade e representatividade dos movimentos sociais, em especial do movimento indígena*. A sociedade equatoriana teria se sentido atraída por seus candidatos que eram *novos personagens desligados dos partidos políticos, representantes diretos dos movimentos sociais e particularmente a encarnação das aspirações do povo indígena do Equador*¹⁸⁸.

287. Outros argumentam que haveria que se acrescentar a isso o fato de que o Pachakutik conseguiu interpretar uma aspiração de muita gente: que toda a centro-esquerda e a esquerda (democrática, socialista, comunista) se apresentasse unida¹⁸⁹.

288. O Pachakutik permite *canalizar a luta de uma diversidade de interesses [...] unindo o mínimo em comum, que é o mais importante*¹⁹⁰.

289. É um espaço que *necessitava o movimento indígena para se abrir para os outros setores* e facilitar o trabalho pactuado *neste campo específico de fazer política*¹⁹¹.

290. No lugar das lutas atomizadas do passado, encontrou-se a forma para chegar a um consenso do povo para ir formulando uma proposta única¹⁹².

291. Segundo um de seus quadros¹⁹³, o desafio logo depois das eleições era construir o movimento com uma *perspectiva de poder*, mas sem pretender reeditar um novo ou velho *partido de esquerda*. Era preciso entender que *o Movimento Pachakutik Novo era a expressão de várias tendências, de vários processos e também de milhares de cidadãos que não encontraram forma de participar na política nacional*.

187. Virgilio Hernández, *Combinar todas as participações em Por el camino del arco iris ...*, op.cit, pp. 120-121.

188. Luis E. Maldonado, *Os símbolos do Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutic Novo País*, em *Por el camino del arco iris ...*, op.cit. p.83.

189. *A votação foi a soma do apoio de forças como a ID e outros setores e não só o resultado da influência indígena, cuja porcentagem não supera os 19% em todo o país.*(Germán Rodas, Notas a este trabalho, 23 de julho de 2001)

190. Luis Macas, *Um projeto para construir um novo país*, entrevista em *Por el camino del arco iris ...*, op.cit., p.11.

191. Luis Macas, op.cit. p.8

192. Op.cit. p.12.

193. Virgilio Hernández, Coordenador Geral da Coordenadoria Popular de Pichincha, nesse momento

292. *Era preciso conseguir que se constituísse na expressão desse grande setor da sociedade que está desorganizado. E para isso era necessário que modificasse suas formas de atuação política, não podiam continuar impondo as posições hegemônicas, de cúpula. Devia assumir um caráter plurinacional, tinha que se constituir democraticamente e isto devia se expressar em suas instâncias de condução. Devia ser capaz de combinar a participação das organizações e movimentos sociais com a dos cidadãos e pessoas que não vêem necessidade de se organizar. Procurar instância nas quais todos estivessem representados e sentissem que têm a possibilidade de participar*¹⁹⁴.

293. Em uma assembléia posterior às eleições se propôs *que as estruturas de base do Movimento fossem os parlamentos provinciais e distritais, e que por sua vez estes tivessem como base as reuniões das paróquias, e que todas estas expressões pudessem confluir em um parlamento popular nacional [...]*¹⁹⁵.

294. O Pachakutik, que nasceu como uma resposta política a uma conjuntura eleitoral, tem conseguido sobreviver durante estes últimos cinco anos não sem dificuldades. Alguns de seus quadros foram cooptados pelo sistema; agudizaram-se as contradições entre diferentes setores do movimento indígena: uns rejeitando o entendimento com outros movimentos sociais, outros o defendendo porque consideram fundamental reunir todos os afetados pelo sistema; suscitaram-se contradições entre a CONAIE e a Coordenadoria de Movimentos Sociais, culpando-se esta última de não haver participado de forma significativa da mobilização de fevereiro; há contradições com sindicatos e partidos de esquerda: rejeita-se seu estilo de trabalho autoritário, burocrático.

295. Hoje o Pachakutik articula somente *os grupos indígenas* aos quais se uniu recentemente um dos grupos de militares que participaram da insurreição de janeiro, o Movimento 21 de janeiro. *Os setores não indígenas que engrossaram suas fileiras em sua origem foram se distanciando ou se desintegraram, como é o caso de Novo País, Novos cidadãos, etc*¹⁹⁶.

296. Por outro lado, diante das eleições de 2002 se especula em torno de três propostas. O movimento indígena não tem uma proposta *única: De um lado Vargas tentando um acordo político com a direita econômica representada por Álvaro Noboa, outros setores pretendendo fundar um partido exclusivamente indígena, e outros grupos apoiando a ainda fraca candidatura de Auqui Tituaña, que se isola do resto das forças populares e, de outro lado, o Pachakutik.*

297. *Por sua vez, o ex-coronel Lucio Gutiérrez pretende apresentar sua candidatura nas próximas eleições presidenciais de 2002. Está em plena campanha de recolhimento de assinatura para inscrever a “Força Patriótica 21 de Janeiro” como partido político. Já tem umas cem mil assinaturas das 120 mil que são*

194. Virgilio Hernández, *Combinar todas as participações*, em *Por el camino del arco iris ...*, op.cit..pp.121—122.

195. Op.cit. p.121—122.

196. Germán Rodas, Notas a este trabalho.

necessárias. Está por ser visto se a direita política e a social-democracia aceitarão a decisão da cidadania. Embora ele considere o Pachakutik um aliado natural, acha que é muito provável que no primeiro turno eleitoral as forças progressistas saiam separadas. Seria um primeiro turno com três lados: o Pachakutik, outros movimentos sociais e o seu próprio movimento. A unidade se daria no segundo turno¹⁹⁷.

COMO AMPLIAR SEM CAIR NOS VÍCIOS DO PASSADO.

298. A crise equatoriana se agudiza dia após dia, no entanto o país não conta ainda com uma condução unificada das forças opositoras ao neoliberalismo nem com uma proposta programática alternativa. Conseguir estes objetivos parece ser a grande tarefa estratégica.

299. Mas esta integração é dificultada pela existência de práticas políticas antiunitárias e personalistas de muitos dirigentes. Ao contrário, seria facilitada se os partidos de esquerda e os dirigentes sindicais e sociais deixassem para trás suas práticas vanguardistas, clientelistas, hegemônicas, cupulistas, antidemocráticas, manipuladoras do movimento popular; compreende-se que é preciso somar respeitando as diferenças¹⁹⁸; e se avalia o movimento indígena como *um dos eixos articuladores da ação política* e fator indispensável para *qualquer ação que pretenda transformar o país*¹⁹⁹.

300. Mas também os dirigentes indígenas devem entender que nunca poderão atingir os objetivos que pretendem se não se unirem a todos os outros setores populares mestiços e brancos afetados pelo regime neoliberal, especialmente aqueles angustiados pela pobreza; se não expuserem um projeto para o país que contemple não só os interesses dos povos indígenas, mas os interesses de todos os setores populares.

O PT CRESCE COMO ALTERNATIVA AO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

301. No Brasil, um país de 170 milhões de habitantes, de longe é o mais populoso da América Latina e um dos com mais contrastes sociais de todo o planeta, a aplicação do modelo neoliberal tem tido nefastas conseqüências.

302. Só para dar alguns dados: somente nos últimos dez anos esse modelo expulsou a metade do contingente laboral da atividade industrial e, como conseqüência disso, a taxa de desemprego é altíssima,

197. Pablo Rodríguez, *Fala o coronel equatoriano Lucio Gutiérrez: "No Equador só resta partir, roubar ou se tornar guerrilheiro"*, **Página 12**, Buenos Aires, 29 abril 2001.

198. Diferenças não só étnicas e culturais, mas também regionais.

199. Germán Rodas, Notas a este trabalho...

variando de 16 a 25%, dependendo da região²⁰⁰. Além disso, em um país onde existem 182 milhões de hectares de terras ociosas, há também quatro milhões e meio de trabalhadores rurais sem terra.

303. Se a isto se acrescenta o fato de que os setores populares são inoculados *diária e massivamente* com o vírus do *consumo*, que ao mesmo tempo lhe é negado pelo sistema²⁰¹, pode-se entender o grau de descontentamento social que esta situação gera.

304. Não é de estranhar então que a esquerda cresça em simpatia popular e que as pesquisas de opinião dêem como ganhador, nas futuras eleições presidenciais de 2002, o Partido dos Trabalhadores, PT.

UM PARTIDO QUE NASCE DO MOVIMENTO SOCIAL

305. Foi no final da década de setenta que Luís Inácio da Silva, mais conhecido como Lula, e o mais provável candidato à presidência desse partido, *transforma-se em uma das figuras mais destacadas do Brasil e seu nome chega a transcender as fronteiras*²⁰².

306. O ex-dirigente sindical dos metalúrgicos do ABC paulista não é uma figura isolada do sindicalismo brasileiro, mas o máximo expoente de toda uma nova geração de dirigentes operários que decide conquistar os sindicatos lutando a partir de dentro da própria estrutura sindical oficialista.

307. Abandono dos habituais métodos burocráticos e verticalistas, busca de um contato direto com o trabalhador nas portas das fábricas, bandeiras de luta adequadas a um momento de crise econômica que repercute negativamente nesses sindicatos, são elementos que explicam as grandes mobilizações que estes operários conseguem liderar na última fase da ditadura militar.

308. *O movimento irradia esperança. Convoca. Une. Estudantes, intelectuais, organizações de esquerda, militantes das comunidades eclesiais de base inspirados na Teologia da Libertação, participam junto aos operários em greve e se unem a suas passeatas.*

309. [...] *desiludidos com as agrupações políticas existentes e com seus representantes no parlamento, os principais líderes da nova corrente sindical decidem construir seu próprio instrumento político. Surge assim no Brasil um dos maiores partidos de trabalhadores do Terceiro Mundo.*

310. *O PT se expande pelo país graças ao trabalho de milhares e milhares de militantes. Movimentos sociais de diversa índole confluem, junto com os mais radicalizados setores das camadas médias, para esse rio que*

200. Dados extraídos do trabalho de César Benjamin, *A opção brasileira hoje* (Exposição realizada em Porto Alegre, no auditório da UFRGS, junho de 2001)

201. Op.cit.

202. Marta Harnecker, **El sueño era posible**, LOM Ediciones, Santiago do Chile, 1995, p.13.

se torna cada vez mais caudaloso. Uma massiva filiação que rompe com todos os prognósticos burgueses, supre com vantagem sua debilidade como força parlamentar. A hegemonia operária é tão indiscutível que ninguém questiona que sua primeira direção seja majoritariamente operária.

311. *Dez anos depois, Lula [...], em seguida a uma meteórica carreira política, esteve a ponto de ganhar as primeiras eleições presidenciais depois do golpe militar de 64, no maior país do continente americano*²⁰³.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2000

312. Desde suas primeiras incursões no terreno eleitoral até hoje, o Partido dos Trabalhadores vem conquistando cada vez mais adeptos. Os resultados eleitorais nas eleições municipais de outubro de 2000 – nas quais o PT encabeça alianças com outros partidos de esquerda, entre elas com o Pcdob, foram uma importante vitória, não só para a esquerda brasileira, mas para as forças progressistas de todo o continente²⁰⁴.

313. Pela primeira vez em sua história o PT consegue um *resultado eleitoral expressivo em grandes centros urbanos*, o que lhe dá “*estatura de grande partido*”²⁰⁵. Passa a ser um dos quatro mais importantes do Brasil e o majoritário com vantagem dentro da esquerda.

314. Ganha cidades estratégicas em todas as regiões do país, entre elas seis capitais de estado, sendo a mais significativa São Paulo, uma mega cidade de mais de dez milhões e meio de habitantes (18 milhões incluindo a área metropolitana), onde o PT se transforma no primeiro partido do estado²⁰⁶, com o apoio de 25% do eleitorado, superando o PSDB, apesar de que este partido contou com toda a maquinaria do estado. No Rio Grande do Sul volta a ganhar a capital pelo quarto período consecutivo, sendo o partido mais votado desse estado²⁰⁷.

203. Op.cit. pp.13--14.

204. Elege 187 prefeitos, cujos municípios concentram 28,8 milhões de habitantes; 131 vice-prefeitos e 2.485 vereadores. Com estes resultados o Partido cresce em 70% em número de prefeitos e em 103% em votos. Os prefeitos petistas vão administrar 17,5% da população total do país. E das 62 maiores cidades que concentram cerca de 30% da população, vão governar 16, antes governavam só 5. De duas capitais aumentaram para 6, mantendo Porto Alegre e Belém. As 18 maiores cidades que governam concentram 20,5 milhões da população, entre elas: São Paulo, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, etc. (13,11% da população e detêm um orçamento em torno de US\$ 7,5 bilhões. José Dirceu, *Pt é o grande vitorioso*, Revista **Teoria e debate** Nº 46, Ano 14, Brasil, nov/dez 2000- jan 2001, pp.4--8).

205. *Sobre o balanço eleitoral 2000, em Resoluções--* Diretório Estadual RGS, 17 dez. 2000, p.3.

206. Já no primeiro turno conseguiu 4,8 milhões de votos. J. Dirceu, *PT é o grande...*, op.cit., p.6.

207. *O Brasil começa a mudar, Linha Direta 78*, dez..2000.

315. Esta situação modifica o cenário político do país e consolida o PT como um grande partido de massas com enraizamento nacional e, de fato, um dos maiores partidos de esquerda do mundo.

316. Segundo seu presidente, José Dirceu, estes resultados são conseguidos porque o PT representou para setores crescentes do eleitorado: *a ética na política, a prioridade para o social e a alternativa de um Brasil mais justo e solidário*²⁰⁸. Não apenas se vê este partido como uma alternativa contra o atual modelo econômico neoliberal que Fernando Henrique Cardoso e sua equipe de governo estão tratando de implantar no país, mas também como o porta-bandeira de uma nova forma de fazer política: transparente, não corrupta, que se preocupa com os setores mais desvalidos e realiza uma gestão mais democrática ao criar espaços de participação popular.

317. Na construção desta imagem tem desempenhado, sem dúvida, um papel decisivo as gestões locais em mãos do PT e o desempenho deste partido no parlamento. Nunca houve tanta corrupção nos municípios e nas câmaras municipais do Brasil, e, no entanto, nenhum dirigente petista foi acusado de ser corrupto.

318. Por outro lado, nas cidades onde exerceu o governo, o orçamento participativo, as bolsas escolares, os programas de renda mínima, do primeiro emprego, o banco do povo, o estímulo à formação de conselhos de diversos tipos: educação, saúde, etc, foram programas que mostraram que se podia fazer governos diferentes.

319. O fato de convocar a população para participar da tomada de decisões sobre o orçamento para obras da cidade e no controle da execução das mesmas, jogou um papel determinante na democratização das cidades e na luta contra a corrupção ao criar mecanismos de controle social sobre os recursos públicos.

320. É interessante demonstrar, por outro lado, que o PT vence ou avança ali onde se apresenta *unido, solidário, com propostas e assumindo sua identidade partidária e seus símbolos – a estrela e o vermelho*²⁰⁹.

321. Mas o papel decisivo para esta vitória foi desempenhado, sem dúvida, pela mobilização social que o partido desenvolveu, e mais do que o partido, as próprias organizações populares, como o MST, o MPA²¹⁰ e a Coordenadoria dos Movimentos Populares nos últimos anos, especialmente nos de 99 e 2000.

DEBILIDADES A SUPERAR

322. Mas nem tudo é cor de rosa. Embora dificilmente alguém possa negar que nestes mais de 20 anos de vida o PT tem amadurecido e conseguido conquistar um destacado espaço político no país graças ao seu

208. J. Dirceu, op.cit., p.4. Em Belém e Recife as campanhas eleitorais se ideologizaram muito. A direita tratava os petistas de vermelhos, comunistas, etc; o PT assumiu e defendeu seu ideário sem se amedrontar e isso lhe deu a vitória.

209. Ibidem.

210. Movimento de Pequenos Agricultores.

bom desempenho, como analisávamos anteriormente, ao mesmo tempo foi perdendo seu ímpeto de juventude. Seus êxitos eleitorais, em um contexto generalizado de crise de militância da esquerda tanto política como social, e de uma contra-ofensiva ideológica conservadora, têm levado a sigla a se institucionalizar cada vez mais e a ir perdendo seu perfil de partido de luta. Muitos de seus quadros fazem hoje mais vida de gabinete do que vida militante nos movimentos sociais. Os núcleos de base, que eram seu forte e o melhor instrumento para a mobilização, quase desapareceram. A briga mesquinha por cargos e o personalismo têm suprimido muitas vezes a fraternidade inicial.

323. Crescem as camadas médias que simpatizam com o partido, mas ao mesmo tempo há cada vez mais setores dos movimentos populares que não se sentem representados por ele e procuram outros espaços de discussão, de encontro, de mobilização.

A CONSULTA POPULAR: UMA RESPOSTA ÀS DEBILIDADES DO PT

324. Como uma tentativa de resposta a esta busca nasceu, em dezembro de 1997, o Movimento Consulta Popular, iniciativa que não pretende substituir os partidos de esquerda, mas conscientizar e debater sobre um projeto para o Brasil, criando espaços de encontro e de discussão pela base, no seio dos movimentos populares, articulando mobilizações em torno de objetivos muito precisos.

325. Segundo a Consulta, a sociedade brasileira deve assumir cinco compromissos: o compromisso com a soberania, para dar continuidade ao processo de construção nacional, rompendo com a dependência externa; o compromisso com a solidariedade a partir de novas bases nas quais a eliminação da exclusão social e da desigualdade na distribuição da riqueza, do poder e da cultura tenha clara prioridade; o compromisso com o desenvolvimento para por fim à hegemonia do capital financeiro e à condição de economia periférica; o compromisso com a sustentabilidade, procurando um novo estilo de desenvolvimento que não copie modelos injustos e ecologicamente inviáveis; e o compromisso com a democracia popular, o que aponta para a refundação do sistema político brasileiro, com novas bases amplamente participativas, de maneira que a sociedade possa controlar os centros de decisão de poder²¹¹.

326. A Consulta Popular expôs a necessidade de refundar a esquerda, tratando de consolidar uma *rede de militância capaz de dialogar de forma fecunda com o povo*²¹² e pretende que todos os seus militantes, sem nenhuma exceção, *estejam diretamente vinculados a um movimento social, cultural ou similar, ou a uma*

211. Coordenação Nacional da Consulta Popular, Um passo à frente na Consulta Popular, Brasil, maio 2000, (documento)

212. César Benjamin, *Sobre a consulta popular*, entrevista realizada por Héctor Benoit para a revista **Crítica Marxista**, nov. .2000, (documento).

*frente de trabalho de base*²¹³, mas não tem conseguido ainda se constituir *em uma articulação orgânica de militantes*²¹⁴.

327. Fazem parte deste movimento desde conhecidos intelectuais como Plínio de Arruda Sampaio, Emir Sader e César Benjamin, até importantes líderes populares como João Pedro Stédile, contando já com milhares de militantes espalhados por todo o país.

328. Alguns de seus militantes estão convencidos de que o PT *perdeu sua capacidade política, teórica e moral para ser um partido contra a ordem; que com o tempo o oportunismo, o imediatismo e o pragmatismo se transformaram em parte de sua cultura; que se trata de um partido que já não se move mais por ideais mas por interesses*, que já não é mais o instrumento adequado para levar adiante *um projeto para construir, no Brasil, uma organização de massas, democrática e socialista, que impulse uma transformação histórica desta sociedade*²¹⁵. Mas a grande maioria ainda espera que o PT recupere sua clara vocação popular inicial e seu impulso militante; e vê sua participação na nascente organização como uma forma de pressioná-lo nesse sentido. Considera que são demasiados anos de acumulação histórica para serem jogados fora.

329. Nestes três anos de vida, a Consulta publicou um livro de estudo: **A opção brasileira**²¹⁶, que tem sido muito bem recebido e já tem várias edições; tirou 8 mil cópias de 20 diferentes vídeos sobre temas nacionais para serem discutidos por suas bases; imprimiu quase 200 mil cartilhas de apoio ao trabalho de base; organizou cursos de formação de alto nível sobre o pensamento social brasileiro; esteve presente em todas as lutas relevantes que se deram no país; realizaram uma caminhada de mais de três meses do Rio de Janeiro a Brasília com mil e cem militantes que realizaram um intenso trabalho político e pedagógico durante o trajeto; debateram com milhares de militantes em todo o Brasil os elementos fundamentais de um Projeto Popular para o país. Muitas atividades para uma organização de recente formação e com *uma estrutura muito deficiente e sem capacidade efetiva para desenvolver projetos consistentes e mantê-los de forma organizada ao longo do tempo*²¹⁷.

330. Considero que todas as tarefas que tem realizado a Consulta poderiam perfeitamente haver sido realizadas pelo Partido dos Trabalhadores se este partido não houvesse estado tão voltado para a luta

213. Movimento Político Consulta Popular, **Documento 1: O momento político e o movimento da Consulta Popular**, sem data, (documento).

214. João Pedro Stédile, Notas a este trabalho, 31 de julho de 2001.

215. César Benjamin, *Sobre a consulta popular...*, op.cit.

216. Contraponto Editora, Rio de Janeiro, 1998. Esta é a obra coletiva de vários autores, entre eles César Benjamin, Emir Sader, João Pedro Stédile, Luís Eduardo Greenhalgh e José Albino.

217. Movimento Político Consulta Popular, **Documento 1: O momento político...**, op.cit.

institucional; se parte de suas energias não houvesse sido consumida em lutas intestinas muito pouco fraternas; se seus militantes estivessem mais ligados aos movimentos populares²¹⁸.

COMO GANHAR AS ELEIÇÕES DE 2002

331. Mas sejam quais forem as críticas que podem ser feitas ao PT, não resta dúvida de que no imaginário popular de milhões de pessoas no Brasil, o Partido dos Trabalhadores é o seu partido; não há outro.

332. É sintomático que em uma pesquisa encomendada pela Confederação Nacional de Industriais (CNI) ao Ibope, 50% dos entrevistados tenham se mostrado favorável à implantação do socialismo no Brasil, fato absolutamente inédito no país, e que 50% tenham manifestado que o país necessita de uma revolução socialista, entendendo por sinônimo de socialismo: “união”, “amizade”, “compartilhar”, “respeito”, “solidariedade”, “justiça”, assimilando socialismo à “mudança social”, “ampliação de oportunidades de emprego”, “diminuição da corrupção”. E, segundo Nei Figueiredo, o dado mais relevante é que os entrevistados associam o PT com estes valores.²¹⁹

333. Por outro lado, a crise do bloco dominante é muito aguda e não é alheia ao fato de que a *base de sustentação política do atual governo está em pedaços: perdeu credibilidade perante a opinião pública, já é criticado inclusive pelos grandes meios de comunicação, nem sequer pode exibir como conquista política a estabilidade monetária, sem citar que a crise da energia elétrica revelou sua incompetência na política privatizante. A única coisa em que tem sido eficiente é no pagamento da dívida externa*²²⁰.

334. Esta situação – a que se acrescenta o descontentamento crescente da maioria do povo afetado pelas medidas neoliberais – colocam o Partido dos Trabalhadores em melhores condições que em todas as outras ocasiões para ganhar a presidência da República nas eleições de 2002 e cumprir a tarefa histórica, primeiro, de deter o avanço do neoliberalismo no maior país do continente, com tudo o que isso significa não só para o povo brasileiro mas para toda a América Latina, e, em seguida, avançar na construção de um modelo próprio de desenvolvimento que coloque a solidariedade e não o lucro como seu máximo objetivo.

335. Mas, para conseguir este objetivo, o PT não pode ficar acomodado em suas vitórias. Sabe, por experiências anteriores, que uma coisa é ter um bom desempenho eleitoral no primeiro turno e outra, ganhar as eleições no segundo, quando a direita fará qualquer tipo de aliança para impedir que Lula ganhe.

218. Movimento Político Consulta Popular, **Documento 1: O momento político...**, op.cit.

219. *O que pensam os brasileiros sobre assentamentos saídas...*, **Revista Veja**, julho 2001

220. Pedro A. Ribeiro de Oliveira, *Análise de conjuntura*, maio 2001, Texto apresentado ao Conselho permanente dos Bispos do Brasil, p.2.

336. Para consolidar sua base social natural e ampliá-la para outros setores deve realizar um árduo trabalho centrado, em meu entender, em três eixos principais:

Primeiro: a necessidade de elaborar uma proposta programática para o Brasil que se proponha como meta superar a miséria e a extrema desigualdade da sociedade brasileira. Concordo com quem argumenta que esta proposta tem que ter o caráter de *plano de emergência nacional* e que deve prioritariamente gerar *as condições para que a economia volte a crescer* (redistribuição de renda, incentivos ao setor produtivo vinculado à criação de emprego, resgate dos setores mais empobrecidos); *para que o estado volte a ter capacidade de regulamentação*; *para que as forças populares voltem a ter capacidade de ação e de articulação de alianças e iniciativas*²²¹. Uma proposta que ofereça uma perspectiva clara ao movimento social e aos milhões de brasileiros que votam na esquerda; que demonstre a inviabilidade de qualquer outra solução dependente dos capitais externos especulativos e seu caráter cada vez mais anti-social (para isso cai como uma luva o estrondoso fracasso do governo De La Rúa na Argentina)²²²; e que abra espaço para os setores do empresariado nacional com contradições com o grande capital transnacional, para sair do atual beco sem saída e romper com o atual modelo agro-exportador, elaborando um modelo que aponte para o desenvolvimento do mercado interno nesse imenso e rico país que é o Brasil, e para uma distribuição mais justa e equitativa dos bens produzidos. Modelo que tenha como uma de suas pedras angulares a realização de uma verdadeira reforma agrária que favoreça os pequenos e médios agricultores.

Segundo: que seja capaz de levar adiante um desempenho exemplar nos governos locais que controla para que estes sirvam de vitrine da nova sociedade que pretende construir. Que estes consigam ser *inovadores, éticos, democráticos, que priorizem e combatam a pobreza e se preocupem com a geração de emprego*²²³.

Terceiro: o elemento chave para a vitória é que sua atuação como partido, seu candidato e sua proposta sejam capazes de criar um bloco social alternativo e estimular uma ampla mobilização social, que não só será necessária para ganhar em 2002, mas para assegurar a viabilidade da proposta programática antineoliberal que, com toda segurança, desenvolverá uma dinâmica opositora muito forte por parte dos minoritários mas poderosos setores afetados.

O MST NA PRIMEIRA BARRICADA

337. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST) que reúne parceiros, arrendatários, meeiros, assalariados rurais, ocupantes e pequenos camponeses²²⁴ é, sem dúvida, o movimento social mais

221. Emir Sader, **A esquerda brasileira e seus enigmas -- Que estratégia para que esquerda?**, junho 2001, (documento).

222. J. Dirceu, *O PT é o grande vitorioso*, op.cit., p.8

223. Op.cit. p.7.

224. Donos de menos de 5 hectares de terra no Brasil.

poderoso da América Latina. Foi fundado há já 17 anos²²⁵ e neste momento se calcula que das 400 mil famílias que têm tido acesso à terra desde a ditadura militar até hoje, umas 250 mil estão ligadas ao MST e outras 80 a 100 mil estão acampadas em todo o país pressionando por terra²²⁶.

A PRINCIPAL REFERÊNCIA CONTRA O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

338. Nestes anos de resistência e de luta este movimento tem conseguido crescer e se consolidar como o principal referencial nacional de luta contra o neoliberalismo, promovendo a articulação de todos os setores excluídos pelo sistema: os sem terra, os sem teto, os sem trabalho. Atacado pela direita por seu radicalismo é, no entanto, crescentemente respeitado por setores cada vez mais amplos da sociedade, que vêem neste movimento a coerência política e a preocupação com os aspectos ideológicos que com freqüência falta aos partidos políticos de esquerda.

339. Este movimento começa a ser mais conhecido nacional e internacionalmente a partir de 1995 – em seguida ao seu II Congresso – quando expõe que não haverá reforma agrária no Brasil se não se conseguir mudar o modelo econômico neoliberal, e que só se pode avançar neste terreno se toda a sociedade começar a ver a luta pela terra como uma coisa legítima e necessária.

UM MOVIMENTO CAMPONÊS DIFERENTE

340. Trata-se de um movimento camponês diferente dos clássicos. Em primeiro lugar, a luta de massas que promove não se limita ao caráter corporativo, associativo ou sindical, próprio de outros movimentos camponeses, porque entende que os objetivos que persegue – não só terra, mas instrumentos e créditos para trabalhá-la, educação, saúde e outras transformações da vida camponesa – somente serão conseguidos mudando o modelo de sociedade. Trata-se, portanto, de um movimento sócio-político que participa da vida política do país, mas que não pretende “se transformar em partido político”²²⁷. Em segundo lugar, envolve em suas atividades e lutas toda a família e não apenas o homem. A participação da mulher, da juventude, das crianças, é muito destacada. De um coletivo de 23 pessoas que formam a direção nacional, 9 são mulheres e têm sido eleitas não por cotas, mas por seus próprios méritos. Em terceiro lugar, reúne em seu seio não somente trabalhadores rurais mas todas as pessoas que estejam dispostas a se

225. O MST foi fundado em 1984, durante o I Encontro Nacional que reuniu todos os lutadores pela terra em Cascavel, Paraná, entre os dias 21 e 24 de janeiro.

226. João Pedro Stédile, entrevista de Marta Harnecker, 20 de maio de 2001. O dirigente do MST argumenta que as cifras oficiais falam de 680 mil famílias assentadas e que o governo de Fernando Henrique Cardoso se vangloria de haver assentado delas umas 480 mil. Os cálculos do MST são os que figuram acima. Há umas 150 mil famílias às quais se entregou a terra em projetos de colonização, em terras inóspitas, afastadas das estradas até 500 km.. Muitos desses camponeses tiveram que abandona-las por não poder sobreviver nelas.

227. João Pedro Stédile e Bernardo Mançano Fernández, **Brava Gente**, Ed. Madres de Plaza de Mayo--Revista América Libre, Argentina, abril de 2000, p.42.

dedicar à luta pela reforma agrária. Em quarto lugar, é um movimento que tem como uma de suas preocupações centrais a formação política de seus quadros.

341. As experiências nesse sentido o levaram à convicção de que as conquistas sociais só são alcançadas com luta de massas, quer dizer, com a participação massiva do povo. Aprendeu que se se limita a ser *uma organização de fechada, sem poder de mobilização*, ou se esperar que as soluções cheguem a partir do *governo* ou da aplicação de seus *direitos, apenas porque estão escritos na lei*, não conquistará *absolutamente nada*. Somente uma forte *pressão popular* fará com que a lei seja cumprida²²⁸, já que há poderosos setores das classes dominantes que se opõem a ela. Daí que a ocupação tenha se tornado sua arma estratégica para conseguir a terra. Somente esta forma de pressão social camponesa tem permitido materializar a entrega de terras ociosas a pequenos camponeses ávidos por fazê-las produzir.

342. A ocupação é, ao mesmo tempo, o instrumento que permite aglutinar famílias de origem camponesa, fazendo-as sentir na própria carne a importância da organização, sendo também um excelente espaço para começar o árduo trabalho de transformação da consciência individualista, típica do pequeno produtor, por uma consciência cada vez mais solidária.

A LUTA NÃO ACABA COM A CONQUISTA DA TERRA

343. Mas a luta não acaba com a conquista da terra, esse é só o primeiro passo. Os assentados devem continuar lutando para conquistar os recursos para fazê-la produzir, daí ser fundamental que se mantenham organizados dentro do Movimento.

344. *Os princípios e normas organizativas que regem o MST são: **direção coletiva**, evitando cargos que personalizem o poder; **divisão de tarefas**, valorizando a participação de todos e evitando a centralização e o personalismo; **profissionalismo**, expressado em amor e dedicação de corpo e alma à causa da luta pela terra e esforços para se superar nas tarefas que lhes foram destinadas; **disciplina**, cuja regra de ouro é respeitar as regras do jogo voluntariamente assumidas; **planejamento** de todas as atividades que forem empreendidas; **espírito de estudo e vinculação com as massas** – um dirigente distante das massas é como um peixe fora d'água. E por último: exercício da **crítica e autocrítica**, procurando corrigir os erros presentes para melhorar as atuações futuras.*

345. *Creio ser importante destacar alguns aspectos da forma em que são aplicados estes princípios:*

- as grandes linhas políticas são formuladas centralmente, mas devem ser adaptadas a cada lugar respeitando as diferenças regionais;

- descarta-se o uso das grandes assembleias para discutir as decisões mais transcendentais por serem facilmente manipuladas, prefere-se discutir em nível local e regional, amadurecer as idéias dessa maneira e,

228 . J. Pedro Stédile e B. Mançano Fernández , **Brava Gente**, op.cit., p.49.

uma vez conseguido isto, leva-las a reuniões mais amplas para que ali as votações somente formalizem o debate ocorrido em níveis mais reduzidos;

- conseguir que todos os seus membros se sintam protagonistas, procurando com que cada um assuma uma determinada tarefa dentro do coletivo, escolhida esta levando em conta as inclinações naturais de cada pessoa: que a pessoa faça aquilo para o que melhor serve.

Aprender com todos

346. *O MST se sente herdeiro de todo um processo histórico de lutas populares e trata de aproveitar os ensinamentos acumulados nessas lutas para construir um mundo melhor. Daí sua disposição de estudar as mais diversas experiências tanto nacionais como de outros países, não para copia-las mecanicamente, mas para extrair delas o que possa ser útil para a organização*²²⁹

347. O MST considera que os assentamentos devem servir de carta de apresentação para o movimento. Devem demonstrar que podem produzir eficientemente e, ao mesmo tempo, ir gestando a semente da futura sociedade solidária que deseja construir, em que a técnica seja posta a serviço do homem e não o homem a serviço da técnica. Neste sentido, o movimento estimula o estabelecimento das mais diversas e flexíveis formas de cooperação, desde as mais simples como o trabalho de ajuda mútua, passando pelas associações de máquinas, cooperativas de comercialização, de créditos e serviços, até chegar às cooperativas de produção.

348. É neste terreno da produção onde o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra faz sua autocrítica mais forte. Não é possível abordar em detalhes, neste artigo, tema tão complexo, mas pelo menos podemos mencionar algumas delas: muitos assentamentos caíram no erro de implantar o *mono-cultivo para o mercado* (soja, milho, algodão, mandioca), no lugar de haver diversificado a produção para não ficar tão dependentes das oscilações de preços; por outro lado, *muitas vezes se aplicou uma mecanização desajustada à escala de produção*: comprava-se um trator para 30 hectares quando este só era rentável se fossem cultivados 100²³⁰.

NÚCLEOS HABITACIONAIS E PÓLOS DE ASSENTAMENTOS

349. Quanto à organização interna dos assentamentos²³¹, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está hoje empenhado em que seja materializada uma orientação que existe há anos: a formação de grupos

229. Marta Harnecker, *El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra: Construyendo fuerza social antineoliberal*, en Revista *Surda* N° 23, Chile, nov--dic, 1999.

230. J. Pedro Stédile, entrevista de Marta Harnecker, 20 maio 2001.

231. Conjunto de famílias que conquistou a terra.

de famílias neles. Nos acampamentos do MST as famílias se organizam em grupos de vinte a trinta, e a idéia era que, uma vez conquistada a terra, fosse mantido este tipo de organização nos assentamentos, tratando de construir o que eles chamam “agrovilas”, quer dizer, núcleos de moradias umas ao lado das outras com espaços destinados aos serviços coletivos: escola, centro de recreação, parque infantil, centro religioso e algum tipo de agroindústria que permita valorizar a produção agrícola e criar fontes de trabalho estáveis para o camponês e sua família.

350. Já há vários assentamentos com agrovilas, mas ainda são minoritários. Na maior parte dos casos a terra foi distribuída de forma individual por orientação do Incra²³² e atendendo o desejo do camponês de estabelecer sua moradia em seu próprio lote: isto deu como resultado que as famílias ficaram muito distantes umas das outras, o que dificultou a convivência entre elas e, pela mesma razão, não se chegou a materializar a orientação de se organizar em grupos de famílias.

351. Hoje o Movimento está pensando em soluções urbanísticas que permitam que as famílias formem pequenos núcleos habitacionais com um espaço para encontros coletivos. Esta é a maneira que o MST tem encontrado para combater a cultura individualista e ir construindo alternativas de cooperação em diferentes níveis. A idéia é que em um mesmo assentamento, nos lugares em que isto seja conveniente, haja vários núcleos habitacionais que permitam ao camponês viver em seu pedaço de terra ou muito próximo dela e, ao mesmo tempo, conviver coletivamente com um grupo de famílias.

352. Há desenhos urbanísticos interessantes que permitem combinar ambas as coisas. Isto funciona melhor no sul e centro do país, porque nas zonas mais áridas a tendência é se concentrar em pequenos povoados, já que é muito pouco o que se pode cultivar de forma individual, bastando uma pequena horta, o resto são terras para alimentação do gado ou produções que exigem um trabalho não individual. Aqui o problema é o inverso: como conseguir a participação real das pessoas em um povoado que reúne de mil a mil e quinhentas famílias.

353. A discussão sobre quais são os espaços ideais para a participação das pessoas é um grande tema para a esquerda. E o outro é como combinar participação na base e eficácia local, porque evidentemente os pequenos grupos são convenientes para conseguir uma maior participação, mas também sabemos que para conseguir um impacto local se requer ir muito mais longe.

354. Daí outra interessante idéia que o MST está desenvolvendo: o que alguns chamam “pólos de assentamento”. Um assentamento isolado e rodeado de latifúndios não tem nenhum impacto e todo seu esforço de sair para o mercado com um mínimo de possibilidades tende a fracassar. Para conseguir mudar a lógica do sistema em alguns aspectos, especialmente levando adiante a idéia de criar um mercado popular alternativo com produtos das cooperativas agrícolas do MST, é fundamental reunir em uma zona muitos assentamentos e criar uma articulação entre eles que potencialize seu impacto na região, tanto no aspecto

232. Instituto Nacional da Reforma Agrária.

econômico, como educativo, cultural e político. Isto também ajuda a resolver os problemas de infra-estrutura: não é a mesma coisa fazer uma estrada e estender a rede de água para um assentamento de vinte famílias, do que fazê-lo para mil e quinhentas.

355. Para conseguir estes objetivos é muito importante que se realize um trabalho político e ideológico na região, que se conquiste para o projeto as direções sindicais e políticas e as administrações locais e, mas importante ainda, que os moradores da região vejam com simpatia as propostas do MST. Uma rádio local, como forma de comunicação direta com os habitantes da região, parece indispensável.

356. Eu sou uma das pessoas convencidas de que, ao invés de dispersar forças em todo o território, é fundamental que as forças de esquerda concentrem sua atuação em determinados espaços geográficos, para tratar de por em prática nesses lugares experiências alternativas mais integrais que por sua vez sirvam para mostrar na prática o que a esquerda poderia fazer se conseguisse ter o poder central em suas mãos.

357. Por outro lado, os assentamentos, ao mesmo tempo em que permitem formar quadros com uma nova mentalidade, permitem liberar quadros para que possam participar das atividades de mobilização do movimento (caminhadas, novas ocupações) ou no trabalho organizativo do MST em nível local ou nacional. O assentamento é a entidade que os financia enquanto dura sua missão.

A EDUCAÇÃO: UMA PREOCUPAÇÃO CENTRAL

358. O MST não luta apenas contra o latifúndio mas também contra a ignorância. A seriedade com que tem abordado o problema educacional do campesinato fez com que o governo do Estado do Rio Grande do Sul reconhecesse a metodologia usada e a concepção da “escola nova” do MST como o melhor programa pedagógico para o meio rural.

359. O movimento atende a todos os níveis de educação. Convencido de que uma organização só perdura quando forma seus próprios quadros, tem criado várias escolas de quadros tanto políticas como técnicas e um instituto que prepara técnicos agrícolas em diferentes especialidades (ITERRA). E hoje tem uma brigada médica composta por 45 estudantes se formando em Cuba na Escola Latino-americana de Ciências Médicas.

360. Por outro lado, oito universidades mantêm convênios com o movimento para a formação técnica de seus quadros. Desta maneira, existe um convênio com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) através do qual mil jovens se formam em cursos intensivos durante as férias. Também na Universidade Federal de Juiz de Fora quinhentos jovens da região sudeste participam nas férias de diferentes cursos sobre a realidade brasileira²³³.

233. MST, **Balço das atividades do setor de educação do MST** (Dados atualizados até Julho/2000), Brasil.

361. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está sofrendo neste momento uma grande ofensiva por parte do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Este lhe cortou os créditos para as cooperativas. O MST havia conquistado um crédito em 1986, em pleno processo de democratização do país, logo depois de mais de 20 anos de ditadura militar, que favorecia especialmente a quem trabalhava de forma cooperada: as famílias que eram sócias de uma cooperativa recebiam o dobro do que recebia um pequeno camponês independente e tinham, além disso, um subsídio de 50%. Agora não só há menos créditos mas todos provêm de um único fundo: é uma forma de jogar uns camponeses contra outros, fomentando a divisão entre os membros do MST e outros pequenos agricultores.

362. Por outro lado, como o MST tem conseguido assentar muita gente graças ao emprego da ocupação de terras, o que lhe tem dado grande força ao mostrar a suas bases que com organização e luta podem conseguir os objetivos a que se propõem, o governo tem procurado uma fórmula de desestimular a mobilização e as ocupações de terras. Está oferecendo a quem se inscrever pelo correio a entrega de terras em 120 dias.

363. Estas medidas - junto com a crise da pequena agricultura diante do modelo agro-exportador - significaram um duro golpe para o MST. A frustração e o desânimo começam a afetar os assentados com menos consciência: a possibilidade de conseguir renda que lhes permita melhorar significativamente suas condições de vida através de uma agricultura alternativa ao modelo oficial, distancia-se do horizonte imediato. Consciente desta situação, a direção do movimento está preparando seus membros para enfrentar um período de resistência. Os assentados não podem viver da esperança de que vão receber créditos e ajuda de fora, mas devem procurar como seguir em frente com os próprios recursos.

364. No entanto, esta ofensiva do governo não tem conseguido curvar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e este não tem deixado de lutar. De fato, em alguns lugares, tem conseguido transformar em um *boomerang* a oferta do governo de conceder terra via inscrição por correio. Ao invés de lutar contra os camponeses que por falta de consciência vão se inscrever de forma individual - o objetivo perseguido pelo governo -, a tática traçada tem sido a de se apresentar em massa nas agências dos correios. É preciso imaginar o que significa para uma agência dos correios o fato de mil a mil e quinhentas pessoas acampadas chegarem a pedir simultaneamente sua inscrição. As agências dos correios não estão preparadas para uma inscrição massiva, não têm essa quantidade de formulários. Além disso, estas ações do MST têm deixado evidente a demagogia do governo já que os prazos terminam e a terra não chega.

365. Por outro lado, tendo claro que a estratégia político-social do neoliberalismo é fragmentar o movimento popular, este movimento se colocou de acordo com outras organizações camponesas importantes no país, como são o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Afetados por Represas (MAR), Pastoral Juvenil Rural (PJR) e Associação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), para negociar juntos perante o governo, de tal modo que este não possa realizar uma política diferenciada para favorecer um movimento em detrimento de outro.

UMA AMPLA ALIANÇA PARA ENFRENTAR O NEOLIBERALISMO

366. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra compreende, além disso, que sem alianças amplas em nível nacional e internacional não se poderá deter o avanço do neoliberalismo. Por isso é um grande impulsionador de amplas mobilizações como o plebiscito da dívida externa, a luta contra a ALCA e a luta contra os transgênicos, que tem permitido uma aliança com os movimentos camponeses de todo o planeta.

URUGUAI: UM GRANDE BLOCO SOCIAL CONTRA O NEOLIBERALISMO

367. No Uruguai, a Frente Ampla, a mais antiga frente política de esquerda da América Latina – nascida em 1971 -, transformou-se nas últimas eleições presidenciais de outubro-novembro de 1999 na principal força política do país, e continua em ascenso.

UMA FRENTE VERDADEIRAMENTE AMPLA

368. Trata-se de uma experiência unitária muito interessante. A primeira em que comunistas e democratas cristãos formam parte de uma mesma coalizão política, e uma das poucas que tem conseguido colocar travas no projeto neoliberal, que é implementado cada vez com maior força em nosso continente.

369. Ela não surge por acaso, é o produto da situação em que vivia o Uruguai naquela época. A agudização da crise estrutural da década de 60, o auge do movimento popular, a reação autoritária do governo diante desta explosiva situação e as ações de resposta da guerrilha urbana dos tupamaros – que assombraram o mundo por sua audácia e eficácia -, vão produzindo mudanças na forma de pensar de vários dos dirigentes progressistas dos partidos tradicionais.

370. Ocorrem desprendimentos tanto no Partido Blanco como no Colorado. O Partido Democrata Cristão, por sua vez, consciente da gravidade da situação, mostra sua vontade de se aliar até ao influente Partido Comunista uruguaio daquela época, sempre que este fosse parte de uma ampla gama de forças dispostas a encontrar uma saída para o país pela via institucional²³⁴.

371. Também surge uma importante corrente militar democrático-constitucionalista, encabeçada pelo general Líber Seregni, que adere à Frente Ampla.

372. A nascente coalizão abriga comunistas e democratas cristãos, militares e ex-guerrilheiros, ateus e cristãos. Daí seu nome: Frente Ampla.

234. Marta Harnecker, **Forjando la esperanza**, Lom Ediciones, Santiago do Chile, 1995, p.19. Este livro desenvolve a história da Frente Ampla e o desempenho da Prefeitura de Montevideú durante o mandato de Tabaré Vázquez. Foi realizado através de entrevistas e mesas redondas com dirigentes frentistas de diferentes correntes políticas.

ACORDO PROGRAMÁTICO, MAS NÃO IDEOLÓGICO NEM INTERNACIONAL

373. Essa amplitude somente foi conseguida com renúncias mútuas e garantias recíprocas. Sem elas jamais houvesse podido se formar uma coalizão dessa envergadura. O acordo de organizações políticas tão diferentes para levar adiante um programa que permitisse tirar o país do caos em que estava, não podia senão prescindir de posições comuns no terreno ideológico e no internacional. A tolerância passa assim a se integrar como um elemento fundamental da cultura da esquerda uruguaia.

374. O parto não foi fácil, e nele desempenhou um papel destacado a inatacável figura constitucionalista e amplamente aceita do general Líber Seregni, que havia optado pela reserva para não ser co-partícipe das atrocidades que seus companheiros de armas já começavam a praticar²³⁵.

COALIZÃO E MOVIMENTO

375. Um de seus traços mais característicos é que não foi simplesmente uma coalizão de partidos, mas ao mesmo tempo um movimento: a ele aderiu uma grande quantidade de independentes. Ao se somar a votação que obteve cada uma das forças políticas nas eleições anteriores à sua entrada na frente e ao se comparar essa votação com os resultados das eleições de 71, as primeiras das quais participa a Frente Ampla, a cifra é duplicada²³⁶. A proposta unitária não apenas somou as forças dos partidos que a integraram, mas as multiplicou.

376. Além dos resultados em votação, a experiência da campanha de 1971, que foi dura, ameaçada e às vezes reprimida, gestou uma identificação emocional muito forte em torno dos símbolos e de alguns líderes. Este fator, tão importante em um movimento de massas amplo, aprofundou-se em seguida durante os treze anos de ditadura. Uma identidade que era preciso ocultar, que tinha seus mártires, seu presidente preso, seus representantes proscritos e tudo o mais.

377. A fulminante reorganização da esquerda em 1983-85, que surpreendeu os acomodados políticos dos partidos tradicionais, teve, acredito, como fator principal de conjunção e aglutinação o peso da identidade emocional frentista.

378. Interpretou o desejo de unidade de importantes setores do povo uruguaio. As bases da nascente organização política foram formadas por comitês frentistas nos bairros, espaços de encontro de militantes das agrupações políticas que a integram e de não militantes.

235. M. Harnecker, **Forjando la esperanza.**, op.cit., pp.19--20.

236. M. Harnecker, testemunho de Esteban Valenti em, op.cit., p.65.

379. Eles foram um instrumento chave para *iniciar a superação da dispersão orgânica da esquerda*²³⁷. Ofereceram um espaço não partidário ao crescente número de independentes que simpatizavam com o projeto frentista, muitos dos quais provinham dos partidos tradicionais. O fato de que se pudesse aderir à Frente e militar em tal organização sem ter que aderir a algum setor da esquerda, facilitou enormemente a incorporação de muita gente.

380. Estes comitês, que inicialmente tiveram um fim eleitoral, perduraram no tempo e passaram a fazer parte da estrutura interna da Frente Ampla. Organizaram-se em seguida em coordenadorias regionais e chegaram a obter, uma vez deixados para trás os anos de ditadura militar, uma representação na direção desta entidade.

381. É interessante observar que durante um longo período de sua história a Frente Ampla teve especial cuidado em que suas figuras mais destacadas fossem independentes para ajudar na construção do processo unitário.

TRATAMENTO DAS MINORIAS

382. Uma das coisas que tem contribuído para a solidez da Frente Ampla é o espírito unitário e a cultura do debate que foi se gerando entre seus militantes. Outra é sua capacidade de garantir para as minorias um espaço de incidência dentro da organização, *não como executores de políticas alheias, mas como protagonistas da construção das opiniões coletivas da Frente Ampla*. Este tem sido um fator importante *para evitar a atomização*. Uma das razões freqüentes pelas quais os militantes se distanciam de suas respectivas organizações é porque lhes são negados espaços onde possam opinar, discutir e ser considerado na tomada de decisões.

383. Respeitar as opiniões dos demais significa não avalia-las, como costuma ocorrer, *pela força que se tem por trás, mas com base na capacidade que esta tenha de interpretar os acontecimentos, os fatos e os processos*. [...] *é um problema de cultura política e a Frente Ampla, além dos aspectos orgânicos para resolver isso, foi adquirindo essa cultura, foi incorporando a idéia de que se deve escutar as pessoas, os grupos políticos, os dirigentes, não apenas fazendo um cálculo matemático dos votos que representam como força organizada*²³⁸.

SOBREVIVE APESAR DE ALGUMAS RUPTURAS

384. As organizações políticas que inicialmente formaram a Frente Ampla foram: o Partido Comunista, o Partido Socialista, a Democracia Cristã, o Movimento *Blanco* Popular e Progressista, o Movimento

237. M. Harnecker, testemunho de Héctor Rodríguez em, op.cit., p.3.

238. M. Harnecker, testemunho de Esteban Valenti em, op.cit., p.75.

Revolucionário Oriental, o Movimento Herrerista Lista 58 (estes três últimos cisões do Partido Blanco ou Nacional), o Fidel ou Frente de Esquerda de Libertação (conjunto de pequenos grupos de diferentes origens, que haviam participado da eleição passada como aliados ao Partido Comunista), o POR (trotskista), os Grupos de Ação Unificadora (GAU), que reuniam grupos de origem cristã com setores da militância sindical independente, o Movimento Socialista (cisão do OS), o Comitê Executivo dos Cidadãos Independentes, grupo formado por pessoas não ligadas a nenhum partido que haviam impulsionado a formação da Frente Ampla, e a Lista 99 (Movimento pelo Governo do Povo), cisão do governante Partido Colorado.

385. Este último setor político teve importância pelas condições carismáticas de seu líder, Zelmar Michelini, assassinado em Buenos Aires em 20 de janeiro de 1976. Esse assassinato impune é emblemático na história recente do Uruguai. Antes de romper com o *coloradismo* (do Partido Colorado) e contribuir para a fundação da FA, Zelmar havia sido uma das figuras mais prestigiosas de sua geração. Nas eleições de 1966 lhe haviam oferecido a vice-presidência da república na lista que venceu.

386. Nestes 30 anos transcorridos *houve novas incorporações e rupturas*, nasceram novas organizações, outras se fundiram ou se dividiram, outras desapareceram ou se debilitaram, enquanto uma parte se transformava internamente. *Assim, entre outros, incorporaram-se o Partido pela Vitória do Povo (PVP), o Movimento de Libertação Nacional (MLN), o Movimento 26 de Março (M26) e a Corrente Popular (CP). Separaram-se o Partido pelo Governo do Povo (PGP) e o Partido Democrata Cristão (PDC). Como resultado dos processos de debate internos, cisões e reagrupamentos, nasceram a Vertente Artiguista, a Assembléia Uruguai, liderada por Danilo Astori, a Confluência Frenteamplista (Confra), formada basicamente por ex-comunistas, a Esquerda Aberta (IA) e outras entidades. Permaneceram e se transformaram o Partido Comunista (PC), o PS e várias organizações políticas fundadoras*²³⁹.

387. *Este agrupamento político plural foi capaz de sobreviver tanto às tentativas de destruí-lo a partir de fora, como às pressões das próprias forças centrífugas que se gestaram em seu seio. Nem os embates de uma cruenta ditadura militar que, durante mais de dez anos, fez tudo para fazê-lo desaparecer, perseguindo, encarcerando e assassinando seus quadros políticos mais destacados e dirigentes do combativo movimento social, nem a dolorosa divisão de 89, quando setores de centro*²⁴⁰ *decidem se afastar e formar outra aliança política – o Novo Espaço -, nem a derrota do socialismo no leste europeu e na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e suas seqüelas de perplexidade, crise de militância, ceticismo, nem as vicissitudes pelas quais passou o Partido Comunista do Uruguai, peça fundamental na articulação política inicial dessa coalizão [...] conseguiram feri-lo de morte*²⁴¹.

239. Enrique Rubio, **El frentismo del futuro. De las internas al gobierno nacional.**, Documento de 1997, p.3.

240. A Democracia Cristã e a Lista 99 de Hugo Batalla.

241. M. Harnecker, **Forjando la esperanza**, op.cit., p.20.

388. A chave da unidade sempre radicou *no acordo programático e nos fatores de identificação política existentes no povo frentista*²⁴².

PRIMEIRA FORÇA POLÍTICA DO PAÍS

389. Não só tem sido capaz de superar com galhardia todas estas traumáticas experiências mas foi conseguindo uma crescente aceitação popular que se reflete em um contínuo ascenso eleitoral.

390. A carismática figura de Tabaré Vázquez como candidato presidencial, a capacidade da Frente Ampla para voltar a aglutinar democratas cristãos e forças mais avançadas dos partidos tradicionais em uma aliança eleitoral que ultrapasse suas fronteiras – o Encontro Progressista -, estiveram muito próximo de leva-la à máxima responsabilidade da nação em duas ocasiões: nas eleições de 94²⁴³ e nas de 99. Nesta última vez haveria ganhado a presidência da República se os partidos tradicionais (Partido Colorado e Partido Nacional) no houvessem mudado as regras do jogo. Temendo que o candidato frentista obtivesse – como obteve – a maior votação no primeiro turno, viabilizaram em dezembro de 1996 uma reforma da Constituição que instituiu o segundo turno no caso de que nenhum candidato obtivesse a maioria absoluta no primeiro. Jorge Batlle, do Partido Colorado, foi eleito presidente com 51,59% dos votos, porque o Partido Nacional o apoiou eleitoralmente no segundo turno, apesar de que ambos os partidos haviam sido tradicionalmente inimigos: era necessário evitar a todo custo que ganhasse um candidato socialista. O Encontro Progressista obteve 44,07%.

391. A aliança de esquerda não conseguiu a presidência da república, mas se constituiu na primeira força política do país: conta com 40 deputados e 12 senadores, seguido pelo Partido Colorado com 33 deputados e 11 senadores e em seguida o Partido *Blanco* com 22 deputados e 7 senadores²⁴⁴. E meses mais tarde – nas eleições municipais de maio de 2000 – o candidato da Frente, Mariano Arana, ganha a Prefeitura de Montevideu pelo terceiro período consecutivo com ampla maioria – 58% dos votos²⁴⁵. Embora esta coalizão política venha avançando em apoio popular, no interior do país ainda não tem conseguido superar as forças dos partidos tradicionais em nenhum outro departamento (estado).

242. Hugo Cores, Notas sobre este trabalho, 11 de julho de 2001.

243. A Frente Ampla, nas eleições presidenciais de novembro de 1994, esteve a apenas 35 mil votos para conquistar o governo nacional. Seu candidato, Tabaré Vázquez, foi individualmente o mais votado, conseguindo acumular 120 mil votos a mais do que o candidato presidencial eleito: Julio María Sanguinetti..

244. Vertente Artiguista, **De primera fuerza a gobierno nacional, Perspectivas estratégicas y propuestas para el período**, Versão final do documento N°5 apresentado nas Jornadas de Reflexão desenvolvidas pela Vertente Artiguista em 28 e 29 de outubro de 2000, em Maldonado, p.4.

245. Nas eleições de 1989 conquistou pela primeira vez um espaço de governo ao ganhar a Prefeitura de Montevideu com 35 % de dos votos; em 1994 volta a ganha-la com 45%.

392. Neste processo ascendente de acumulação de forças, tem exercido um papel decisivo o bom desempenho dos sucessivos governos frentistas na Prefeitura de Montevideú²⁴⁶. Eles têm demonstrado que a esquerda pode governar de forma eficiente, transparente, não corrupta, preocupando-se em favorecer os setores mais desamparados e abrindo crescentes espaços de participação popular na gestão de governo.

393. Graças ao desenvolvimento deste tipo de política ocorreu o que alguns politólogos chamam de *giro de classe no voto montevideano*. A esquerda consegue pela primeira vez crescer nos setores mais pobres da periferia urbana, graças às melhorias reais concedidas a esses setores *através de uma ação sensível, eficaz, redistributiva e de forte dosagem social*²⁴⁷.

394. No entanto, paralelamente ao crescimento eleitoral e à *consolidação da identidade comum* da Frente Ampla, foi-se debilitando *o peso relativo dos partidos e das estruturas de base comuns; ou, o que dá no mesmo, perdeu atração a expressão orgânica como coalizão e a expressão orgânica de base da FA como movimento*²⁴⁸. Em outras palavras, cresce a sensibilidade de esquerda na sociedade uruguaia, cada vez mais gente se pronuncia a favor do programa da Frente, mas isto vem acompanhado de uma crise de militância²⁴⁹.

395. Existe, por outro lado, um crescimento quase descontrolado da influência dos meios de comunicação, especialmente a televisão, na formação da opinião do povo²⁵⁰.

396. *Em termos gerais o peso relativo dos partidos tem decrescido na FA. Talvez pela crise de participação da militância que todos tem sofrido, nunca compensada pelo crescimento eleitoral de alguns deles. Talvez pela crise ideológica originada pela implosão do “socialismo real”. Talvez também pelo próprio desenvolvimento da identidade comum e pela expansão dos votantes: estes hoje aderem, em primeiro lugar, à Frente – “sou da Frente” – e depois aos partidos; além disso, os eleitores só definem sua opção de voto nas últimas semanas ou nos dias prévios às manifestações eleitorais*²⁵¹.

246. Os estudos de vários politólogos tornam evidentes as acumulações que a popularidade do Prefeito e os reflexos da exitosa gestão municipal contribuíram para as eleições nacionais e para a votação.

247. Vertente Artiguista, **De primera fuerza a gobierno nacional ...**, op.cit. p.25.

248. E. Rubio, **El frentismo del futuro...**, op.cit., p.1.

249. Sobre este tema ver un maior desenvolvimento em Marta Harnecker, **La izquierda en el umbral del Siglo XXI...**, op.cit., *Terceira Parte: Crise orgânica e Instrumentos políticos adequados aos novos tempos*, pp..304--355.

250. Hugo Cores, Notas a este trabalho, 11 de julho de 2001.

251. E. Rubio, **El frentismo del futuro...**, op.cit. pp.3--4.

397. *Na origem da crise ideológica e do descenso da participação, no processo de debilitação do exercício da cidadania influi também o processo de desmantelamento da indústria, o incessante aumento da desocupação e precarização do trabalho.*

398. *A luta para sobreviver desestrutura as organizações sociais baseadas na solidariedade, como o sindicalismo, e instala um clima de imediatismo das demandas que torna pouco propício o desenvolvimento de práticas de militância política que se propõem objetivos no médio ou longo prazo²⁵².*

AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS PROCURAM SE UNIFICAR CONTRA O NEOLIBERALISMO

399. Para fazer frente a esta desmobilização política e social, a Federação Uruguaia de Cooperativas de Habitação por Ajuda Mútua (Fucvam) foi trabalhando com a idéia de ir gestando, com todos os excluídos uruguaiois, uma grande Frente Social oposta à política neoliberal do atual governo e *com vocação para construir um país diferente onde as urgências da população sejam o primeiro ponto da agenda²⁵³.*

400. Esta idéia, lançada pela primeira vez na 45ª Assembléia Nacional Extraordinária da Fucvam, realizada em meados do ano 2000, retomada em outubro desse ano, no Dia Internacional dos Sem Teto, pretende a construção de *um grande Bloco Popular Alternativo que inaugure uma nova forma de convivência baseada na solidariedade e na cooperação.*

401. *Esta iniciativa coincide com outras surgidas no âmbito sindical e na Frente Ampla – Encontro Progressista.*

402. As Cooperativas de Habitações, agrupadas na Fucvam, vêm-se mobilizando desde então nos diferentes bairros e cidades do país para impulsionar sua formação, encontrando muito eco nos moradores e organizações de base.

403. A mobilização dos diferentes setores sociais, a criação da Comissão Pró-Referendo²⁵⁴, que nascesse das organizações e da adesão de mais de quinhentos cidadãos – cifra não suficiente para habilitar a consulta, mas significativa no que se refere à capacidade de mobilização -, determinam que a Comissão Nacional Pró-Referendo avalie *a possibilidade de constituir um vasto conglomerado social* para impedir a privatização

252. H. Cores, Notas a este trabalho, 11 de julho de 2001.

253. *Uruguai: não se alcançou 25%*, Vecinet notici@s, N° 337.

254. A constituição uruguaia habilita que 25% dos cidadãos interponha recurso de Referendo contra as leis com as quais não esteja de acordo. Em fevereiro deste ano se tentou aplicar o mecanismo contra certos artigos de uma extensa lei de urgente consideração que a coalizão governante aprovou. Esses artigos permitiam a privatização de diversos organismos ou serviços do Estado.

da ANCE²⁵⁵, para impulsionar uma lei de iniciativa popular que defenda a produção nacional, defina o papel governante do estado na economia e legisle direitos que protejam o trabalhador diante do capital.

404. Juan Castillo, sindicalista portuário e dirigente do PIT - CNT - que participou da Comissão – argumentou que todos os movimentos sociais e sindicais têm a necessidade de se unir e se defender do atual sistema injusto e desumano que condena à fome, à miséria e que marginaliza a maioria da sociedade.

405. Considerou que se isto não fosse feito iam *acabar tendo grandes locais, com grandes letreiros luminosos e carimbos de borracha, mas sem gente, e o que é pior, vazias de conteúdo ideológico*²⁵⁶.

406. A lição que ele tirou da mobilização Pró-Referendo é que não basta a unidade dentro da central sindical, nem basta consegui-la na Frente Ampla – Encontro Progressista, mas que esta deve se estender para além destas instituições.

407. *Permanece intacta a capacidade de alianças e a necessidade de fazê-las. E ainda continua sem explorar uma zona: organizar de modo consciente as forças populares. Seria preciso rediscutir o papel das massas, sem desprezar a história e a tradição das organizações, porque agora o povo faz suas próprias reflexões e mantém discordância quando não compartilha as coisas. Não se trata de suprir as organizações sindicais e partidárias já existentes, mas é preciso encontrar também outras formas de unidade que convoque a todos os que estão contra o sistema*²⁵⁷.

PLATAFORMA DE ACUMULAÇÃO PARA O PERÍODO

408. Os questionamentos da Fucvam como instituição, deste dirigente sindical e de vários outros protagonistas sociais e políticos, consideram como uma das tarefas principais da esquerda a definição e o impulso de uma Plataforma de Acumulação para o período capaz de abranger um grande bloco social de oposição, frear o desenvolvimento do projeto neoliberal, oferecer alternativas concretas para o presente, aglutinar a oposição social e deixar disponível um largo canal para sua expressão política²⁵⁸.

255. Empresa estatal de telefonia celular.

256. *Uruguai: no se atingiu 25%...*, op.cit.

257. Op. cit.

258. Vertente Artiguista, **De primera fuerza a gobierno nacional** ..., op.cit. pp.25 y 28. Esta plataforma serviria a) como resposta política para a situação crítica do país; b) como instrumento para a ação de oposição política e social; c) como meio para expressar de forma coerente e articulada a multidão de demandas que irrompem a partir do conjunto social; d) como elemento aglutinador de um bloco social conformado potencialmente pela imensa maioria dos “perdedores” e prejudicados pelo modelo neoliberal; e) como ferramenta para costurar um conjunto novo e diverso de alianças sociais e fundar um programa mínimo para as alianças políticas; f) como veículo para alentar a expressão política das demandas sociais; g) como base de uma proposta alternativa para o ano 2004 e foco gerador de confiança e certezas tendo em vista a conquista de um espaço social e eleitoral maior; h) como instrumento para a

SEGUNDA PARTE: NOSSA TAREFA ESTRATÉGICA

409. O eixo estratégico da oposição ao modelo neoliberal passa, no meu entender, em primeiro lugar, pela articulação dos diferentes setores da esquerda.

410. Entendo por esquerda o conjunto de forças que se opõem ao sistema capitalista e sua lógica de lucro e que lutam por uma sociedade alternativa humanista e solidária, construída a partir de interesses das classes trabalhadoras, *livre da pobreza material e das misérias espirituais que engendra o capitalismo*²⁵⁹.

411. A esquerda não se reduz, então, à esquerda que milita em partidos políticos de esquerda, mas inclui atores e movimentos sociais. Estes são muitas vezes mais dinâmicos e combativos, identificados com esses ideais, mas que não militam em nenhum partido ou organização política. Entre os primeiros há os que apostam na acumulação de forças pela via do uso transformador das instituições, outros através da luta guerrilheira revolucionária; entre os segundos há os que procuram construir movimentos sociais autônomos e deferentes tipos de redes.

412. Para simplificar decidi denominar de esquerda partidária os primeiros e de esquerda social, os segundos. Estou convencida de que só a união dos esforços militantes das mais diversas expressões da esquerda permitirá cumprir cabalmente uma segunda tarefa: construir uma confluência maior de todos os que sofrem as conseqüências do atual capitalismo selvagem em um grande bloco social antineoliberal.

413. A tarefa estratégica seria, então, articular a esquerda política e social, para, a partir dela, reunir em **uma única grande coluna** a crescente e dispersa oposição social²⁶⁰.

CONDIÇÕES OBJETIVAS FAVORÁVEIS

414. Apesar da estratégia fragmentadora do projeto neoliberal²⁶¹ e dos golpes que têm sofrido os trabalhadores²⁶², existem condições objetivas que favorecem esta confluência maior.

luta ideológica com o modelo conservador e prova de atualização do pensamento de esquerda; i) como vetor de acumulação de forças no período.

259. Carlos Ruíz, *Um projeto político para os novos tempos*, Revista Rebelión Internet. Este trabalho foi apresentado no Seminário do Instituto Paulo Freire, Stgo. do Chile, 13 de janeiro de 2001.

260. Vertente Artiguista, **De primeira força ao governo nacional. Perspectivas estratégicas e propostas para o período**, Versão final do documento N° 5 apresentado nas Jornadas de Reflexão desenvolvidas pela Vertente Artiguista em 28 e 29 de outubro de 2000 em Maldonado, op.cit. p.1.

261. Ver Marta Harnecker, **La izquierda en el umbral del Siglo XXI ...** Siglo XXI Editores, Espanha, Madri, 3ªed, 2000 (1ªed. 1999), pp.174--1176, parágrafos 612--619.

262. Ver maior desenvolvimento em M. Harnecker, **La izquierda en el umbral del Siglo XXI...**, op.cit., Segunda Parte, Capítulo III: *Os efeitos da globalização neoliberal sobre os setores populares*, pp. 223--265, parágrafos 786--946.

415. *A profundidade da crise, a amplitude e variedade dos setores afetados, a multiplicidade das demandas que surgem a partir da sociedade e permanecem desatendidas [...], configuram um cenário altamente favorável para impelir rumo à formação de um bloco social alternativo, de amplíssima composição e enorme força social, levando em conta a legião de seus potenciais integrantes que abrange a imensa maioria da população*²⁶³.

416. Entre os que sofrem as conseqüências econômicas do neoliberalismo estão: os pobres e marginalizados, as camadas médias empobrecidas, a constelação de pequenos e médios empresários e comerciantes, o setor informal, os pequenos e médios produtores rurais, a maioria dos profissionais liberais, a legião dos desempregados, os cooperativistas, os aposentados, a polícia e os quadros subalternos do exército²⁶⁴. Mas não apenas devemos ter em mente os setores economicamente afetados, mas também todos os discriminados e oprimidos pelo sistema: mulheres, jovens, crianças, idosos, indígenas, negros, determinadas crenças religiosas, homossexuais, etc. Trata-se da maioria da população dos nossos países.

417. Alguns destes setores se transformaram em poderosos movimentos. Entre eles estão os de mulheres, de indígenas, ambientalistas, de consumidores, os que lutam pelos direitos humanos. Estes movimentos diferem em muitos aspectos do clássico movimento operário no que se refere às características de suas plataformas, de forte tom temático e de convocatória policlassista e multigeracional, *às formas concretas de ação, e aos modos de organização menos hierárquicos e mais em rede do que no passado*²⁶⁵.

418. Outras vezes, ocorrem expressões pontuais de novos atores sociais. É surpreendente, por exemplo, a capacidade de mobilização que têm demonstrado os jovens, organizados fundamentalmente via eletrônica, com o objetivo de repudiar a atual globalização e resistir à aplicação de novas medidas de corte neoliberal. Infelizmente estas expressões militantes a favor de um mundo diferente costumam se dissipar uma vez transcorrido o episódio, por falta de instâncias *capazes de lidera-los e mantê-los reunidos, superando sua heterogeneidade*²⁶⁶. Embora talvez esta escassa perdurabilidade no tempo se deva a seu caráter muito incipiente ou a uma militância menos comprometida ou diferente, com menos espaços físicos de reunião e organização. Tratando-se de movimentos muito novos *talvez não se tenha filtrado as possíveis contribuições dos diversos protagonistas*²⁶⁷.

263. Vertente Artiguista, **De primeira força a governo nacional...**, op.cit., p.8 (Negritas de MH).

264. Suboficiais e quadros que lhes estão subordinados.

265. Vertente Artiguista, **De primeira força a governo nacional...**, op.cit. p.12.

266. Op.cit. pp.???

267. Hugo Cores, Notas a este trabalho, 9 de agosto de 2001.

419. Helio Gallardo utiliza o termo de *plebe social* para se referir a todos estes setores que sofrem as conseqüências do sistema neoliberal²⁶⁸. Este termo não remete exclusivamente aos empobrecidos do ponto de vista sócio-econômico, mas também aos empobrecidos em sua subjetividade.

DIFICULDADES SUBJETIVAS

420. Mas, junto com estas condições objetivas favoráveis para formar um grande bloco social alternativo ao neoliberalismo, dão-se condições subjetivas muito complicadas, que têm a ver com um problema de fundo: a dispersão da própria esquerda. A seguir nos deteremos em alguns dos elementos que poderão explicar essa situação.

A CRISE DA POLÍTICA E DOS POLÍTICOS

421. *Vivemos um momento em que a participação especificamente política tem diminuído – fenômeno bastante universal -, reorientando-se em outras direções e formas de atividade*²⁶⁹.

422. Existe um crescente ceticismo popular em relação à política e aos políticos.

423. Isto tem a ver com as grandes limitações que hoje têm os nossos regimes democráticos.

424. Trata-se, como diz Franz Hinkelammert, de uma *democracia agressiva, sem consenso, com o controle extremo dos meios de comunicação por interesses econômicos concentrados, na qual a soberania não reside nos governos civis, mas nos exércitos e, mais do que neles, nos organismos financeiros internacionais que representam os governos dos países mais desenvolvidos. Trata-se de democracias controladas, cujos controladores não estão submetidos a nenhum mecanismo democrático*²⁷⁰.

425. *Estes regimes de democracia **tutelada, limitada, restrita, controlada ou de baixa intensidade**, - segundo as denominações dos diversos autores – e que concentram o poder em órgãos de caráter **permanente**, não eleitos, e, portanto, não sujeitos a mudanças decorrentes dos resultados eleitorais, como o Conselho de Segurança Nacional, o Banco Central, as instâncias econômicas assessoras, o Supremo Tribunal, o Tribunal de Contas, o Tribunal Constitucional e outros órgãos como estes, limitam drasticamente a capacidade efetiva das autoridades eleitas democraticamente.*

268. Helio Gallardo, *El fundamento social de la esperanza*, 1999, p.6.

269. Vertente Artiguista, *De primeira força a governo nacional...*, op.cit., p.8.

270. Franz Hinkelammert, *Nosso projeto de uma nova sociedade na América Latina: o papel regulador do estado e os problemas de autorregulação do mercado*, em *Cultura de la esperanza y sociedad sin exclusión*, Ed. DEI, Costa Rica, 1995, p.114.

426. *Grupos de profissionais e não de políticos são os que hoje tomam as decisões ou têm uma influência decisiva sobre estas [...]. A aparente neutralidade e despolitização de tais órgãos oculta um modo de fazer política da classe dominante. Suas decisões são adotadas à margem dos partidos.*

427. [...] *Aperfeiçoaram-se enormemente os mecanismos de fabricação do consenso, monopolizados pelas classes dominantes, que condicionam em um alto grau a “vontade” do eleitorado e, por outro lado, restringiu-se muito a capacidade efetiva das autoridades geradas democraticamente, como forma de estabelecer uma proteção contra a vontade dos cidadãos [...]*²⁷¹.

428. Outros elementos que explicam este ceticismo são, por um lado, a apropriação inescrupulosa por parte da direita *da linguagem da esquerda: palavras como reformas, mudanças de estrutura, preocupação com a pobreza, transição, fazem hoje parte de seu discurso habitual*; e, por outro lado, a adoção bastante freqüente por parte dos partidos de esquerda de *uma prática política muito pouco diferenciada da prática habitual dos partidos tradicionais.*

429. Cada vez mais o povo rejeita *as práticas partidárias clientelistas, pouco transparentes e corruptas*²⁷², que só se aproximam do povo em períodos eleitorais, que perdem energias em lutas intestinas, de frações e pequenas ambições, nas quais as decisões são adotadas pelas cúpulas partidárias sem uma real consulta com as bases e em que prima a liderança unipessoal sobre o coletivo²⁷³. *Repudia crescentemente as mensagens que ficam em meras palavras, que não se traduzem em ações*²⁷⁴.

430. Toda esta situação tem levado a que se propague a indiferença, e isto só favorece as classes dominantes que, embora costumem conseguir uma adesão limitada, essa é maior do que as forças de esquerda que, por outro lado, freqüentemente se apresentam divididas nas disputas eleitorais.

431. As pessoas comuns estão fartas do sistema político tradicional e querem mudanças, querem novas formas de fazer política, querem uma política sadia, querem transparência e participação, querem recuperar a confiança²⁷⁵.

271. M. Harnecker, *La izquierda en el umbral del Siglo XXI...*, op.cit., pp. 184186, parágrafos 6466451. Este texto foi elaborado a partir das reflexões de Martín Hernández em *As democracias protegidas e a dominação democrática do capital financeiro*, em **Revista de Ciências Sociais (Trabalho e Capital)**, Uruguai, novembro 1989, pp.142146, e de Germán Sánchez, *Problemas da democracia em nossa América*, em **Revolución y Democracia**, Universidade Nacional Siglo XX, Llalagua, Bolívia, 1992, p.25.

272. Marta Harnecker, Introdução a un debate: *Os desafios da esquerda*, revista **Rocinante**, Ano III, N°18, abril 2000, p.4.

273. Coordenação Nacional da Consulta Popular, *Um passo à frente norte-americano*, Consulta Popular, Brasil, maio 2001 (Documento)

274. Marta Harnecker, *La izquierda en el umbral del Siglo XXI...*, Op. cit. p.86.

275. Mario Unda, *O arco-íris mostra o país que os poderosos não querem ver*, em *Por el camino del arco iris...*, op.cit., pp. 71-72.

432. É sintomático, por exemplo, que no Chile mais de 800 mil jovens tenham optado em não se inscrever nos cartórios eleitorais²⁷⁶.

433. *Esta decepção com a política e com os políticos que cresce a cada dia – e que permeia também a esquerda social – não é grave para a direita, mas é sim para a esquerda. A direita pode perfeitamente prescindir dos partidos políticos, como demonstrou durante os períodos ditatoriais, mas a esquerda [...] não pode prescindir de um **instrumento político** – seja este um partido, uma frente política ou outra fórmula*²⁷⁷.

434. E isto por várias razões. Em primeiro lugar, porque **a transformação não ocorre** espontaneamente: as idéias e valores que prevalecem na sociedade capitalista e que racionalizam e justificam a ordem existente, invadem toda a sociedade – especialmente através dos meios de comunicação de massas – e influem muito especialmente nos setores desprovidos de armas teóricas de distanciamento crítico. Em segundo lugar, porque é necessário elaborar um projeto social alternativo ao capitalismo, um projeto de país diferente. Em terceiro lugar, porque é necessário que sejamos capazes de vencer forças extremamente poderosas que se opõem a essa transformação.

435. A história das transformações sociais profundas ratifica, de forma insistente, o que se pode conseguir quando existem instrumentos políticos capazes de levantar um programa alternativo de caráter nacional que sirva de instrumento aglutinador de amplos setores populares e de unificador da ação, elaborando estratégias e táticas que permitam golpear eficazmente o poderoso inimigo que é preciso enfrentar.

436. *Para que a ação política seja eficaz, para que as atividades de protesto, de resistência, de luta do movimento popular consigam seus objetivos, requer-se de instâncias que orientem e unifiquem os múltiplos esforços que espontaneamente surgem, e promovam outros.*

437. *A sólida coesão organizativa não só propicia a capacidade objetiva de atuar; ao mesmo tempo cria um clima interno que torna possível uma intervenção enérgica nos acontecimentos e um aproveitamento das oportunidades que estes oferecem. É preciso lembrar que em política **não só é preciso ter razão, mas tê-la a tempo e contar com a força para materializa-la.***

438. Contrariamente, o fato de não se ter idéias claras pelas quais lutar e a sensação de não contar com instrumentos sólidos que permitam levar à prática as decisões adotadas, *influi negativamente, exercendo uma ação paralisante*²⁷⁸.

276. M. Harnecker, Introdução a um debate: *Os desafios da esquerda*, op.cit., p.5.

277. Marta.Harnecker, *La Izquierda en el umbral del Siglo XXI...*, Op. cit. pp.304-305, parágrafo 1072.

278. Marta.Harnecker, *La Izquierda en el umbral del Siglo XXI...*, Op. cit. pp.308-309, parágrafos 1087-1089.

AUSÊNCIA DE UMA PROPOSTA DE SOCIEDADE ALTERNATIVA AO CAPITALISMO

439. Outra grande dificuldade para a unidade da esquerda é que – em seguida à derrota do socialismo soviético, à crise do estado do bem-estar impulsionado pela social-democracia europeia e do desenvolvimentismo populista latino-americano -, esta não conta com uma proposta alternativa ao capitalismo – socialista ou como se queira chamar – rigorosa e crível, *que possa assumir os dados da nova realidade mundial*²⁷⁹.

440. O capitalismo tem demonstrado sua grande capacidade de se reciclar e de usar a nova revolução tecnológica a seu favor, fragmentando a classe operária, limitando seu poder de negociação, semeando o pânico do desemprego, enquanto a esquerda tem permanecido muitas vezes ancorada no passado. *Existe um excesso de diagnóstico e uma ausência de terapêutica*²⁸⁰. Navegamos politicamente *sem bússola*²⁸¹.

DIFICULDADES DA ESQUERDA PARTIDÁRIA

441. Uma grande parte da esquerda partidária, nas últimas décadas, tem tido muitas dificuldades para trabalhar com os movimentos sociais e se aproximar dos novos atores sociais. Isto se deveu, no meu entender, a vários fatores.

Redução da atividade política ao campo institucional

442. A direita tem demonstrado uma grande iniciativa política e usa seu controle das instituições do estado e sua influência econômica para impor o novo modelo, servil *ao capital financeiro e aos monopólios, precipitando as privatizações, a desregulamentação laboral e todos os demais aspectos do programa neoliberal*²⁸². Elabora e coloca em prática, ao mesmo tempo, uma hábil estratégia de fragmentação social, de superdimensionamento de alguns movimentos sociais, de fomento do antipartidarismo. A esquerda partidária, ao contrário, costuma estar na defensiva. Ao limitar a atividade política, salvo raras exceções, ao uso da institucionalidade vigente, quase exclusivamente, quer dizer, ao se adaptar às regras do jogo do inimigo, quase nunca o pega de surpresa. Cai-se no absurdo de que o calendário das lutas da esquerda seja fixado pela direita.

279. Clodomiro Almeyda, *Sobre a dimensão orgânica da crise dos partidos de esquerda tradicionais*, em **Cuadernos de El Avión Rojo** N° 5, Santiago do Chile, inverno 1997, p. 14.

280. Marta Harnecker, *Introducción a un debate: Os desafios da esquerda*, op.cit., p.4.

281. François Chesnais, *Propostas para um trabalho coletivo de renovação programática*, **Carré Rouge**, No 15-16, nov.2000. Segundo o autor é necessário *sair do empirismo total que caracteriza o trabalho da esquerda [...] Funcionamos com referências programáticas que devem ser reconstruídas dos pés a cabeça, o que supõe acabar com a fetichização dos clássicos*.

282. Hugo Cores, *Notas a este artigo*, 8 de julho de 2001.

443. *Quantas vezes não ouvimos queixas da esquerda contra as condições adversas nas quais teve que travar a disputa eleitoral, logo depois de constatar que não conseguiu nas urnas os resultados eleitorais esperados? No entanto, essa mesma esquerda muito poucas vezes denuncia em sua campanha eleitoral as regras do jogo que lhe são impostas e levanta, como parte dessa campanha, propostas de reforma eleitoral. Ao contrário, costuma ocorrer que, na busca dos votos – ao invés de fazer uma campanha educativa, pedagógica, que sirva para que o povo cresça em organização e consciência – utilize as mesmas técnicas, para vender seus candidatos, usadas pelas classes dominantes.*

444. Por outro lado, as próprias regras do jogo impostas pelas classes dominantes dificultam a unidade da esquerda e fomentam o personalismo²⁸³.

445. *E isto determina que, em caso de um fracasso eleitoral, além da frustração, do desgaste e do endividamento resultantes da campanha, o esforço eleitoral não se traduza em um crescimento político dos que foram receptores e atores, deixando a amarga sensação de que tudo foi feito em vão. Bem diferente seria a situação se a campanha fosse pensada fundamentalmente a partir do ângulo pedagógico, usando o espaço eleitoral para fortalecer a consciência e a organização popular. Então, embora os resultados nas urnas não fossem os melhores, o tempo e os esforços investidos na campanha não seriam algo perdido²⁸⁴.*

446. Com razão argumentam que o culto à instituição foi o *cavalo de Tróia* que o sistema dominante conseguiu introduzir *na própria fortificação da esquerda transformadora*²⁸⁵, conseguindo mina-la por dentro.

447. O trabalho da militância é delegado progressivamente às pessoas que detenham cargos públicos e administrativos. *O esforço prioritário deixou de ser a ação coletiva para se transformar na ação parlamentar*²⁸⁶ ou na presença midiática.

448. A ação militante teve a tendência de se reduzir *ao período eleitoral, pregação de cartazes e algum outro ato público*²⁸⁷.

283. Obrigam em alguns países a trabalhar pelo próprio partido ao invés de por uma frente mais ampla, porque se isso não for feito esse partido tende a desaparecer do cenário político.

284. Marta Harnecker, *La izquierda en el umbral del Siglo XXI...*, op.cit., pp. 379380, parágrafos 13671370.

285. David Hernández Castro, *La revolución democrática (Otro mundo es posible)*, Documento preparado para a VI Assembléia Federal da Esquerda Unida, Molina de Segura (Murcia), 6 sep.2000.

286. *Ibidem*

287. Esta situação descrita por David Hernández ao se referir à Esquerda Unida espanhola no texto apontado é, como se pode constatar, generalizável à esquerda institucional latino-americana (*Ibidem*).

449. E, o que é pior ainda, o financiamento dos partidos provém cada vez mais da participação de seus quadros nas instituições do estado: parlamento, governos locais, tribunais de controle eleitoral, etc; com tudo o que isso implica de dependência e de pressões.

450. Por outro lado, a articulação da esquerda partidária com a esquerda social seria facilitada se fosse abandonada a estreita concepção tradicional de política que tende a reduzi-la à luta relacionada com as instituições jurídico-políticas e a exagerar o papel do estado²⁸⁸. Esta concepção impregna tanto os setores mais radicais como os mais reformistas. Os primeiros reduzem a ação política à **tomada do poder político e destruição do estado**; os segundos, à **administração do poder político ou ao exercício de governo**. *Os setores populares e suas lutas são os grandes ignorados*²⁸⁹.

451. Para a esquerda, a política tem que ser muito mais do que a conquista de instituições, deve ser a capacidade de mudar as instituições para poder transformar a realidade. Deve ser a capacidade de criar novas correlações de forças que permitam realizar as mudanças requeridas. Deve entender que não pode construir força política sem construir força social.

Tendência a “partidarizar” os movimentos

452. A esquerda partidária tende a “partidarizar” todas as iniciativas e os movimentos que lutam pela emancipação, ao invés de se esforçar em articular suas práticas em um projeto político único²⁹⁰.

Esquemas conceituais que impedem uma visão ampla

453. A esquerda partidária tem resistido muito em se abrir para novas realidades. Muitas vezes tem se mantido aferrada a esquemas conceituais que lhe têm impedido avaliar a potencialidade dos novos sujeitos sociais.

454. A aplicação **reducionista do conceito de classe** ao campesinato indígena a levou a *considera-lo como uma classe social explorada que devia lutar pela terra como qualquer outro camponês, ignorando a importância do fator étnico-cultural que fazia desse campesinato um setor social duplamente explorado e com uma cultura ancestral de resistência ao opressor*²⁹¹.

455. Por razões semelhantes tende a centrar seu olhar exclusivamente nos atores que tradicionalmente se mobilizam como os sindicatos, hoje muito debilitados como resultado de diferentes fatores, entre eles, as

288. Carlos Ruiz, **La centralidad de la política en la acción revolucionaria**, Santiago do Chile, 1998, p.13 (documento).

289. Marta Harnecker, **La izquierda en el umbral del Siglo XXI...**, op. cit. parágrafo 1059.

290. Enrique Rubio e Marcelo Pereira, **Utopía y estrategia, democracia y socialismo**, Ed. Trilce, Montevideu, Uruguai, 1994, p.151.

291. M. Harnecker, **La izquierda en el umbral del Siglo XXI...**, op.cit., p.319, parágrafo 1135.

transformações no processo de produção e a nova legislação laboral, e o movimento juvenil que, depois de haver quase desaparecido durante vários anos, começa a renascer.

456. A tese do sindicato como **correia de transmissão do partido** foi aplicada pela esquerda em sua atividade, primeiro com o movimento sindical, e em seguida com os movimentos sociais. A direção do movimento, os cargos nos organismos de direção, a plataforma de luta, em fim, tudo era resolvido nas direções partidárias e em seguida se baixava a linha a ser seguida pelo movimento social em questão, sem que este pudesse participar da discussão de nenhum dos assuntos que mais lhe pertenciam²⁹².

Tendência à homogeneização

457. Ainda existe na esquerda partidária uma dificuldade para trabalhar com as diferenças. A tendência, particularmente dos partidos de classe, foi sempre procurar homogeneizar a base social em que atuavam. Se isso se justificou alguma vez, dada a identidade e homogeneidade da própria classe operária com a qual trabalhavam prioritariamente, neste momento é anacrônico diante de atores sociais tão diversos. Hoje se trata mais da unidade na diversidade, do respeito às diferenças étnicas, culturais, de gênero, e de sentimento de pertencer a coletivos específicos. Torna-se necessário realizar um esforço para encaminhar os compromissos militantes partindo das potencialidades próprias de cada setor ou indivíduo, sem procurar homogeneizar os atores. É importante ter uma especial sensibilidade para perceber também todos aqueles pontos de encontro que possam permitir levantar, a partir da consideração das diferenças, uma plataforma de luta comum.

458. Este respeito às diferenças deve se refletir também na linguagem. É fundamental que se rompa com o *velho estilo de pretender levar mensagens uniformes à gente com interesses muito diferentes. Não se pode estar pensando em massas amorfas, o que existe são indivíduos, homens e mulheres que estão em diferentes lugares, fazendo coisas diferentes e submetidos a influências ideológicas diferentes; a mensagem tem que assumir formas flexíveis para levar a esse homem concreto.* É preciso **individualizar a mensagem**²⁹³, sem perder de vista os objetivos comuns.

Estilo autoritário

459. Se há algo que dificulta gravemente a relação da esquerda partidária com os movimentos populares e, em geral com os novos atores sociais, é o estilo autoritário da maioria de seus quadros. Estes costumam estar habituados a conduzir as massas por ordens. Mas os movimentos sociais e, muito especialmente, os novos atores não aceitam ser conduzidos, necessitam ser convencidos e aderir, livre e conscientemente, às propostas que surjam do exterior de seus próprios movimentos. Por isso *os quadros políticos hoje **devem ser fundamentalmente pedagogos populares, capazes de potencializar toda a sabedoria que existe no povo – tanto a que provém de suas tradições culturais e de luta, como a que adquirem em sua luta diária pela***

292. Ver um maior desenvolvimento deste tema em: M. Harnecker, op.cit., pp.317 e 318, parágrafos 1129 e 1132.

293. Op.cit. p.335, parágrafo 1215.

*subsistência – através da fusão desta com os conhecimentos mais globais que a organização política possa oferecer. Devem fomentar a iniciativa criadora, a busca de respostas nos próprios atores*²⁹⁴. É preciso levar em conta que um grande fator educativo são as próprias experiências de luta.

460. Os novos atores são particularmente sensíveis ao tema da democracia. Suas lutas têm tido geralmente como ponto de partida a luta contra a opressão e a discriminação. Daí que rejeitem ser manipulados e exijam que se respeite sua autonomia e que possam participar democraticamente na tomada de decisões. Em suas organizações propiciam o consenso e, se este não for possível, consideram que as decisões devem ser adotadas por uma maioria muito ampla. *Evita-se usar as maiorias apertadas para impor sua vontade a quem fica em minoria. Considera-se que, se não é a grande massa a que está convencida, não tem sentido impor uma medida adotada por uma maioria apertada. É preferível esperar que as pessoas vão amadurecendo e cheguem a se convencer por si mesmas do correto dessa medida [...]. Isso evita as nefastas divisões internas que costumam afligir os movimentos e partidos de esquerda e evita que sejam cometidos erros de grande envergadura*²⁹⁵.

461. *No entanto, parece-me necessário advertir que devido a muitos desvios e erros que foram cometidos, não se trata de jogar tudo fora e começar do zero. Existe uma tendência muito grande, especialmente na juventude, a criticar destrutivamente tudo o que existe e a pensar que se pode chegar a construir algo perfeito se começar tudo de novo, evitando olhar para o passado.*

462. *Muitas vezes achamos que podemos construir aquela organização, aquele partido, aquela sociedade que sonhamos, sem conhecer os esforços realizados por muitas outras gerações que se propuseram fazer coisas, que iniciaram trabalhos, que cometeram erros, que os retificaram e que deram sua vida por esse ideal. Eu acho que é imprescindível conhecer esse caminhar e aprender com esses esforços.*

463. *Perder a memória do passado, não aprender com as derrotas, deixar de lado as próprias tradições de luta, é fazer o jogo da direita – é ela a mais interessada em que se apague a memória histórica de nossos povos -, porque essa é a melhor forma de não acumular forças, de tornar a reincidir nos mesmos erros*²⁹⁶.

464. Sintetizando, para que a esquerda partidária consiga se aproximar da esquerda social, é necessário que se renove ideologicamente, mude sua cultura política e estilos de trabalho e incorpore ao seu arsenal as formas de luta e de resistência inovadoras implementadas pela esquerda social²⁹⁷.

294. Op.cit. p.333, parágrafo 1206.

295. Marta Harnecker, *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Construindo força social antineoliberal*, Revista **Surda** N° 23, Santiago do Chile, nov-dez 1999.

296. M. Harnecker, *La izquierda en el umbral del Siglo XXI...*, op.cit. p.321, parágrafos 1139—1141.

297. Vertente Artiguista, *De primeira força a governo nacional...*, op.cit., p.12.

LIMITAÇÕES DA ESQUERDA SOCIAL

465. Até aqui nos referimos aos fatores que dificultam a aproximação da esquerda partidária com a esquerda social, embora, em alguns casos, esta última assumam atitudes que em nada ajudam neste objetivo.

466. Diante da crise da política e dos políticos e do desempenho original de alguns movimentos e atores sociais novos, tem havido uma tendência – que vai aumentando – de desqualificar os partidos políticos e glorificar os movimentos sociais e grupos de resistência em geral. Tendência, como dizíamos, acolhida com simpatia e estimulada pela própria direita, especialmente através dos meios de comunicação controlados por ela.

467. Os movimentos sociais mais maduros de nossa América Latina não caem neste jogo e entendem perfeitamente a necessidade de contar com instrumentos políticos adequados aos novos desafios. No entanto, há quem defenda que, na etapa atual da luta, pode-se prescindir dos partidos, e que a tarefa da esquerda deve consistir em se limitar a estimular a articulação destes grupos e interesses de minorias: de raça, gênero, preferências sexuais ou culturais de outro tipo.

468. Não sou contra uma proposta de articulação de todos estes atores sociais, não acredito que ninguém a veja como algo negativo; mas compartilho plenamente a preocupação do historiador inglês, Eric Hobsbawm, que argumenta – contra a opinião corrente – que a soma de minorias não constrói maiorias²⁹⁸ e que se estes grupos só se unem por coincidência de interesses imediatos, essa unidade *se parece bastante com a de estados aliados temporariamente em guerra contra um inimigo comum*, e estes tendem a se desintegrar uma vez desaparecido o objetivo que os une²⁹⁹.

469. Por suas próprias características os inumeráveis membros individuais e coletivos da esquerda não partidária carecem de possibilidades para articular o conjunto das reivindicações, assim como para canalizar e expressar organizadamente o descontentamento e gerar instâncias de oposição social que passem, de manifestações plurais de resistência, a construir um real perigo para a reprodução do sistema.

470. Os movimentos sociais, pelo caráter setorial ou corporativo dos objetivos que perseguem, têm dificuldades para pensar e propor soluções para todo o país, e ainda maiores para pensar as dimensões transnacionais dos processos³⁰⁰.

298. Eric Hobsbawm *A Política da identidade e a esquerda*, op.cit, p.89. Diz textualmente: [...] *Isto é bastante compreensível, mas é perigoso, e não é a menor das razões o fato de que a conquista das maiorias não seja o mesmo que somar minorias.*

299. Op.cit, p.89

300. Juan Houghton, *Três limites dos movimentos sociais*, **Cartas de política internacional No3**, Revista Marxista Internacional, Bogotá, Colômbia, julho 1992, p.26.

471. Por outro lado, muitas vezes a esquerda social, se não conta com formas organizativas internas que propiciem práticas democráticas e o controle dos dirigentes pela base, costuma cair nos mesmos vícios dos partidos políticos: caudilhismo, verticalismo, manipulação das bases, carreirismo, cooptação.

AVANÇAR EM NOVAS FÓRMULAS DE EXPRESSÃO POLÍTICA

472. Deveria existir *uma tensão construtiva entre movimentos sociais e partidos*. Os primeiros não devem perder *sua autonomia e sua raiz, porque **essa é sua força***; os segundos, sejam partidos ou *organizações de novo tipo*, não devem tentar representar nem asfixiar os movimentos sociais, mas sua tarefa fundamental deve ser a de elaborar *um projeto nacional que permita aglutina-los*³⁰¹.

473. *Os avanços neste terreno devem apontar também para se refletir na estrutura institucional do estado: a transparência, descentralização e controle de governantes pela base deveriam ser suas características*³⁰²

474. Considero que para poder por em prática estas idéias é necessário avançar em novas fórmulas de expressão política, seja rejuvenescendo os partidos já existentes ali onde for possível ou criando novos instrumentos políticos³⁰³.

475. Assim como politizar não é partidizar, mas transformar os que sofrem a injustiça e a opressão em sujeitos decididos a dar de si para modificar essa situação, da mesma maneira pensar na necessidade de construir um instrumento político ou organização política não é necessariamente pensar na fórmula tradicional de partido de esquerda.

476. Muitos dos que não aceitam discutir a necessidade de contar com instrumentos políticos o fazem porque identificam instrumento político com a imagem do partido único antidemocrático, autoritário, burocrático que eles têm em sua mente e que, com razão, rejeitam. Eu considero que é fundamental superar este bloqueio subjetivo porque estou convencida, como já dizia anteriormente, que não haverá luta eficaz contra o atual sistema de dominação, nem construção de uma sociedade alternativa, socialista, sem uma instância capaz de articular todos os atores e que unifique sua vontade de ação em torno das metas propostas.

301. Enrique Rubio e Marcelo Pereira, **Utopía y estrategia ...**, op.cit. p.151.

302. Hugo Cores, Notas a este trabalho, 9 de agosto de 2001.

303. Sobre as características do novo ou renovado instrumento político que se necessita ver: Marta Harnecker, **La izquierda en el umbral del Siglo XXI**, Terceira Parte, V. Instrumento político adequado aos novos desafios, pp.321—355; parágrafos 1132—1292.

UMA NOVA ESTRATÉGIA QUE FACILITA A CONVERGÊNCIA

477. Por mais importante que seja a convergência dos diferentes setores da esquerda, não acredito que este objetivo possa ser conseguido de maneira voluntarista, criando a partir de cima coordenações que possam acabar sendo somente soma de siglas. É preciso superar também aqui a relação verticalista vanguarda-massas.

478. Considero, ao contrário, que se colocarmos em prática uma nova estratégia de luta anticapitalista, seriam criadas melhores condições para essa articulação.

479. Mas, em que consistiria esta estratégia?

480. Trata-se de uma estratégia que leve em conta as importantes transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas nos últimos tempos no mundo³⁰⁴, que compreenda que as novas formas de dominação do capitalismo vão muito mais além do âmbito econômico e estatal, e que estas se infiltram em todos os interstícios da sociedade, mudando as condições da luta.

481. Hoje devemos enfrentar, mais do que antes, *não só os aparatos de coerção política das classes dominantes, mas sua hegemonia sobre importantes setores populares, sua direção cultural sobre a sociedade, a subordinação ideológica das classes dominadas [...]. Não só temos que diferenciar a coerção da força estatal, a intervenção legislativa e a repressiva, mas os mecanismos e instituições presentes na sociedade civil que geram uma aceitação popular da ordem social capitalista*³⁰⁵. A propaganda é para a democracia burguesa *o que o cassetete é para o estado totalitário*³⁰⁶.

482. Como diz Carlos Ruiz³⁰⁷, devemos partir do princípio de que o nosso desafio é elaborar uma estratégia revolucionária nas condições de uma democracia burguesa que goza de um nível suficiente *de lealdade de massas* como para poder se manter sem ter que recorrer à repressão; e mais, extensos setores populares aceitam de bom grado a condução capitalista do processo.

483. Hoje a mera propaganda de uma sociedade alternativa não basta. *A maior complexidade que assume a dominação, a presença de importantes fatores extra-estatais que produzem e reproduzem a desarticulação popular atual* e que pretendem desprestigiar perante a opinião pública o pensamento e o projeto da esquerda, exigem que esta demonstre na prática aquilo que prega. Isto somente é possível se forem desenvolvidos processos de construção popular alternativos ao capitalismo, que procurem romper com a

304. Sobre este tema ver: *El mundo de Hoy*, Segunda Parte do Livro de M. Harnecker, **La izquierda en el umbral del Siglo XXI ...**, op.cit, pp.77-273, que aborda de uma forma sintética estas mudanças.

305. Carlos Ruíz, op.cit.

306. Noam Chomsky, *O controle dos meios de comunicação*, em **Como nos vendem la moto**, Ed. Icaria, Barcelona 1996, p.16.

307. Carlos Ruíz, op.cit. Uma parte importante das idéias que desenvolvo a seguir foi tomada de seu trabalho.

lógica do lucro e das realizações que ela impõe, tratando de instalar lógicas solidárias, humanistas, em territórios e espaços que se mantenham em mãos da esquerda; impulsionando lutas que não se reduzam à simples reivindicação economicista – embora necessariamente a tenham que incorporar – mas que avancem no desenvolvimento de um projeto social alternativo, gestando autênticos graus de poder e de democracia populares, que sejam sensivelmente superiores à democracia burguesa³⁰⁸. É necessário lutar por um novo tipo de democracia, a partir de baixo e para os de baixo.

484. Somente uma estratégia deste tipo gera *uma luta permanente e crescente*, que permita superar a *dinâmica enganosa das vitórias “episódicas”*³⁰⁹.

485. *Mais do que uma utopia propagandizada, que se tenta esterilmente introduzir de forma passiva na cabeça dos homens e mulheres do povo, como ensinamento iluminista sem uma prática de construção concreta*³¹⁰, trata-se de construções democráticas populares referenciais, em governos locais³¹¹, comunidades rurais, frentes laborais, populacionais, universitários que, por refletirem práticas diferentes, tendem a atrair novos setores.

486. *As formas e os meios concretos para o surgimento destas construções populares, destas construções de um contra-poder no próprio seio do capitalismo*, constituem o grande desafio que se propõe a esquerda comprometida com uma transformação social profunda.

487. Por outro lado, somente a partir destas práticas é que os diferentes atores sociais começam a entender que para expandir seus projetos humanistas e solidários é necessário acabar com o sistema capitalista que, com sua lógica do lucro, estabelece enormes dificuldades para qualquer tipo de construção alternativa.

488. Urge, então, *acabar com o “taticismo” dos atalhos, com o conjunturalismo, com os rebentos agitativos passageiros, e enveredar por uma prática centrada no impulso de lutas democráticas de base, na construção local de formas de poder e de democracia popular, que permitam definir o sentido secundário e a oportunidade da luta eleitoral, violenta ou de outras formas*. Do contrário, estas últimas práticas não superarão o longo fio de imediatismos dos últimos anos.

489. *Mas também urge superar o basismo, o localismo, o apoliticismo, o corporativismo, que limitam a luta dos setores populares a horizontes associativos ou lutas econômicas*³¹².

308. Op.cit.

309. Op.cit

310. Op.cit.

311. Carlos Ruíz não contempla o papel dos governos locais em mãos da esquerda nesta comunicação.

312. Op.cit. Todas as cursivas anteriores são citações textuais deste trabalho.

490. Considero, como dizia anteriormente, que esta nova estratégia facilita enormemente a articulação de todos os setores da esquerda, tanto dos militantes de partidos como dos militantes sociais, porque permite realizar um tipo de convocatória diferente. Para militar não é preciso aderir necessariamente a um partido, a uma frente, a um movimento, pode-se militar colaborando na posta em prática do projeto de construção alternativa. Por exemplo, quando as pessoas se envolvem nas diversas instâncias participativas em um governo local que se propõe a construir um projeto de cidade humanista e solidário; ou quando o estudante participa de um projeto de democratização de sua federação estudantil; ou quando o camponês participa da construção de um assentamento ou pólo de assentamentos de acordo com um modelo que prefigure a nova sociedade.

OBJETIVOS PELOS QUAIS DEBE SE ORIENTAR A AÇÃO OPOSITORA

491. Mas, como apontávamos no início deste trabalho, para a luta contra as políticas neoliberais implementadas pelo grande capital financeiro transnacional respaldado por um grande poderio militar e midiático, não basta articular a esquerda, é preciso formar um grande bloco social contra elas. Nele devem ter cabida, como se expressa anteriormente, todos aqueles que sofrem as conseqüências do sistema e estejam dispostos a se comprometer com a luta para deter em um primeiro momento seu avanço e, em seguida, tratar de revertê-lo. Considero que o processo de articulação de tão diferentes atores é facilitado se formos capazes de propor tarefas concretas e limitadas que priorizem os pontos de convergência.

492. A seguir propomos algumas destas possíveis tarefas.

LEVANTAR UMA PLATAFORMA DE ACUMULAÇÃO PARA O PERÍODO

493. Seria importante poder elaborar, nos países onde exista uma grave situação de crise, um **programa conjuntural ou plataforma de acumulação para o período**³¹³ que cumpra o papel de instrumento aglutinador de *todos os “perdedores” e prejudicados pelo modelo neoliberal*³¹⁴. Uma plataforma deste tipo permitiria desencadear um conjunto de alianças inéditas para formar um *grande bloco social de oposição, frear o desenvolvimento do projeto neoliberal, oferecer alternativas concretas para o presente, aglutinar a oposição social e deixar disponível um largo canal para sua expressão política*³¹⁵.

313. Vertente Artiguista, **De primera fuerza a gobierno nacional**, op.cit. p.1

314. Op.cit.p.28.

315. Ibidem. Entre alguns dos pontos que figuram na Plataforma de Acumulação que a Vertente Artiguista propõe para o Uruguai estão: a promoção de fontes de trabalho; a luta pela transparência, contra o clientelismo, a corrupção, o contrabando e a agiotagem; a promoção de um *“imposto solidário”* que onere os altos rendimentos ou *reforma tributária progressiva*

CRIAR ESPAÇOS PONTUAIS DE CONVERGÊNCIA

494. Deveríamos tratar de criar espaços de encontro ou de convergência de lutas antineoliberais pontuais nos quais, salvaguardando a especificidade de cada ator social ou político, possa-se assumir tarefas comuns que potencializem a luta para frear ou superar as lógicas do sistema e tratar de reverter no que for possível esse processo.

495. Neste sentido, no meu entender, um espaço muito interessante é o das **consultas populares, referendos ou plebiscitos**. Estes, quando são vitoriosos, além de contribuir para frear a aplicação de medidas neoliberais, criam espaços para realizar uma contra-propaganda ideológica e, sobretudo, permitem mobilizar *em uma tarefa concreta de convencimento e de educação popular casa por casa tanta gente e tantos jovens que estão despertando para a política, que querem contribuir para construir um mundo melhor, que muitas vezes não sabem como fazê-lo, e que não se sentem dispostos a militar da forma tradicional*³¹⁶.

496. *A Causa R da Venezuela realizou, por exemplo, um referendo popular alguns meses depois do golpe militar encabeçado pelo tenente-coronel Hugo Chávez e seu movimento em fevereiro de 1992. Nessa consulta popular – que se realizou ao colocar urnas nas ruas principais da cidade – perguntava-se ao povo se estava de acordo com que Carlos Andrés Pérez, então presidente da República, continuasse governando. Votaram 500 mil pessoas, especialmente da região metropolitana, e 90% manifestou sua opinião contra sua continuidade no cargo. Este referendo contribuiu para criar uma situação política favorável para a destituição do presidente, dando lugar a um fato político novo no país: era a primeira vez que um mandatário saía do exercício de seu cargo a pedido do Parlamento para ser julgado antes do término de seu mandato. Nenhuma lei estabelecia esse tipo de consulta, mas tampouco nenhuma lei o proibia. A massiva participação da cidadania – embora os resultados não fossem reconhecidos por si mesmos – era já um fato político*³¹⁷.

497. Existem outros exemplos propiciados pela Frente Ampla no Uruguai: o voto em branco para manifestar seu repúdio a eleições organizadas sob a ditadura, com partidos proscritos, entre eles a própria Frente (1982); o plebiscito contra a “Lei de Impunidade”, através da qual se renunciava a punir os violadores dos direitos humanos e assassinos da ditadura (1989)³¹⁸; e o referendo sobre a privatização de empresas públicas (1992). No México, as consultas populares realizadas pelo Exército Zapatista, em 1995, sobre vários temas, entre outros, se o EZLN deveria se manter como movimento ou se transformar em partido político,

316. Marta Harnecker, *A segunda Cúpula das Américas: massifica-se o repúdio ao neoliberalismo*, artigo de 2 de maio de 2001

317. M. Harnecker, *La izquierda en el umbral del Siglo XXI...*, op.cit., p.349, parágrafo 1271.

318. Embora o plebiscito tenha perdido com 46% contra 54% em nível nacional, foi vitorioso em Montevideu e serviu animicamente para fortalecer a militância de esquerda. É chamado de voto verde, porque essa era a cor da papeleta que repudiava a Lei.

e, em 1999, sobre o reconhecimento dos povos indígenas³¹⁹. No Brasil, a consulta popular sobre a dívida externa (2000).

498. No entanto, para que este instrumento de luta não se desgaste, estas consultas devem ser realizadas em um momento oportuno, sendo necessário organiza-las muito bem, escolher corretamente e formular muito claramente os temas.

499. A maioria destas consultas não tem tido efeitos legais, mas tem conseguido sim efeitos políticos. E isto nos ensina que a esquerda deve ter suficiente criatividade para não permanecer encerrada *na dicotomia entre o legal e o ilegal. Deve levar em conta um sem-número de outros espaços – que eu denominaria alegais, porque não entram na dicotomia antes apontada -, que podem ser aproveitados [...] para conscientizar, mobilizar e fazer a população participar de forma a ir construindo esse bloco social alternativo a que me referi.*

500. Uma consulta popular sobre a ALCA, realizada simultaneamente em todos os países da América Latina antes da próxima reunião de presidentes, poderia gerar uma grande campanha ideológica de esclarecimento e uma grande mobilização de resistência a esse pacto neocolonial em todo o continente.

DESLEGITIMAR O SISTEMA, DENUNCIANDO SUAS ESTRUTURAS E LÓGICAS

501. É necessário demonstrar também a ilegitimidade do sistema, não só condenando seus abusos –tarefa que realizam várias entidades éticas (grupos religiosos, ecológicos, etc) -, mas denunciando as estruturas e lógicas nas quais o atual sistema capitalista se mantém³²⁰. Isto implica a necessidade de investiga-las com rigor, tarefa urgente com a qual nossos intelectuais deveriam se comprometer.

TRANSFORMAR OS GOVERNOS LOCAIS E OUTRAS EXPERIÊNCIAS TERRITORIAIS EM VITRINES

502. Em um momento em que a crise política e fiscal do estado contemporâneo é indiscutível e em que existe uma crise de legitimidade tanto do estado capitalista como do socialismo burocrático, uma das tarefas de importância estratégica da esquerda é transformar os governos locais que tem em suas mãos em verdadeiras vitrines que demonstrem na prática a possibilidade de um projeto político-social diferente.

503. Em um momento em que reina a corrupção, o desvio de recursos, a não transparência, o clientelismo, é fundamental mostrar que a esquerda possui mecanismos que permitem estabelecer um controle social efetivo sobre a gestão pública.

319. Ver desenvolvimento anterior.

320. François Houtart, **El estado actual de la globalización**. Análise feita na reunião do Comitê Internacional do Fórum Social Mundial em São Paulo, Brasil, junho de 2001. O quarto ponto deste documento se refere “às estratégias de luta contra a globalização do capital.”

504. Por outro lado, estes governos podem contribuir para gerar espaços que permitam criar condições culturais e políticas para ir avançando na organização autônoma da sociedade, potencializando assim a *autoconstituição de sujeitos*³²¹, única base sobre a qual se pode construir realmente a sociedade socialista alternativa ao capitalismo pela qual lutamos.

505. Além disso, estas experiências são um terreno ideal para experimentar os limites impostos pelo quadro global em que estão inseridos, e considero muito importante que a esquerda aprenda a construir uma pedagogia com estes limites.

506. E haveria que se fazer um esforço para transformar em vitrines não só os governos locais em mãos da esquerda, mas todos aqueles territórios que a esquerda for conquistando: comunidades rurais, universidades, frente laborais, estudantis, populacionais, experiências cooperativas, rádios alternativas, etc.

507. Estou convencida de que a chave mestra para acumular forças hoje é demonstrar, nas práticas mais diversas nas quais a esquerda esteja inserida, que **outro mundo é possível**.

321. Helio Gallardo, *El fundamento social de la esperanza*, op.cit. p.6.